

Os filhos do estado

A coleção Antropologia da Política é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes e apresenta as seguintes publicações:

- 1 - A HONRA DA POLÍTICA – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
- 2 - CHUVA DE PAPÉIS – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irllys Barreira*
- 3 - CRIMES POR ENCOMENDA – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
- 4 - EM NOME DAS “BASES” – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
- 5 - FAZENDO A LUTA – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
- 6 - CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
- 7 - ALGUMA ANTROPOLOGIA, de *Marcio Goldman*
- 8 - ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, de *Karina Kuschnir*
- 9 - A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
- 10 - MULHERES QUE MATAM – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
- 11 - EM NOME DE QUEM? – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*
- 12 - O DITO E O FEITO – Ensaios de antropologia dos rituais, de *Mariza Peirano*
- 13 - NO BICO DA CEGONHA – Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil, de *Domingos Abreu*
- 14 - DIREITO LEGAL E INSULTO MORAL – Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, de *Luis R. Cardoso de Oliveira*
- 15 - OS FILHOS DO ESTADO – Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, de *Leonardo Damasceno de Sá*
- 16 - OLIVEIRA VIANNA – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra, de *Luiz de Castro Faria*

Os filhos do estado

Auto-imagem e disciplina
na formação dos oficiais da
Polícia Militar do Ceará

© Copyright 2002, Leonardo Damasceno de Sá
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
www.relumedumara.com.br
Travessa Juraci, 37 – Penha Circular
21020-220 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2564 6869 Fax: (21) 2590 0135
E-mail: relume@relumedumara.com.br

AGRADECIMENTOS

Copidesque
Ângela Pessoa

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas-Boas

Apoio



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Sá, Leonardo Damasceno de
s113f Os filhos do Estado : auto-imagem e disciplina na formação dos
oficiais da Polícia Militar do Ceará / Leonardo Damasceno de Sá. – Rio de
Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002
. – (Coleção Antropologia da política ; 15)

Inclui bibliografia
ISBN 85-7316-289-9

1. Polícia Militar – Ceará. 2. Policiais militares – Formação – Ceará. I.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia da Política.
II. Título. III. Título: Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da
Polícia Militar do Ceará. IV. Série.

CDD 355.34
CDU 355.511.6

02-0865

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada
desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui
violação da Lei nº 5.988.

Aprender a aprender envolve muitos esforços coletivos e trocas humanas. Sem os arquipélagos pelos quais nos enredamos nessa empreitada, o próprio caminho seria vazio e estreito. Mais difícil seria ganhar sentido para a vida, cuja única pretensão é querer-se significativa, sem esquecer, obviamente, dos suportes vitais, cuja organização dos recursos e rotinas nos ajudam a sobreviver com alguma previsibilidade.

Deste modo, registro minha gratidão com os ambientes criativos, onde tenho tido o prazer de estudar. Certamente, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, onde desenvolvi mestrado, e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, onde estou fazendo doutoramento, oferecem aos seus alunos mais do que suportes institucionais de inegável competência técnica e qualidade acadêmica. Brindam-nos, sobretudo, com a possibilidade de nos apaixonar pelo que fazemos. Participar dos debates nos cursos desses programas foi e continua sendo um exercício fascinante. A dedicação e a paciência com as quais os professores nos ensinam a caminhar rendem frutos para a formação de toda uma vida profissional. Tive enorme proveito e prazer em fazer cursos nos dois programas com Ismael Pordeus, Irllys Barreira, Maria Auxiliadora Lemenhe, Lúcio Oliveira Costilla, Linda Gondim, César Barreira, Manfredo Araújo de Oliveira, Marcio Goldman, Federico Neiburg, Marcos Otávio Bezerra, Lygia Sigaud, Amir Geiger e Otávio Velho.

César Barreira, além de orientar a dissertação de mestrado da qual parti para a elaboração deste livro, muito me honra com sua amizade e com o privilégio de compor, desde 1993, a equipe do Laboratório de Estudos da Violência (LEV-UFC), onde, sob sua coordenação, fui iniciado no ofício. Particpei de uma boa “leva” de “levianos” juntamente com Diocleide, Domingos, Gil, Rosemeire, Rosângela e Janaína, com quem muito aprendi e me diverti. Quero agradecer em especial à Diocleide, por haver emprestado seus talentos de etnógrafa para cobrir

em parceria a cerimônia de formatura descrita no último capítulo deste livro.

O rigor e a generosidade da banca examinadora de minha dissertação de mestrado foram inestimáveis. Neste sentido, agradeço às professoras Beatriz Heredia (PPGSA-UFRJ) e Glória Diógenes (PPGS-UFC) pelas críticas, sugestões e, principalmente, pelos incentivos que me ajudaram em muito a querer continuar na peleja.

Agradeço aos professores Moacir Palmeira, com quem estou iniciando uma nova e rica empreitada, Mariza Peirano, José Sérgio Leite Lopes e César Barreira, por incentivarem e viabilizarem esta publicação através do Núcleo de Antropologia da Política (Nuap).

Sem a paciência e o apoio dos cadetes e dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, com quem entabulei relações e conversas, este livro não teria sido possível. Agradeço a eles por isso e espero não ter distorcido demais, ao meu favor, as informações fornecidas por eles sobre suas vidas profissionais e pessoais. Expresso o muito obrigado pela hospitalidade.

Dedico este livro as minhas avós, Josefa, dos Inhamuns, e Antônia, do Cariri, meus sertões e minhas serras.

Aos arquipélagos, o prazer da navegação certa pelos mares da imprecisão...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
Civis e militares: a construção de um problema	13
CAPÍTULO 2	
No teatro de operações: entre o diálogo e a desconfiança	25
CAPÍTULO 3	
Sagrada unidade: concepções, valores e espaço disciplinar	53
CAPÍTULO 4	
O mundo gira e o cadete se vira: normatividade e vida cotidiana	87
CAPÍTULO 5	
Batismo das espadas: rituais de poder e cerimônia de formatura	119
BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

Neste livro, busco oferecer uma interpretação sobre a produção social do oficial da Polícia Militar do Ceará (PMCE) a partir do contexto específico de sua formação básica no Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar General Edgard Facó (APMGEF). Tento esboçar uma leitura sobre o significado da captura e da adesão social de um pequeno grupo de jovens “pré-universitários”, recrutados, anualmente, pela Polícia Militar (PM) em parceria com o concurso do vestibular da Universidade Estadual do Ceará (UECE), para tornarem-se aprendizes de oficiais durante três anos escolares em regime de semi-internamento. Destarte, a exposição se desenrola na forma de uma descrição da transmissão do equipamento conceitual, dos valores e das disposições dos oficiais da PMCE para os seus neófitos. A experiência social de ser cadete da PMCE, ou melhor, as interpretações que me proponho neste livro, apoiado nas representações dos meus interlocutores cadetes e ex-cadetes sobre suas experiências primeiras na “corporação”, balizadas pelas minhas observações desse campo de experiências, parecem-me fornecer uma boa imagem para anunciar a tarefa e o objeto propostos.

Um objetivo mais geral, subjacente ao esforço específico e particular deste trabalho, é o de empreender esforços de compreensão dos códigos de sentimento e conduta além dos valores sociais dos agentes de vigilância e controle social, tendo em vista a problemática das concepções e práticas políticas dos agentes inseridos no campo administrativo do poder estatal. Fazer que uma antropologia da política possa enfrentar o difícil acesso às categorias e práticas de poder dos agentes administrativos do circuito justiça-prisão-polícia, cujas autodefinições passam pela noção nativa de se acreditarem como desprovidos de “vocação política”, o que me leva ao questionamento sobre o modo como tais agentes pensam o exercício do poder e instauram os limites entre as “razões de Estado” e as negociações categorizadas como propriamente políticas sobre o controle dessas “razões” com todos os recursos nele implicados.

A proposta mais ampla de estudar as formas de inserção e atuação dos policiais militares no campo do poder, com suas interfaces com o campo da política propriamente dito, parece passar pelo exame da conversão de competências sociais específicas em reconhecimento social mais amplo, ou seja, a construção da representação pública dos agentes executivos da violência física passaria por uma série de estratégias simbólicas de afirmação e negação de seu pertencimento institucional, de sua trajetória e de suas experiências, conectadas ao universo da Polícia Militar (cf. Barreira, 1998). Como indica Bezerra (1998), a atuação política dos profissionais da política pode ser pensada, também, de acordo com seus “vínculos regionais e corporativos” (p. 5).

Desse modo, estratégias simbólicas de inserção e atuação política se dirigem a vários planos das relações sociais concretas dos agentes policiais militares. O ser policial militar implicaria em especificidades significativas representadas nos dilemas das formas de inserção e de atividade política das pessoas egressas do “militarismo” e ingressas na “política” dos políticos profissionais, por exemplo. Temática não explorada diretamente neste livro, mas para a qual ele busca ser uma abertura, porque tais estratégias simbólicas parecem envolver ou pressupor como horizonte de sentido certas reificações a partir de noções e idéias sobre critérios “lógicos” e “coerentes” na tarefa definida de “preencher espaços”, com seus “locais de risco”, “inimigos”, “correntes migratórias”, “anonimato” e “violadores das leis”, “mobilidade”, “moral da tropa e unidade”, “violência”, “área”, “setor”, “posto” e “policiamento”, “claros no efetivo” e “claros nos espaços”, “rua”, “quartel”, “bairros nobres” e “periferia”, “cidadão de bem” e “vagabundo”, “capital” e “interior”, “policiamento comunitário” e “policiamento ostensivo”, enfim uma série de categorias morais, metáforas espaciais e imagens do mundo social e ético que, se relacionadas, podem oferecer um modelo provisório dos modos de pensamento e sentimento dos policiais militares, segundo o qual se pode antever o processo de constituição de um “discurso político despolitizado”, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu (1996, p. 121) que me parece oportuna, como hipótese de trabalho.

Espero – ao apresentar neste livro aspectos das formas de classificação pelas quais os policiais militares criam prescrições práticas, autodefinem suas atividades, recortam o mundo social com suas visões e divisões – poder contribuir para uma discussão mais ampla sobre a eficácia mágica das concepções políticas e práticas de poder dos agentes de vigilância e controle social, em especial, sobre a construção dos limites segundo os quais são instituídos os lugares do poder, os centros de autoridade, os vazios, as periferias e sua população de “suspeitos” a partir das práticas divisoras, disciplinares e, em larguíssima medida, extrajurídicas, que tornam o policiamento do cotidiano da sociedade

brasileira um problema político da mais alta importância.

Porém, neste livro, essas questões aparecem como pano de fundo da descrição da vida dos cadetes da PM. De certo modo, foram suscitadas pela investigação do universo dos oficiais, a partir dos problemas da auto-imagem e da disciplinarização dos futuros oficiais da Polícia Militar.

No primeiro capítulo, o leitor poderá se inteirar sobre os autores, problemas e abordagens conceituais que guiaram a construção do objeto teórico da pesquisa. Como a análise das normas, práticas, representações e valores do universo pesquisado foi conduzida e baseada em uma pesquisa empírica desenvolvida entre setembro de 1997 e junho de 1999, envolvendo dados e fontes heterogêneas, forneço, no segundo capítulo, uma discussão da etapa de observação participante no quartel da Academia de Polícia Militar e tento problematizar as condições do trabalho de campo com policiais militares. No terceiro capítulo, são abordadas as concepções e valores ligados ao espaço disciplinar da Academia de Polícia Militar, tendo como referência a descrição do suporte arquitetônico da Escola. No quarto capítulo, focalizo a questão da normalização da conduta dos cadetes na vida cotidiana da Academia. No último capítulo, tento articular a relação entre os rituais de poder cotidianos implicados na formação dos oficiais, com a cerimônia de formatura dos cadetes, que marca a saída da Escola.

Em seguida, apresento, sumariamente, algumas características do material coletado, sobre o qual construí minhas leituras.

A documentação

O material coletado durante a investigação é composto dos seguintes elementos: a) entrevistas gravadas individualmente com dois oficiais pertencentes aos quadros dirigentes da Academia (aproximadamente duas horas e meia de gravação para as duas); b) entrevistas individuais gravadas com seis cadetes do terceiro e do segundo ano do CFO (aproximadamente 12 horas de gravação no total); c) entrevistas coletivas com 20 cadetes divididos em dois grupos, sendo um grupo exclusivamente de cadetes do segundo ano e outro formado por 8 cadetes do terceiro ano e 2 do primeiro ano (aproximadamente quatro horas de gravação para as duas); d) entrevistas anotadas com um coronel que não pertence à equipe dirigente da Academia (por telefone); com o mesmo coronel em sua residência (aproximadamente três horas para as duas); com o comandante da Academia, com o seu sucessor e com o subcomandante, enquanto assumia interinamente a função na ausência do titular (aproximadamente uma hora e meia). Coletivamente com uma turma de 30 capitães em sala de aula

(aproximadamente 30 minutos); e) conversas informais e observação direta do cotidiano do universo pesquisado, implicando a maioria dos indivíduos já referidos pelas entrevistas gravadas); f) editais de seleção para o CFO Edital n.º 003/98-DE para o CFO/99 e Edital n.º 018/94-DE para o CFO/95; g) Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará – Decreto n.º 14.209, de 19 de dezembro de 1980; h) *Informativo do Cadete*. Documento distribuído para os cadetes em 1998, contendo informações consideradas muito importantes (obrigatórias) para a orientação do corpo discente na Academia. Trata-se, portanto, de um documento para orientação interna da vida na instituição; i) *Caderno de Orientações*. Documento similar ao anterior, distribuído para os cadetes em 1999, contendo uma versão atualizada das Normas Gerais de Ação (NGA), código escrito central para a vida social na Academia; j) calendários escolares relativos às atividades dos anos de 1998 e 1999; l) como de praxe, meu diário de campo, ao qual acrescentei uma fita de vídeo com a gravação da Formatura de 1998 com as observações da pesquisadora Diocleide Ferreira Lima, que realizou o registro, em vídeo, da cerimônia, além das indicações do meu orientador, César Barreira, resultantes de suas observações diretas do universo da Academia de Polícia Militar. Tais contribuições consistiram em fontes importantes para a construção da minha percepção do objeto, principalmente no que tange às atitudes corporais dos militares (Diocleide) e à etiqueta social dos oficiais (César). Se fiz bom uso ou não do que eles me disseram, isso é de minha inteira responsabilidade, pois o que me ofereceram era certamente de muito boa qualidade; m) as monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e do Curso Superior de Polícia (CSP). São trabalhos produzidos pelos oficiais e constituem uma fonte muito rica de informações e de acesso aos seus modos de pensar, às vezes até mais interessantes do que entrevistas, porque, nessas monografias, os autores escrevem quase sempre a partir de suas longas experiências de atividade policial militar e o público leitor desses trabalhos está ainda muito restrito aos membros dos quadros de oficiais da instituição, o que lhes confere um valor especial, diferente de um artigo ou trabalho de um oficial escrito para os jornais de grande circulação, voltados para o mundo civil (ver a listagem das monografias consultadas ao final das referências bibliográficas); n) *Revista Alvorada*. Edição comemorativa da APMGEF sobre os aspirantes de 1998, sob o título “Bacharéis em segurança pública: terceira geração”.

Civis e militares: a construção de um problema

Carreira no sentido ordinário é sinônimo de ocupação ou profissão, “encerando geralmente a idéia de um elevado grau de estabilidade profissional, o trabalho de uma vida”. No sentido mais detalhado, o termo pode designar “a série de ajustamentos por que passa o indivíduo para adaptar-se às instituições, às organizações formais e às relações sociais informais em que sua ocupação o envolve” (Miranda Netto *et al.*, 1986: 154). Nestes dois sentidos complementares, o popular e o técnico, seguir uma carreira profissional pode ser uma maneira importante de prover de significado a vida em nossa sociedade. Ser parte do universo social de uma corporação profissional acaba por oferecer uma fonte mais ou menos duradoura de valor e *status* social, satisfazendo assim o desejo socialmente agenciado, do indivíduo e seus pares, de perseguir uma vida significativa.

De fato, do ponto de vista mais geral da teoria social, “quanto mais os grupos de parentesco, como famílias e clãs, perderam sua função como portadores da identidade de pessoas que se prolonga para além da morte, mais a mesma função foi fortalecida por outras formações sociais”, ou seja, na vida social contemporânea, organizada sob a forma estatal e em cuja estrutura ocupacional se pode entrever quão diferenciado é seu espaço social geral, “a principal fonte donde uma pessoa deriva seu valor, seu significado a mais longo prazo, pode ser a prática eficiente de uma profissão” (Elias, 1997: 311-312).

Seja para o jovem interessado em uma carreira civil, como a de cientista social e professor universitário, seja para o jovem voltado para uma carreira militar, como a de oficial da Polícia Militar, o *status* do grupo profissional escolhido, com suas hierarquias de valores e códigos sociais próprios, orientará e alimentará – através de expectativas, disposições e motivações próprias – a construção do significado de sua identidade social, e vice-versa. A incorporação do indivíduo ao grupo profissional poderá implicar uma adoção “natural” e “espontânea” (na verdade, a instituição de uma segunda natureza por meio da

socialização) do grupo pelo indivíduo, transformando-o em um grupo de *status*, de referência e de participação social de primeira grandeza para a sua vida social total, porque, como lembra Bourdieu, “toda socialização bem-sucedida tende a fazer com que os agentes se façam cúmplices de seu destino” (1989: 69).

Entretanto, já que o universo comparativo de uma pesquisa resultante de um trabalho de campo antropológico é aquele que envolve o mundo do pesquisador e o do grupo pesquisado, entre a carreira militar e a civil citadas (nas quais os pesquisados – os cadetes da Polícia Militar –, e o pesquisador ocupam a condição de neófitos) se interpodem diferenças significativas com resultados importantes para a conformação da visão de mundo dominante em seus universos sociais, o “civil” ou o “militar”.

No caso da carreira de oficial da Polícia Militar, a adequação e a adesão aos códigos de sentimento e de conduta do corpo de oficiais parecem implicar, segundo uma das hipóteses de apoio levadas em conta neste trabalho, exigências e prescrições muito mais estreitas e detalhadas quanto à determinação do pensamento e do comportamento social geral do indivíduo do que no caso da carreira civil. Parece haver uma intervenção mais incisiva por parte do grupo profissional em todas as esferas da vida e não apenas naquelas relativas aos locais de trabalho e ao desempenho das atividades corporativas.

Se, como dizia Goffman, “uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral” (1996b: 17), pode-se levantar a sugestão provisória de que o padrão da carreira do oficial da Polícia Militar aparentemente não impede a realização parcial dessa disposição básica – afinal, os oficiais da Polícia Militar não são prisioneiros, não são “marginais” trancafiados dentro de um estabelecimento prisional, muito pelo contrário, são agentes sociais de sucesso, “campeões” da ordem e da lei. Todavia, em momentos específicos da carreira e em contextos tanto de exercício da profissão – o caso dos cadetes, por exemplo, cuja educação/instrução é ministrada em regime de semi-internato, e o fenômeno geral do aquartelamento, que impõe aos soldados e oficiais uma relação mais visceral com os locais de aboletamento de tropas chamados quartéis –, quanto em outros contextos sociais (os que dizem respeito ao universo das amizades, da diversão, por exemplo), os oficiais se distanciam dessa disposição básica, pois se encontram sob os auspícios de uma ordem disciplinar regulamentada, sob autoridade una de seus superiores hierárquicos. Se “toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de ‘fechamento’” (p. 16), é preciso acrescentar que umas mais do que outras.¹

Ao contrário do que ocorre na carreira civil de um cientista social, na qual o controle exercido pela instituição dos aspectos mais íntimos ou privados da vida dos indivíduos não é tão explícito e institucionalizado, a ponto de inexistir um órgão especial responsável pela execução desse controle, na carreira de oficial da Polícia Militar, os oficiais têm como obrigação social a vigilância de si mesmos e dos atos dos indivíduos que compõem o oficialato, de modo a saber se eles vão de par com as exigências “éticas” e a “honorabilidade” próprias à condição de oficial, pois a Polícia Militar é uma instituição onde disciplina e hierarquia são valores sociais.

Isto não quer dizer que não exista um sistema de constrangimento social na carreira civil, inclusive pelo gerenciamento burocrático de dados relativos à vida civil dos membros do grupo. Nesta, o interesse pela intimidade do indivíduo se torna, por exemplo, assaz significativo quando o conteúdo da vida íntima alheia se presta à manipulação pelas e nas lutas pelo poder em torno da distribuição dos recursos e da estima sociais (um processo de desqualificação extra-oficial de um concorrente, por exemplo, pela difamação, é um mecanismo corriqueiro). O decisivo para a argumentação neste caso, é que na carreira militar o controle da vida íntima do indivíduo é um fato organizacional, é um elemento da cultura organizacional dos grupos militares, altamente institucionalizado e legitimado pelos valores sociais do grupo. Além da existência de um serviço “secreto” de informação (o P2), capaz de produzir dados sobre os integrantes da corporação, há um tipo de autovigilância desenvolvido pela instituição e sancionado por unanimidade pelo conjunto de seus membros, ou seja, ancorado em um fenômeno de consciência social que lhe confere aceitação, dentro de certos limites acordados.

No que tange à carreira de oficial da Polícia Militar, o indivíduo nela interessado haverá de desenvolver maior tolerância com relação a ser “cobrado” e vigiado pelos seus pares; haverá de ter menos ojeriza às intervenções do grupo profissional em sua vida pessoal, começando pelo fato de que, até a morte, seu nome será sempre associado ao posto exercido na hierarquia de poder do seu grupo, sendo o nome forjado nas e pelas relações domésticas e de parentesco, lançado a um plano secundário no contexto da própria identidade pessoal. Até os membros de sua família passam a ser socialmente reconhecidos pelo vínculo corporativo do policial militar. Assim, foi possível mapear os usos dos seguintes termos para designar familiares dos oficiais: o filho do coronel, filho de coronel, esposa do major, namorada do tenente, e muitas outras variações. Essas etiquetas de identificação podem ser usadas em várias situações como recursos de poder social. Um aspirante a oficial narrou o caso de um “arruaceiro”, que ao ser abordado pela “patrulha”, identificou-se como “filho do

coronel X”. Depois de verificar a procedência e a veracidade da informação, o aspirante chamou o coronel em questão para o local da ocorrência. Ao chegar lá, o aspirante confessou que esperava uma reprimenda do coronel por ter algegado o filho dele, mas, em vez disso, contou em tom de aprovação e orgulho, que o oficial em questão passou um tremendo “carão” no filho e mandou que o aspirante o levasse preso.

O uso do termo “cobrado” é muito freqüente entre os cadetes, pois eles se representam como os mais “cobrados” na instituição. Mas, de fato, mesmo depois de aposentado (como oficial da reserva remunerada), os laços sociais formais e informais do indivíduo com o grupo profissional serão mantidos, inclusive do ponto de vista disciplinar, sendo possível, quando as circunstâncias o exigirem, que ele seja retirado da “inatividade” para assumir funções de comando. Mesmo aposentado, um oficial da Polícia Militar poderá ser preso, se cometer faltas graves contra a disciplina. Deste modo, o termo aposentadoria, usado para as carreiras civis, não alcança uma série de significados da “reserva” ou do termo “reformado”, para designar a “inatividade” dos militares.

Mesmo que mude de carreira, tornando-se um magistrado, por exemplo, o indivíduo sempre será percebido a partir de sua origem policial militar, o que deve ser motivo de orgulho, segundo as auto-avaliações positivas do oficialato.

Note-se, então, que a vigilância social do grupo profissional sobre a conduta pessoal haverá de ser muito mais explícita, apoiada em regulamentos disciplinares bastante rígidos e codificados, tendo como suporte um sistema de prêmios e punições que inclui a possibilidade de prisão e expulsão por motivos disciplinares. Enfim, caracterizadas por um sistema de constrangimento social, por definição, “marcial” e “castrense”, o pesquisador precisa ter cuidado para não transpor indevidamente as categorias do pensamento militar para um sistema de classificações “paisano”. É preciso levar a sério um sentido pouco discutido da categoria “militarismo”, usada para designar a forma de vida dos quartéis. Por conseguinte, quando o termo militarismo aparecer no texto, trata-se de uma categoria nativa, usada no cotidiano da Academia pelos oficiais e cadetes da PM.

No entanto, não são mecanismos disciplinares simples que garantem a auto-vigilância do grupo social em questão, como sugerem os termos nativos “ética” e “honorabilidade” antes mencionados. Há de se levar em conta a dimensão simbólica do exercício dessa autodisciplina, alimentada em autoconcepções e valores sociais próprios ao oficialato.

Marcel Mauss já impunha, em 1927, como tarefa aos cientistas sociais, estudar grupos secundários (como os subgrupos profissionais) em seus processos de construção da ordem interna como edificação de sua moralidade, pois

toda atividade social que, numa sociedade, criou para si uma estrutura e à qual um grupo de homens se dedicou de maneira especial, seguramente corresponde a uma necessidade de vida desta sociedade. Esta não conferiria a vida e a existência a este “ser moral” ou, como se diz no direito inglês, a esta corporação, se este grupo mesmo temporário não correspondesse às suas expectativas e às suas necessidades (1981: 70).

Marcel Mauss lançava como objeto de preocupação científica a análise do modo como esses grupos sociais constroem suas relações de autoridade, seus vínculos disciplinares e a transmissão de suas heranças conceituais, pois “a parte da moral, especialmente a dos subgrupos, por exemplo do grupo profissional, é subestimada” (p. 89). E a pesquisa dos processos de educação fornece, ainda segundo Mauss, uma perspectiva especial para a compreensão dos hábitos coletivos. Educação enquanto “ensino de técnicas do corpo”, “ensino de técnicas manuais”, transmissão de “tradições tecnocientíficas”, “educação estética”, “econômica”, “jurídica” e “religiosa” (p. 125), enxergando o indivíduo socializado como um fato social total.

A fabricação do corpo e da mentalidade, ou seja, das heranças comuns – para além dos números, divisões e movimentações de um grupo, da análise de seus sistemas de relações políticas, econômicas e religiosas – constitui o momento em que está em foco e em jogo na vida social “a solidez do todo, a perpetuidade do todo”, a “coesão social e a autoridade que a exprime e a cria”, a “tradição e a educação que a transmitem de geração a geração” (p. 101). Como ensinava Simmel (1977: 174-75), na força de socialização das organizações hierárquicas e militares, nas quais, realmente, o ponto de ordenação da vida coletiva é um ponto de vista quantitativo, onde as posições e a formação de grupos e subgrupos se ligam ao estabelecimento de funções com natureza numérica, está o segredo do seu relativo fechamento.

A análise do regime de coações a que estão sujeitos os neófitos de um grupo, portanto, é uma porta de entrada para o regime geral das coações do grupo. Trata-se de analisar uma transmissão social específica que produz diferenciação entre um grupo social profissional e de *status* e os outros com os quais compartilha um mesmo espaço social geral, ao passo que constrói uma adequação da personalidade difusa à estrutura de personalidade adequada à vida corporativa do grupo (cf. Simmel, 1977: 166-67).

Para Elias (1997: 136), o espírito de corpo é o sentimento de identidade do oficialato militar, é o sentimento de “nós” dos oficiais, de onde derivam modelos de conduta para o conjunto dos quadros de oficiais de uma instituição militar. Para ele, a camada “nós” da estrutura da personalidade, resultante de

tensões e conflitos vividos em um processo de desenvolvimento histórico (Elias, 1997: 30), faz que um grupo profissional se transforme em um grupo de *status*, entendendo este conceito como um problema de percepção social, afinal, o termo mesmo deriva “da raiz romana *stare*, estar, que literalmente designava a posição de um indivíduo ou grupo aos olhos dos demais” (Diggins, 1999: 215).²

Ao falar de espírito de corpo, busco circunscrever conceitualmente a “camada nós” da estrutura de personalidade dos membros da corporação policial militar, pois

a imagem que as pessoas que vivem juntas numa sociedade específica têm de sua própria posição e da de outros na pirâmide social deve conjugar-se com critérios de estratificação desde a perspectiva do pesquisador [...] pois a experiência de estratificação pelos participantes é um dos elementos constitutivos da estrutura da estratificação (Elias, 1997: 52).³

Como indicado na introdução, a abordagem deste trabalho concentra-se no mundo do cadete a partir do cruzamento entre o problema da auto-representação (Elias, 1997) e o da construção da política interna de *status* do grupo em questão. Trata-se do desafio de estudar os policiais militares a partir do modo específico como constroem o espaço social e simbólico interno de suas instituições, ou seja, a partir do modo como produzem o seu espírito de corpo e sua disciplina, lembrando que, mais do que “instituição total”, a Academia é uma “instituição assimiladora” (cf. Castro, 1990, p. 32), voltada para a realização de uma vitória cultural. Como enfatiza um dos expoentes da sociologia militar norte-americana, “*education at a service academy is the first and most crucial experience of a professional soldier. The educational experiences of the cadet cannot obliterate his social background, but they leave deep and lasting impressions*” (Janowitz, 1971, p. 127).⁴

O trabalho pioneiro de Heloisa Fernandes (1973), uma análise sociológica da evolução histórica das “forças repressivas” de São Paulo, predecessoras da atual Polícia Militar, dedicou dois capítulos (VI e VIII) ao exame da “unidade interna” da organização policial estudada. Todavia, a perspectiva de sua pesquisa pensava as forças do aparelho repressivo estatal apenas em função de condições históricas específicas – o que é diferente para a autora do que dizer que elas preenchiam a função de controle social inerente às organizações humanas – e existindo para garantir as condições políticas de reprodução das relações de exploração.

Ao esquadrihar os critérios da unidade interna da instituição, suas análises

apontavam para os pressupostos históricos da constituição da unidade interna a partir de uma conexão destes pressupostos com os critérios de seleção, promoção, reforma, serviço e instrução dos integrantes da força policial. O campo de análise, por estar preocupado com as relações dialéticas entre relações de exploração e relações de dominação social, não se deixava levar pelo exame da formação do espírito de corpo dos integrantes da força pública como objeto legítimo de análise. A autora apontava para algumas de suas condições de formação. Contudo a abordagem, apesar de não desconhecer o problema sociológico da formação de

um sistema ético-grupal propiciador de uma forte identificação dos membros com os objetivos de sua atividade, processo instigado pela adesão aos valores inerentes à execução mesma da função da força repressiva e pelo auto-reconhecimento dos membros como componentes de um grupo social (p.132)

não parecia garantir legitimidade para um estudo deste processo como um objeto em si.

O ponto de partida de um trabalho antropológico sobre os policiais seria aquele que reconhecesse, como vaticinou Kant de Lima (1995), que “as atividades policiais organizam-se conforme os princípios da ética policial, um conjunto extra-oficial de regras produzidas e reproduzidas pelo processo tradicional de transmissão do conhecimento” (p. 9). Seu raciocínio ainda inclui a seguinte problematização:

A exclusiva responsabilidade da polícia pela ética de suas atividades sugere, por analogia, formas exclusivas de produção e reprodução dessa ética. Em consonância com sua identidade extra-oficial, essa ética é produzida e reproduzida pelos meios “tradicionais”. Os policiais produzem e reproduzem sua ética por um sistema de contar histórias, nas quais o principal personagem é sempre um de seus “heróis”, guardiões míticos e exemplos paradigmáticos da tradição policial (p. 135).

Como expôs Coelho (citado por Castro, 1990) de modo instigador, tratando mais especificamente da instituição militar, mas que, a meu ver, pode ser extensivo às organizações dos militares estaduais:

[...] de certa forma, a “politização” produz a “paisanização” dos militares, despindo-os da forte marca da instituição castrense. O processo parece ser análogo ao do exorcismo ou da psicanálise: é como se os estudiosos,

sofrendo de algum profundo trauma com os símbolos, marcas, mentalidade e procedimento das instituições militares necessitassem revelar a sua dimensão mais “familiar” (ou “paisana”) dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido (p. 13).

Foi na esteira desse tipo de crítica, segundo a qual os estudos sobre militares se reduziam a focalizar apenas os momentos dramáticos das intervenções militares na vida dos civis, sem que tratassem “a instituição militar como um objeto legítimo de análise por si mesmo” (Castro, 1990, p. 13), que surgiram os trabalhos de Castro (1990) sobre a socialização militar na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e de Leirner (1997a) sobre a socialização militar na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Ece-me). Eles foram particularmente inspiradores com sua proposta de pensar uma antropologia da instituição militar no Brasil e, também, forneceram etnografias que me municiaram com questões metodológicas e substantivas para iniciar com menos incertezas o trabalho de campo. Pois, partindo da constatação de que as instituições militares são pouco estudadas em sua vida social íntima, Celso Castro (1990) e Leirner (1997a) buscaram ampliar o campo das análises de uma antropologia da instituição militar, de modo a complementar e aprofundar

algumas tentativas de análise da instituição militar em seus aspectos internos, estruturais ou organizacionais [...] o que implica o reconhecimento de uma *relativa autonomia* da instituição em relação à sociedade civil e uma proposta de estudo centrada preferencialmente não em suas intervenções na vida política, mas no *cotidiano* da instituição (Castro, 1990, p. 14).

Enquanto Castro (1990) se propunha realizar uma discussão sobre a construção da identidade social dos oficiais do Exército, sob a forma de uma etnografia do universo de socialização profissional dos cadetes da Aman, Leirner (1997a), a partir de trabalho de campo na Eceme, buscava, afastando-se do universo dos cadetes e se aproximando do mundo dos oficiais superiores, pensar a identidade social dos militares a partir do modo “como se articulam no interior da instituição as variáveis políticas que entram em jogo na identidade militar quando circunstancialmente o Exército se vê obrigado a negociar o seu papel com a sociedade” (p. 18). Ou seja, este último preocupava-se fundamentalmente com a construção da face pública do Exército, desde o ponto de vista da construção da “resposta organizacional” elaborada no interior do

espaço social interno da corporação, para problemas sociais e políticos postos no âmbito da sociedade inclusiva.

Em ambos os casos, a instituição militar era tratada como possuidora de certo grau de autonomia frente aos códigos sociais e exigências da sociedade inclusiva, dando-se ênfase ao fato de que as corporações militares e policiais militares “possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas” (Carvalho, 1978, p. 183). Os autores impulsionavam, assim, um tipo de abordagem que promove “a problematização da perspectiva que dilui a especificidade da instituição militar ao vinculá-la a uma teoria do conflito de classes sociais” (Castro, 1990, p. 14).

Os dados sobre a origem social dos oficiais são menos relevantes – para esta perspectiva que privilegia o peso da socialização profissional a que são submetidos os militares e a rede de interações sociais na qual vivem - para a compreensão de sua visão de mundo e de seu comportamento social, deslocando assim o foco de análise para aspectos internos, organizacionais ou estruturais da instituição militar (Castro, 1993, p. 227). No trato do problema da socialização dos agentes da violência legal, se mostrava importante retomar algumas intuições da chamada sociologia militar, uma das primeiras a se preocupar com a constituição de hierarquias de valores e de códigos de sentimento e conduta próprios ao processo de produção da unidade interna destes grupos de especialistas (cf. Mills, 1981, capítulos VIII e IX e Janowitz, 1971).

Sem dúvida, o mais importante é não subestimar a dimensão simbólica e axiológica da constituição da vida íntima dos grupos que funcionam como instrumentos da violência estatal organizada. É necessário instituir, deste modo, no campo das ciências sociais, legitimidade para os estudos que buscam entender os padrões simbólicos próprios dos integrantes de organizações de estado-maior em termos de sua cultura e identidade específicas. O momento positivo desta atitude crítica frente aos trabalhos que reduzem a compreensão do militar ao problema das origens sociais é, portanto, a ênfase dispensada à investigação dos modos de construção da unidade interna de tais organizações, levando em conta suas hierarquias de valor e seus códigos de sentimento e conduta específicos. Torna-se possível um questionamento sobre a vida simbólica e ritual dos membros dessas instituições, para além da apreciação do vínculo entre as representações propriamente ideológicas desses grupos mais claramente associadas a grupos ou classes do campo do poder no espaço social geral.

Não se pode, todavia, esquecer que, descambando para a idéia de que as corporações militares e policiais seriam grupos completamente fechados, se estaria simplesmente trocando os sinais da atitude criticada, promovendo uma redução tão nociva quanto aquela que não pensa a especificidade do mundo

militar e policial, pois:

[a] idéia de grupos que estão estruturados de tal forma que seus membros desenvolvem uma consciência totalmente independente, funcionando de um modo inteiramente autônomo, é, sem dúvida, um típico exagero ideal. Na realidade, a menos que esteja doente, nenhum ser humano em suas decisões – em sua orientação pessoal – jamais empreende um plano de ação sem levar em consideração o que ele poderá significar para os outros, assim como para si mesmo. Tudo o que pode, na realidade, ser observado é maior ou menor autonomia relativa em consciências individuais, segundo as autocoações ou as coações externas tenham a maior participação no rumo dado à conduta de pessoas (Elias, 1997: 96).

A pergunta sobre os limites da ressocialização militar não pode ser descartada, seja qual for a abordagem do analista. E as respostas podem ser mais proficuas se intentadas em contextos de pesquisa empírica, mantendo sempre o cuidado para não reificar um universo de relações, onde interno e externo, micro e macro e outros pares de oposição desse tipo podem fazer-nos esquecer que o importante é pensar os limites, as passagens, os diferenciais, e os processos de objetivação e subjetivação do social. Esta é uma meta metodológica que criamos, conscientes de que acabamos por frustrá-la aqui e acolá com menor ou maior gravidade.

Enfim, razões diversas, além das teóricas já apontadas, me levaram a delimitar este objeto de estudo em particular e a estudar os policiais militares em geral. Em primeiro lugar, os policiais militares são pouco estudados pelos cientistas sociais. No conjunto dos estudos sociológicos e antropológicos sobre militares e organizações policiais, como veremos, o ensino e a socialização profissional dos policiais militares ainda não foram suficientemente contemplados. Em segundo lugar, os policiais militares são um objeto constante das preocupações políticas dos cientistas sociais, sobretudo daqueles envolvidos diretamente nas lutas pela definição do destino social das organizações de segurança “nacional e pública” no Brasil. Consciente da necessidade de estudá-los, certamente o fiz motivado pelo contexto social a partir do qual os militares e os policiais emergem como objeto de preocupação social e política, antes de serem transformados em objeto de estudo propriamente dito.

Notas

¹ Consultar Castro (1990) para uma crítica do conceito de instituição total e de seus limites

para o universo das escolas militares. A chave da crítica é que, diferentemente das prisões e manicômios, nas escolas militares se joga com a perspectiva de uma “vitória cultural” (p. 33-34).

² O uso do conceito de *status* paga tributo à herança weberiana segundo a qual “em contraste com a situação de classe, que é determinada economicamente, designa-se como situação de *status* todo componente típico da vida predeterminada dos homens, que o é por uma estimativa social específica, positiva ou negativa, de honra... Em essência, a honra resultante de *status* é expressa, normalmente, pelo fato de esperar-se um mesmo estilo de vida específico por parte daqueles que desejam pertencer a determinado círculo... O papel específico de um estilo de vida no *status* honra significa que os grupos de *status* são sustentáculos específicos de todas as convenções” (Bendix *apud* Miranda Netto *et al.*, 1986). “*Status*, honra, prestígio, deferência social, a estratificação da estima – tais categorias tinham mais relevância [para Weber] do que a classe para explicar relações étnicas, racismo, diferenças de gênero e sentimentos nacionalistas, que separam as pessoas e frustram a formação da solidariedade de classe” (Diggins, 1999: 216).

³ De acordo com Elias (1997), tradicionalmente, na análise sociológica, o problema da estratificação se põe quando se qualificam os indivíduos em estratos, grupos segundo a ocupação ou classes, mas nenhum desses critérios é “suficiente *per se* para explicar o ordenamento das pessoas em estratos de categoria superior ou inferior. Para tal propósito, é também necessário saber como os membros de uma sociedade que estão dotados de desiguais oportunidades de poder e *status* se classificam a si mesmos e uns aos outros” (p. 52).

⁴ “a educação numa academia militar é a primeira e mais crucial experiência de um soldado profissional. As experiências educativas do cadete podem não apagar seu *background* social, mas deixam impressões profundas e duradouras”.

No teatro de operações: entre o diálogo e a desconfiança

A observação participante concentrou-se na Academia de Polícia Militar do Ceará – resvalando, em ocasiões específicas, para outros estabelecimentos da corporação, como, por exemplo, o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, onde foram observados eventos solenes, desfiles de tropas e reuniões, e realizadas entrevistas formais e informais com dirigentes da organização policial militar cearense. Nessa ocasião, dediquei um total de 42 dias no quartel da Academia, intercalados em três períodos: setembro de 1997, março e abril de 1998 e primeiro semestre de 1999. Como se vê, a observação não se concentrou em único período, de modo monolítico, e pode ser dividida em três etapas correspondentes aos intervalos de tempo apontados, enquadrando as seguintes atividades principais: a) realização dos primeiros contatos com oficiais e inserção em campo, apresentação aos comandantes e à equipe dirigente da Academia, entrevistas gravadas ou anotadas com membros desta equipe, participação nas aulas do CAO e freqüentação da Academia, em cujas ocasiões me inteirava sobre o funcionamento cotidiano da instituição (11 dias); b) participação nas aulas do CFO junto à turma do terceiro ano e observação de solenidades, palestras, cerimônias, formaturas, envolvendo direta ou indiretamente a companhia de alunos da Academia (11 dias); c) entrevistas gravadas, observação de formaturas, freqüentação da Academia e pesquisas na sua biblioteca (20 dias).

Ao todo, foram observadas as seguintes cerimônias que contavam com a participação dos cadetes da Polícia Militar: parada do 7 de setembro de 1997, formatura dos aspirantes a oficial, em 11 de dezembro de 1998, cerimônias comemorativas do aniversário da Polícia Militar do Ceará, em 1998, e cerimônia comemorativa do aniversário da Academia de Polícia Militar, em 1999. Deste modo, apresento a seguir alguns pontos importantes sobre a Academia, o universo estudado e as condições deste estudo.

O locus da pesquisa

A Academia de Polícia Militar General Edgard Facó está localizada na cidade de Fortaleza, no bairro Edson Queiroz, abrigada pelas instalações de um quartel exclusivamente dotado e devidamente provido para ela desde sua inauguração em 1977. Estando este quartel disposto nas vizinhanças do Centro de Convenções do Ceará e do *campus* da única universidade privada do estado, sua localização já costuma ser parte significativa da auto-apresentação oficial, porque não deixa de ter importância institucional o fato de que a Academia pertence ao “Planalto da Cultura”, sem falar no componente dessa auto-apresentação mais estritamente ligado ao seu objetivo institucional de funcionar como estabelecimento de ensino superior, onde são formados os oficiais da milícia cearense. É o lugar onde nasce o futuro da PM, onde, segundo o registro nativo, nascem os futuros “guardiães da sociedade”, ou, segundo a minha interpretação desse registro, esboçado como um emblema pelo título do trabalho, lugar onde são fabricados, na condição de “filhos do estado”, os futuros oficiais da Polícia Militar do Ceará.

A APMGEF fornece o suporte institucional e arquitetônico para a realização do processo básico de socialização profissional dos jovens selecionados através do vestibular da Uece, em uma primeira etapa, e através de exames que se seguem realizados sob a responsabilidade da PMCE, para o primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais, cujo objetivo primordial é oferecer condições para que eles possam ingressar na carreira de oficial da PM. Na APM, esses jovens provenientes do mundo civil ou já pertencentes ao universo militar são socializados na condição de cadetes (alunos-oficiais PM), ou seja, como aprendizes, neófitos, noviços, “irmãos” mais novos do oficialato, enfim, como os futuros oficiais da Polícia Militar, na medida em que a Academia, como “escola de comandantes”, é considerada, por excelência, como o “elemento construtor e difusor de doutrinas e práticas policiais e referências castrenses” (Estado do Ceará, 1999, p. 1).

Assim, no interior de seu esquema físico, uma leva anual de 30 jovens cearenses (além de outros em números variáveis, recrutados pelas milícias de outras unidades da Federação) é trazida ao âmbito da modelação disciplinar de seus corpos e da construção de uma nova identidade social. É um contexto de formação após o qual eles poderão, sob a condição de terem obtido o esperado sucesso e aprovação institucionais, ingressar nos quadros de oficiais subalternos dessa organização policial e militar.

Na Academia, de fato, existem três cursos compondo momentos distintos do padrão de carreira de oficial da PMCE, três cursos que formam a “ossatura”

básica das experiências escolares de todos os oficiais que tenham tocado o posto máximo no sistema hierárquico de distribuição da autoridade dos oficiais, ou seja, aquele de coronel PM. Assim, há nela os seguintes cursos principais: a) o Curso de Formação de Oficiais; b) o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; e c) o Curso Superior de Polícia. Por conseguinte, o estabelecimento de ensino policial militar em questão não chama para si apenas a “missão” de formar os futuros oficiais, já que o CAO e o CSP são destinados aos membros já efetivos e ativos dos quadros de oficiais que buscam ascender aos postos mais elevados da hierarquia militar na PM.

Entretanto, é o CFO que permite o ingresso na carreira, é o curso básico, o lugar dos cadetes, ou seja, do noviciado da corporação; é o programa através do qual os jovens selecionados para a carreira de oficial PM recebem a formação basilar para poderem adentrar nos quadros de oficiais subalternos da corporação. Os alunos desse curso não são ainda oficiais, estão em situação de liminaridade, são considerados “praças especiais”, como continuarão a ser depois de terminado o curso, durante os meses que passarão como aspirantes a oficiais, antes de serem integrados de fato no posto de segundo-tenente. O CAO, por sua vez, destinado aos quadros de oficiais intermediários, “prepara Capitães para o ingresso no Oficialato Superior da Polícia Militar, até o posto de Tenente-Coronel, capacitando-os a exercerem as funções a nível de Estado-Maior” (Estado do Ceará, 1999, p. 8). E o CSP “atualiza e amplia conhecimentos humanísticos e profissionais indispensáveis ao planejamento e à ação policial militar, para o exercício das funções de comando, chefia e liderança. Habilita Oficiais Superiores ao posto de Coronel, ficando estes aptos a exercerem a função de Comandante Geral” (Estado do Ceará, 1999, p. 8). Além desses três cursos centrais, há outros ministrados na APMGEF, como o de Especialização em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (CESPDHC), o de Preparação de Instrutores (CPI) e o de Habilitação de Oficiais (CHO) com objetivos mais específicos, como preparar policiais militares para “lidar com crianças e adolescentes em geral, e com crianças e adolescentes que tenham praticado ato infracional”. No caso do primeiro, qualificar “Oficiais da Polícia Militar para o desempenho das atividades de instrutor militar nas diversas atividades de ensino”; no do segundo, preparar “tecnicamente Primeiros-Sargentos e Subtenentes, qualificando-os profissionalmente a ingressarem no Quadro de Oficiais de Administração”, no caso do último (Estado do Ceará, 1999, p. 8).

Assim,

através de seus cursos de formação, habilitação e aperfeiçoamento de Oficiais, a Academia de Polícia Militar recebe anualmente, de vários

Estados da Federação, uma leva significativa de profissionais que aportam no estado do Ceará para sorverem novos ensinamentos e intercambiarem práticas de interesse das corporações policiais militares do Brasil (Estado do Ceará, 1999, p. 1).

Ou seja, além dos futuros oficiais e já oficiais da PMCE, são também formados e reciclados os cadetes e os oficiais de outras corporações policiais militares brasileiras (categorizadas como “co-irmãs”) que mantêm intercâmbio com o Ceará.

Nas atuais instalações do quartel da APMGEF, se promove, sob a coordenação e fiscalização do sistema de ensino da PMCE, portanto, de modo permanente e estruturado, a formação, através do CFO, dos futuros quadros dirigentes da corporação.

O Curso de Formação de Oficiais

No CFO, os indivíduos recrutados e selecionados para o primeiro ano são levados, como condição básica para o ingresso na carreira de oficial da PM, a seguir, observar, aprender e aderir às normas e valores do oficialato. Isso, durante três anos, em regime de semi-internato, no qual os neófitos são submetidos às regras disciplinares e éticas da instituição escolar, sendo esta organizada na forma de quartel-escola, onde, sob a vigilância constante de uma equipe de oficiais ocupados com o esforço pedagógico, são modelados os futuros oficiais.

O processo pedagógico desse curso está dividido em duas categorias gerais: “ensino fundamental” e “ensino profissional”. O ensino fundamental, compreende Língua Portuguesa, Sociologia, Administração, Direito, Ética, entre outros ramos disciplinares. Como ensino profissional se entende, seguindo uma nova divisão entre “instrução policial militar” e “instrução militar”, o desenvolvimento de habilidades e a aquisição de um conhecimento prático para o exercício das atividades policiais militares, incluindo-se aí toda a dimensão “militar” da formação dos cadetes, através da “educação física militar”, da “ordem unida”, da “instrução geral” etc. Há ainda um conjunto de atividades “complementares”, como participação em conferências, estágios e visitas programadas.

A “missão” da APM, através do CFO, é vista neste trabalho a partir do ângulo da criação, para os quadros dirigentes da PMCE, de indivíduos leais aos códigos de sentimento e conduta dos oficiais e aos valores sociais neles representados, ao mesmo tempo que os torna disciplinados, competentes, hábeis e aptos ao exercício do comando no contexto institucional da PM. Em vez de

se deter no aspecto da transmissão de conteúdos curriculares, ou na dimensão exclusivamente formal do curso, este trabalho busca abordá-lo, sob o ponto de vista antropológico, como processo de construção da identidade social e do corpo disciplinado, a partir de uma redefinição de lealdades sociais e simbólicas dos noviços no contexto da sua captura pelo espaço social e simbólico da corporação policial militar.

No campo com policiais militares

Subordinada à estrutura do governo estadual, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, a PMCE, cujas atribuições são definidas legalmente pelos conceitos de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, é uma organização policial, cujos mecanismos de promoção do seu meio social interno são, à semelhança da estrutura de poder do Exército, de natureza hierárquica e disciplinar. “As Corporações Policiais Militares” – escreveram dois capitães PM sobre o assunto – “nasceram e evoluíram sob a égide militar de hierarquia e disciplina, o que as incluem no elenco das forças disponíveis para a defesa interna, territorial e até mesmo de atuação no campo de operações” (Carvalho e Silva, 1997, p. 12).

Do ponto de vista sociológico, pode-se dizer que o espaço coletivo da Polícia Militar está estruturado segundo uma forma piramidal de distribuição do poder e é recortado por um conjunto de práticas disciplinares que oferecem sustentação a uma cadeia de comando e obediência, segundo a qual, pelo menos no plano das idealizações das atividades (o plano modelar), uma “ordem” emanada do alto cria uma obrigação de pronta execução (sem questionamentos críticos quanto ao mérito da ordem) para aqueles indivíduos posicionados embaixo: uma obediência “cega” ao chefe militar e uma desobediência irrestrita a outro comando que não o dele, ou seja, a exigência de comando único. Nas organizações de estado-maior, a luta pelo estabelecimento de critérios concorrentes de comando, portanto, a luta pelo poder, é interpretada sob o signo da traição e da deslealdade.

A disciplina e a hierarquia objetivam fixar o indivíduo e seu campo de ação ao espaço interno da instituição militar, afastando-o dos códigos e valores do mundo exterior. Assim, as organizações de estado-maior “estruturam sua coesão interna com base em postulados e mecanismos de funcionamento que escapam em grande medida às contingências da realidade imediata” (Reis Filho, 1990, p. 107). Destarte, os mitos, as ideologias, as divisões do espaço “interno” entre os quadros dirigentes e os subordinados, os mecanismos de construção da coesão e da disciplina ganham grande importância quando se quer compreender a

“natureza íntima” ou “necessidades internas” das organizações de estado-maior (cf. Reis Filho, 1990, capítulos 4 e 5).

Todavia, hierarquia e disciplina são mais do que classificações e práticas de divisão do espaço social. Além de sua força tecnológica de divisão, são símbolos e valores sociais que preenchem de significado os elementos constituintes da coletividade militar: “a hierarquia, além de ser um princípio geral, norteia toda a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status*” (Leirner, 1997a, p. 52) e a disciplina militar tem como condição e produz como efeito justamente uma distribuição dos indivíduos em uma forma piramidal de poder.

Do ponto de vista do sistema de autoridade, o indivíduo posicionado em um nível responde administrativamente ao nível imediatamente superior, ao qual se subordina. Já de um ponto de vista da organização das atividades, o que reveste o comando, em cada nível, de relativa autonomia funcional é a divisão em grupos táticos: o batalhão, a companhia e o pelotão, sendo um batalhão decomposto em companhias e uma companhia decomposta em pelotões. Na APMGEF, por exemplo, organizada em termos de batalhão, há uma companhia de alunos, composta, normalmente, de três pelotões, sendo cada pelotão correspondente a uma turma com aproximadamente trinta alunos, ou então, uma companhia com aproximadamente noventa alunos.

Os policiais militares, nesse espaço social que é o instituído como interno de sua corporação, estão, fundamentalmente, divididos em duas categorias sociais distintas uma da outra, apesar de interdependentes: oficiais e praças. Ambas as categorias são organizadas em forma de “carreira”, com planos e previsões de ascensão, com prêmios e castigos sustentando um sistema constante de avaliação. Oficiais e praças são princípios de divisão que produzem visões específicas no interior da organização: de um lado, estão os comandantes e, de outro, os subordinados respectivamente, as “cabeças pensantes” da corporação e a tropa, a elite dirigente e o conjunto dos subalternos.

Parece não haver, entre oficiais e praças, uma continuidade de *status*. É como se possuíssem, além de papéis e tarefas, qualidades distintas, como se fossem, segundo as classificações da corporação, seres com destinos sociais diferenciados, compondo o destino de uma mesma unidade social.

A polícia [militar] vai do soldado ao coronel, então o soldado é por nível de antiguidade, o coronel é mais antigo que o soldado, o soldado mais moderno e o coronel mais antigo. O soldado, ele fez o curso de soldado de formação de fileiras, ele presta concurso, não é vestibular, está sendo

exigido o primeiro grau, [...] ele [o soldado] vai, faz um curso de quatro meses, que é um curso que não é indicado, indicado é um ano, um ano e meio, até para ele começar a se familiarizar com aquilo [...] São as praças: soldado, cabo, sargento e subtenente, são as praças da corporação, depois têm os oficiais (entrevista com cadete do segundo ano).

“Então, os oficiais, eles são a administração”; a PM está dividida em praças e oficiais, porque “a polícia foi feita pelo Exército, então, ela é o espelho do Exército”, o “militarismo”, categoria nativa da corporação para designar o modo de vida militar, “ele procura fazer essa diferença” (entrevista com cadete do segundo ano).

Para a PMCE, são fundamentais não apenas as distâncias hierárquicas estabelecidas entre oficiais e praças, mas além delas, ou melhor, complementando-as, a corporação levou o processo de diferenciação hierárquica para dentro de cada uma dessas categorias. Entre os próprios oficiais, de um lado, e entre os praças, de outro, há diferenças de graus que os põem em relações assimétricas.

Em um primeiro registro, os oficiais se dividem segundo uma hierarquia de postos escalonados, sendo eles, em ordem decrescente de autoridade: coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente e segundo-tenente. Somente os indivíduos que ocupam o posto máximo da corporação, o de coronel PM, podem exercer determinadas funções e assumir determinados cargos, como, por exemplo, o de comandante-geral da corporação. Em um segundo registro, os oficiais se dividem no interior do “círculo de oficiais” em: “superiores” (coronéis, tenentes-coronéis e majores), “intermediários” (capitães) e “subalternos” (primeiros-tenentes e segundos-tenentes).

No primeiro registro está em jogo a cadeia de comando e obediência propriamente dita e, no segundo, o enquadramento do conjunto das relações sociais (inclusive pessoais e não-profissionais) em uma série de atitudes, posturas, distâncias e proximidades, que devem ser observadas, sendo inclusive regulamentadas pelas regras disciplinares de modo extremamente codificado. Assim, “a camaradagem torna-se indispensável à formação e ao convívio da família policial-militar, cumprindo existir as melhores relações sociais entre os Policiais-Militares” (Estado do Ceará, 1980, *Regulamento Disciplinar*, Título I, Capítulo I, Art. 2º). Porém, ela deve observar “a ordenação da autoridade, em níveis diferentes” (RD, Título I, Capítulo II, Art. 5º) e prezar pela “rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar” (Art. 6º).

Já as praças não possuem “postos”, porque estes são graus hierárquicos dos

oficiais. Elas possuem “graduações”, sendo em ordem decrescente de autoridade as de subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, cabo e soldado. A diferença nos termos empregados para designar a posição hierárquica de praças e oficiais funciona como um símbolo da descontinuidade de *status* entre eles.

Ademais, o “círculo de praças” se divide em “subtenentes e sargentos”, de um lado, e em “cabos e soldados”, de outro. Os “círculos” não devem se cruzar de modo indiscriminado, nem mesmo em atividades festivas e recreativas. Os contatos entre eles, ou melhor, entre os indivíduos que os compõem, devem ser seguidos de mesuras e cumprimentos que demonstrem respeito, mesmo fora do contexto do “militarismo”, transpondo o seu limite, ou melhor, o militarismo se estende para a vida pessoal e social do indivíduo, quer ele queira ou não.

Esse modo hierárquico de construção do próprio espaço interno permitirá compreender suas relações sociais com aquilo que é instituído como o mundo de fora, a sociedade civil, o mundo civil, exterior à organização. Mas esse problema extrapola o objetivo dessa discussão, pois envolve a questão mais ampla da construção do *status* do oficial nas suas relações com os grupos sociais civis da sociedade inclusiva. E o que pretendo aqui é familiarizar o leitor com as características do universo social estudado, desde seu plano interno e modelar.

É interessante notar que há, através desse universo de círculos hierárquicos, indivíduos que pertencem à corporação na condição de neófitos, ou seja, não são ainda oficiais, não são ainda praças, são cadetes, na linha dos oficiais, e recrutas, na linha das praças. Isso quer dizer que a PM assume a tarefa de educar e instruir seus quadros, sejam dirigentes, sejam subordinados. Como escrevi em outro lugar:

A Polícia Militar representa um grupo específico do campo burocrático do Estado que exerce um poder sobre a vida e sobre o cotidiano da população, principalmente quando se trata da população urbana. Todavia, para que se possa entender o papel e o funcionamento da atividade policial militar na sociedade cearense e brasileira, faz-se necessário refletir sobre o fato de que a corporação que ocupa um lugar específico na divisão do trabalho de dominação precisa, ela mesma, reproduzir-se, construir os meios a partir dos quais ela se torna um meio eficaz de exercício de poder. Dentre os mecanismos que possibilitam reproduzir a instituição, urge destacar o mecanismo pelo qual seus agentes são socializados, no sentido de assumirem uma disposição corporal e mental à reprodução de si mesmos como agentes da ordem e da lei (Sá, 1998, p. 157).

Para isso, o “sistema de ensino” da PMCE criou duas instituições (ou muito provavelmente tenha sido criado a partir delas) que correspondem à divisão básica já apontada entre oficiais e praças. Estas são treinadas no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, aqueles na APMGEF, cujas instalações estão em quartéis diferentes, de modo que, até do ponto de vista geográfico, logístico e arquitetônico, se realiza a distância preconizada para as duas categorias. O tempo de permanência, nos respectivos cursos básicos das duas unidades de ensino da PM, reafirma (ele é apontado como tal, mesmo quando avaliado como uma deficiência a ser superada) a distribuição diferencial de valor para as duas categorias. Enquanto os cadetes fazem um curso de três anos, as praças são formadas em seis ou oito meses, dependendo das urgências do policiamento ostensivo. O trabalho (em suas funções disciplinar e simbólica) é mais intensivo na modelação do corpo dos cadetes.

O recorte deste trabalho foi feito para contemplar o universo dos oficiais, o mundo dos dirigentes que se pensam como a “elite” da instituição, “as cabeças pensantes”, os “comandantes”, e isso a partir do ponto de vista dos cadetes, recorte que impõe limites consideráveis para as análises.

Então, vejamos, de modo resumido, segundo a descrição de um oficial superior da corporação, quais são os passos da carreira de oficial PM, desde o ingresso no CFO até momentos posteriores:

[a carreira] se inicia na Academia, com o vestibular, que hoje é feito na própria Universidade Estadual, como se fosse um vestibular para medicina, para direito ou qualquer outra carreira. Frequenta o curso durante três anos [CFO] e vai [então] declarado aspirante. Quando ele vai declarado aspirante a oficial, após o término do curso [CFO], é como se fosse um estágio probatório. Ele passa seis meses ainda, um período ainda de experimentação, poderá ser até licenciado ou excluído com uma certa facilidade. Depois de seis meses, ele vai promovido a tenente, e aí com o Curso de Formação [CFO] ele tem condições de ascender até o posto de capitão. Ele, normalmente, como tenente, vai trabalhar em companhias e comandar policiamento, viaturas, composições, grupos no serviço de policiamento. Como capitão, é necessário que ele faça o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) para que possa ascender a funções de major, tenente-coronel, às funções de Estado-Maior. Normalmente, aí, ele já passa a comandar unidades, batalhão, passa a chefiar as seções do Estado-Maior e assumir certas funções de comando. Como tenente-coronel, ele necessita frequentar o Curso Superior de Polícia [CSP] para que seja habilitado a ser promovido ao posto de coronel e assumir as funções do alto escalão da corporação, como, por exemplo: comandante de policiamento da capital e

do interior, chefe do Estado-Maior, subcomandante ou comandante-geral da corporação, chefe da Casa Militar, essas funções de maior nível, mais estratégicas (entrevista com coronel PM).

De fato, a condição básica para o ingresso na carreira de oficial da Polícia Militar é ter cursado o CFO da APMGEF, pois este curso “dá aos alunos o conhecimento fundamental e técnico profissional necessário para o ingresso no oficialato da Polícia Militar” (Estado do Ceará, 1999, p. 8). Nele, são formados os futuros comandantes da PMCE e, também, de outras corporações policiais militares brasileiras, classificadas de “co-irmãs”, que, porventura, mantenham com ela algum tipo de intercâmbio pedagógico (Piauí, Maranhão, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte, por exemplo), pois segundo uma crença generalizada entre os policiais militares: “as Polícias Militares brasileiras constituem uma só família e como tal devem ser respeitadas em qualquer tempo, condição e lugar” (Estado do Ceará, 1999, p. 2).

A trajetória de campo

Dois meses antes de iniciar meu trabalho de campo, eu usava cabelos longos, brinco na orelha e umas inseparáveis alpercatas. Imaginei que chamaria muita atenção entre os policiais militares daquele jeito, e o faria de modo negativo para minha inserção. Então, resolvi produzir uma “reengenharia” visual. Cortei os cabelos, tipo militar, suspendi temporariamente o uso do brinco e me fantasiei de sociólogo do *establishment*. Dei-me conta de que as mudanças que promovi na auto-apresentação derivavam dos esquemas a partir dos quais eu visualizava os militares e os policiais em geral. Baseava-se em meus próprios pressupostos sobre os esquemas de percepção dos policiais militares.

Minha experiência pessoal me dizia que policiais militares não iam muito com o visual que eu adotava, ligando a ele valores negativos. Foi até engraçado conversar durante o trabalho de campo com oficiais do “choque”, lembrando de outras circunstâncias sob as quais eu já havia “encontrado” (melhor dizer “reencontrado”) com eles, nas manifestações estudantis, principalmente. Eu conversava com um oficial e mencionei uma manifestação da qual participara e que havia sido reprimida com muita violência pelo Batalhão de Choque. Ele contou-me, então, que comandara a operação em questão. Foi, de início, um pouco constrangedor, mas depois até conseguimos rir um pouco do episódio. Obviamente, não do confronto, mas de estarmos tranquilamente sentados conversando sobre ele.

Foi assim com certo ar de acadêmico de direito que fui fazer pesquisa. A

carreira jurídica é uma aspiração generalizada entre os oficiais. Muitos cadetes, depois de entrar na Academia, redirecionam seus interesses universitários para a área jurídica. Neste sentido, busquei me guiar pelo estilo Cambeba¹ de vestir, cada vez mais comum, também, entre os cientistas sociais cearenses. Não fui totalmente feliz nessa empreitada. Certa vez, um cadete me disse que, ao me ver entrar na Academia, na ocasião da formatura da turma de 1998, logo soube que eu não era “militar”, que eu não pertencia àquele mundo, talvez não fosse nem cearense, pelo modo como eu usava minha mochila. Ninguém ali usaria uma mochila como a minha em tal ocasião (solene) e do modo que eu a carregava, me dizia ele em tom de brincadeira.

Quando eu participava de uma pequena roda – três oficiais e dois civis, contando comigo – durante uma reunião, onde dirigentes da Academia debatiam o futuro da entidade, um dos presentes, para exemplificar os “preconceitos” que persistiam “no seio da tropa”, apontou para a minha mochila e disse que não era mais aceitável que um policial militar olhasse para um jovem como eu (durante o policiamento nas ruas) e achasse que carregar um objeto como aquele fosse coisa de “vagabundo”. A polícia precisava modernizar suas visões, dizia ele. Compreender melhor os jovens para evitar entrar em conflitos com eles.

Um capitão iria me contar mais tarde que, com o tempo, o policial militar aprende a distinguir o “cidadão de bem” do “marginal”, do “vagabundo”, do “meliante”, pelo modo de vestir, pelo jeito de andar, de se portar. Esse era um aspecto importante desse conhecimento prático com poder divisor das atividades policiais militares. Não sei se para me agradar, ele me disse que eu, por exemplo, não tinha jeito de bandido ou vagabundo, tinha mais era jeito de “turista”, principalmente por causa da minha mochila.² Alguns policiais militares se divertiam contando casos em que suas avaliações, baseadas no modo de vestir, na cor da pele, no tipo de veículo dos “suspeitos”, falhavam, causando-lhes constrangimentos.

Mas entre vagabundo e turista, na verdade, eu tinha, como me foi dito em outra ocasião por um major, era jeito para oficial da Polícia Militar. Aliás, era de pessoas como eu (ele se referia ao meu nível de escolaridade, principalmente) que a corporação tanto precisava. Em função das palavras dele senti-me menos excluído, apesar da minha mochila.

Em outra oportunidade encontrei o mesmo major no gabinete do comandante da Academia. Ele referiu-se ao meu corte de cabelo em tom jocoso, dizendo que eu já estava “quase querendo ser militar”. Todas as vezes que fui convidado para solenidades da corporação, o oficial encarregado do convite me orientava sobre o tipo de vestimenta que caberia usar no evento e, em uma ocasião muito solene, um tenente pediu gentilmente para que eu lhe permitisse

guardar minha mochila no corpo da guarda da Academia, sem explicar o motivo. Ela definitivamente, de um ponto de vista semiótico, não fazia parte daquele espaço. Mas como cheguei à Academia?

No dia 2 de setembro de 1997, fiz um contato telefônico com um coronel da reserva remunerada da PM, com quem eu estudara num curso de conversação em francês. Os oficiais superiores mais destacados nos contatos com o mundo civil costumam ter, além de cursos de pós-graduação, domínio de línguas estrangeiras.

Foi o meu colega de francês quem me veio à cabeça, quando senti necessidade de iniciar as articulações para o início do meu trabalho de campo na Academia. Isto porque ele havia sido muito simpático comigo, durante os 30 dias em que assistimos a cursos juntos. Interessava-se por minhas opiniões políticas e sociológicas acerca da realidade brasileira e gostava também de expor as suas, apesar de persistentemente divergentes das minhas. Conversávamos, durante a aula e depois dela, sobre temas variados, o que alimentou minha curiosidade quanto a compreender o modo de pensar de um oficial da PM.

Nossas conversas desenvolveram-se sobre temas que se mostrariam recorrentes nas entrevistas que eu teria com oficiais até o final da pesquisa. Tratavam das seguintes questões: a) relações entre polícia e imprensa; b) relações entre polícia e política; c) proposta de desconstitucionalização da PM; d) proposta de desmilitarização da corporação; e) proposta de unificação das polícias civis e militares; f) aspectos da história das polícias militares no Brasil; g) aspectos disciplinares e controle da tropa; h) imagens dos conflitos entre Polícia Militar e Polícia Civil; i) comparações entre as polícias estrangeiras e as brasileiras; j) profissionalização da PM; l) greves dos policiais civis e militares; m) o significado da “Revolução” de 1964 e da democracia no Brasil; n) os argumentos da “esquerda demagógica” face ao destino da Polícia Militar; o) as relações entre polícia, cidadania e direitos humanos.

Nas aulas que acompanhei no CFO, pude observar o processo de aprendizagem e aquisição desse repertório de temas e problemas. Os cadetes eram levados a ler e a assistir reportagens sobre segurança pública diariamente. Após os comentários do instrutor sobre detalhes técnicos policiais, acompanhados de “dicas” de interpretações e encaminhamentos sobre as questões, os cadetes eram convidados a participar, emitindo opiniões que eram corrigidas, confirmadas e premiadas pelo instrutor de acordo com os critérios interpretativos mais afinados com os interesses da instituição. As variações de instrutor para instrutor eram sempre comentadas comigo. Os cadetes dividiam seus instrutores de acordo com critérios específicos. Reconheciam maior preparo intelectual de uns, maior

conhecimento prático de outros, e iam definindo assim suas próprias preferências e tendências: mais “visão de rua” ou mais “visão de escola”, assunto que retomarei em capítulos subsequentes.

Voltando para meu colega coronel, ele me comunicou, logo no primeiro contato telefônico, que eu seria muito bem-vindo na Academia e que ele iria conversar sobre a minha pesquisa com um outro coronel PM, também da reserva remunerada, para que ele me franqueasse o acesso à entidade. Neste primeiro contato, descobri então que seria preciso pensar o telefone como uma técnica de entrevista, pois ficamos mais de uma hora conversando sem parar, eu tirando minhas dúvidas sobre o modo como a corporação se organizava e pensava e o coronel me dando uma aula sobre segurança pública no Brasil. Ao final do telefonema, disse uma frase que eu ouviria outras vezes da boca de oficiais: “A Polícia Militar está às suas ordens.” Essa fala indicava, como depois me dei conta, a possibilidade de um membro da corporação falar em nome dela, ou seja, que ele ocupava uma posição na estrutura hierárquica do grupo investigado que o autorizava a falar em nome dele. Faço, pois, minha a observação de Leirner: “foi possível ver, então, que o indivíduo militar, em certa medida, responde pela instituição militar, pois ele se vê, e também assim a coletividade vê a cada um, como um elo único de uma cadeia hierárquica pela qual todos respondem, cada qual em sua posição” (1997b, p. 164).

Era um uso semelhante ao que um anfitrião, diante de visitas em sua residência, faz da frase “sinta-se em casa”. Em certas ocasiões, fui recebido na Academia com um confortante “sinta-se à vontade”. E os oficiais da reserva remunerada são excelentes anfitriões, na medida em que, devido à “inatividade” (um tipo especial da aposentadoria militar que implica em compromissos muito estreitos com a instituição), estão menos fortemente submetidos à cadeia de comando e obediência. Eles são anfitriões autorizados dos civis com credenciais que os habilitem a se aproximar da PM. Como discutirei adiante, minha credencial foi articulada em torno do pertencimento, como aluno, à Universidade Federal do Ceará.

O discurso dos oficiais sobre o interesse no “estritamento de laços” entre a PM e o meio universitário serviu como estratégia de inserção, pois reforçava o reconhecimento da minha credencial de pesquisador ligado à universidade. Segundo gostava de lembrar um instrutor da Academia, citando nessas ocasiões a Constituição Federal de 1988, os cidadãos tinham o dever de contribuir para a realização da segurança pública. E o lugar do saber (a universidade) e o órgão responsável pelo combate à criminalidade e à violência precisavam, segundo ele, unir seus esforços para uma luta mais profissional e democrática pela paz social.

Deste modo, alguns oficiais da reserva remunerada exercem a função de ponte entre os mundos civil e militar, o que lhes dá certo papel de liderança nos esforços de construção da face pública da instituição. Enfim, foram esses mediadores que fizeram a minha intermediação junto ao comando da Academia, para que a ela eu tivesse acesso.

Depois de algumas conversas bem formais e para minha surpresa com dois oficiais da reserva, eu já tinha data e hora para “visitar” a instituição, ou melhor, fui prontamente convidado a assistir às aulas no CAO. Durante um mês, uma vez por semana, das duas às seis da tarde, assisti às aulas com aproximadamente 30 capitães. De olhos ávidos para compreender que tipo de movimentação de gente era aquela.

Meu porto seguro era a biblioteca da Academia. Minhas atividades se resumiam a ler as monografias produzidas pelos alunos do CAO e do CSP e a entabular conversas informais com oficiais, cadetes e praças que por ali transitavam. As conversas com os cadetes não foram, nessa primeira etapa, propriamente conversas, pois eles estavam sempre numa correria impressionante – nunca imaginei que o meu “objeto” de estudo tivesse um cotidiano tão “corrido”. Falávamos quase sempre em movimento. Saindo da biblioteca, entrando em forma, no caminho das instruções. Durante o dia, obter uma conversa calma e sossegada com um cadete, só mesmo com a permissão de seu superior, que o liberava das atividades coletivas.

Descobri que apenas à noite que a rotina deles é mais calma. Eles, porém, estão tão cansados e ainda precisam estudar durante o período noturno (os cadetes costumam dizer que é com o toque de silêncio que as atividades começam, pois terão que estudar, às vezes, a noite inteira para dar conta dos trabalhos escolares) que se torna muito difícil fazê-los doar de bom grado um tempo para entrevistas e conversas informais com um pesquisador tão alienígena quanto eu, que não entendia patavina do “militarismo”.

Em um primeiro momento, eu conversava mesmo, de sentar calmamente, tomando um café, era com os oficiais e com os soldados do Corpo da Guarda. Ademais, tive que me acostumar a ser um “civil”, um “paisano”, em um lugar onde todos estavam fardados. Há um efeito de visibilidade impressionante em ser o único civil (e com roupas civis) em meio a tantos indivíduos fardados, um efeito de visibilidade que é também de deslocamento em relação ao universo em questão.

Quando da minha primeira visita (de pesquisa e também a primeira vez que estive na Academia), no dia 9 de setembro de 1997, eu não sabia ainda qual era o procedimento de entrada. Tampouco conhecia as formas de tratamento para lidar com o universo militar. Na verdade, eu sabia teoricamente. Havia

me informado sobre o tema, como cabe ao pesquisador fazer, mas carecia de conhecimento prático sobre o assunto. Resolvi então utilizar o termo “senhor” para todo mundo. Ao final do trabalho de campo isso deixou de ser problema, habituei-me a usar uma série de nomes que antes da pesquisa me eram alheios. Já chamo com desenvoltura as pessoas de coronel, major, capitão, tenente etc., mesmo que ainda não tenha olhar clínico para distingüir rapidamente com quem estou falando a partir dos signos que os policiais militares carregam sobre os ombros, em suas fardas: as patentes. Pois entre militares a autoridade é patente! Mas o pesquisador não deve se deixar levar facilmente por essa forma explícita do sistema de autoridade, pois, do ponto de vista das relações de poder, existem algumas nuances importantes, como, por exemplo, a de um major que pode ser tido como “líder”, um exemplo a ser seguido, imitado e admirado, em oposição ao coronel pouco querido pelos subordinados, considerado até medíocre e, portanto, tido, simplesmente, na conta de “chefe” hierárquico. O que está conforme às observações de Castro (1990) em sua etnografia sobre a Aman, onde o mesmo tipo de categorização podia ser mapeado.

Ao chegar pela primeira vez à entrada da Academia, a sentinela que montava guarda perguntou-me o que eu queria. Expliquei-lhe que tinha um encontro com o coronel Fulano de Tal. O soldado então pediu-me que estacionasse o carro e me dirigiu ao Corpo da Guarda. Na falta de entendimento do que ele havia dito, resolvi simplesmente seguir na direção que ele apontava com o braço. Eu não sabia que Corpo da Guarda era o grupo de soldados, cabos e sargentos responsáveis pelo policiamento do quartel, e que, ao mesmo tempo, a expressão designava o lugar onde ficava a base desse grupamento, a saber, logo na entrada principal do bloco administrativo da Academia. Enfim, todo quartel possui o seu Corpo da Guarda.

Na entrada do bloco principal (o administrativo), tive tempo de ler na fachada: “O futuro da Polícia Militar nasce aqui.” Essa frase, tantas vezes visualizada, ganharia outro sentido quando da cerimônia de formatura, descrita no quarto capítulo deste livro. Mandaram-me ficar na sala de espera, depois de terem anotado meus dados pessoais (nome e carteira da identidade civil) e me dado um crachá de visitante. A sala de espera é contígua ao gabinete do comandante da Academia. Enquanto esperava pelo coronel e instrutor que eu não conhecia pessoalmente, lancei uma olhadela para as diversas placas que cobriam as paredes do corredor principal do bloco em que me encontrava – eram placas comemorativas de turmas de aspirantes a oficiais. Em uma delas achei o nome do meu primo que hoje é capitão. Elas seguem o padrão de exibir o nome dos formandos, o ano da formatura, o paraninfo da turma, o homenageado e os brasões oficiais do estado e os da Polícia Militar, parecidos com os da univer-

cidade. Quase me senti em ambiente familiar. Note-se que eu estava no bloco administrativo da Academia. Além dele, existem mais três: o que comporta a Companhia de Alunos e as salas de instruções, o que serve de sede ao rancho e aos dormitórios dos cadetes e o que alberga o CSP, construção mais recente, afastada das três primeiras.

Poucos cadetes circulavam no bloco administrativo – depois descobri que eles são proibidos de fazê-lo, exceto se tiverem autorização para tanto. Foi aí que encontrei o coronel por quem eu esperava e fui apresentado por ele a todos os oficiais com quem cruzávamos. Aos poucos fui me inteirando do modo como as coisas funcionavam por lá.

Eu supunha que militares fossem eternamente taciturnos, impassíveis como robôs (é essa a impressão que causam quando estão perfilados em uma fileira cerrada de choque, prontos para dispersar uma manifestação), mas descobri que o ambiente na Academia era até alegre, um lugar onde os pares (leia-se os oficiais de mesma patente) faziam gracejos uns com os outros, riam juntos pelos corredores de algum comentário alheio (foi a primeira vez na minha vida que vi um militar fardado rindo), enfim, em vez dos soldados prussianos que povoavam a minha imaginação, encontrei pessoas bem descontraídas. Mas não em todos os momentos, é claro. Não quero com isso afirmar que a atitude, o ar e a postura marcial estivessem ausentes do ambiente, pelo contrário, muitas seriam as provas do caráter marcial observado no universo da Academia. Todavia, os militares não eram tão “caxias” quanto eu pensava. Aliás, esse termo, derivado do antropônimo Caxias, patrono do Exército, é uma categoria nativa da sociedade brasileira e era usado, às vezes, para designar o oficial ou cadete mais militarizado. Combina, igualmente, com a categoria mais freqüente de “vibrador”, ou seja, aquele que executa as atividades policiais militares com muito entusiasmo e disposição. Quanto mais vibrador um militar, mais ele leva a sério os códigos de honra, de disciplina e de lealdade aos líderes da corporação. Os cadetes citaram os integrantes do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) como exemplo de vibração, além deles mesmos, que devem ser os mais vibradores de todos os integrantes da corporação.

Entre novembro de 1997 e fevereiro de 1998, mantive-me afastado da Academia para finalizar os trabalhos do mestrado e realizar pesquisas bibliográficas e documentais. De fato, dezembro e janeiro são meses de recesso escolar na instituição, sendo que as atividades recomeçam, pouco a pouco, a partir de fevereiro.

Em 20 março de 1998, retomei o contato com a Academia e passei a assistir aulas com aqueles que estavam iniciando o terceiro e último ano do CFO. Agora sim, depois da experiência com capitães, eu estava convivendo diretamente com

cadetes em sala de aula. Tinha condições de observá-los em suas conversas, posturas e no modo como emitiam suas opiniões sobre os assuntos relativos à segurança pública, discutidos em classe.

Continuei igualmente a freqüentar a biblioteca, só que dessa vez as conversas informais começaram a incluir, mais freqüentemente, os cadetes. Assim, iniciei uma nova etapa do meu trabalho de campo. Assisti, todas as quintas-feiras, a uma instrução com os terceiranistas.

Os primeiros cadetes a buscarem aproximação comigo foram aqueles que haviam “trancado” a universidade para fazer o CFO. Faziam questão de afirmar essa ligação com o meio universitário. Um fora aluno de ciências sociais, outro de história, um de direito, letras e assim por diante. Eles faziam questão de me mostrar que sabiam o que eu queria, que tipo de estudo eu estava realizando, mesmo que não dessem maiores explicações. Era como se me dissessem: não somos de outro mundo, viemos de lá, de onde você vem. Foi isso que li em suas atitudes.

Descobri que, como os oficiais, os cadetes e as praças do Corpo da Guarda se dividiam em duas posturas: uma mais simpática ao meu trabalho e outra menos simpática (às vezes, claramente antipática) à minha presença na Academia. Assim, os oficiais, os cadetes e as praças com quem tive a oportunidade de discutir minha pesquisa se posicionavam diferentemente com relação a ela.

Eu desconhecia a existência dessas diferenças de pensamento entre os membros da corporação. Entre os oficiais havia, para simplificar, duas posturas básicas: uma que desconfiava de meu trabalho, daquilo que eu poderia escrever de negativo sobre a Academia e que viesse, assim, a piorar a já prejudicada imagem da corporação. Eu ouvia coisas como “Veja lá o que vai escrever sobre a gente”, “Você vem aqui e depois sai falando mal de nós”, “Cuidado com as generalizações” etc. A outra postura me dizia em geral que as polícias militares precisavam “estreitar laços com a universidade”, aprender a trabalhar num regime democrático, e que minha pesquisa era bem-vinda. Estes me pediam para lhes fornecer uma visão crítica da corporação, de modo que ela pudesse auxiliar nos esforços de melhoria do serviço etc. Tal atitude não deixava de lado, na minha avaliação, as desconfianças, mas elas eram geridas de modo diferente. Em alguns momentos, pude encontrar os dois posicionamentos em um mesmo oficial, mas em contextos diferentes.

As praças do Corpo da Guarda se interessavam pelo meu trabalho e me faziam perguntas sobre o seu andamento. Contavam-me histórias de sua experiência policial militar sem que eu pedisse. Gostavam de conversar, simplesmente. O interessante é que me cobravam, com uma ponta de censura, a minha suposta falta de interesse por elas. Questionavam os limites da minha pesquisa, pois

eu não poderia entender a Polícia Militar sem estudá-las. Ironicamente, me mostraram como eu as havia excluído ao demonstrar interesse somente pelos oficiais, adotando, portanto, o ponto de vista do oficialato para compreender a corporação – ou seja, eu havia assumido o recorte feito pelos oficiais segundo o qual são eles os elementos de maior valor no conjunto dos policiais militares. As praças me fizeram ver que eu me identificava mais com os oficiais do que com elas, o que era uma estrondosa verdade, com a qual eu não havia atinado.

Tive longas conversas com dois soldados do Corpo de Guarda da Academia que foram muito simpáticos e gentis comigo. Outros eram mais reticentes; às vezes, nem respondiam ao meu cumprimento, um simples bom-dia ou boa-tarde.

Também vivi essa experiência no trato com os oficiais. Uns eram muito gentis, educados, simpáticos, formais; outros me evitavam, faziam questão de demonstrar certa indiferença com relação à minha pesquisa e, por vezes, à minha pessoa. Um ou outro foram hostis, de modo discreto, é verdade, afinal eu estava autorizado pelo comandante a fazer meu trabalho, era “um convidado” na Academia. Ademais, meu *status* pessoal estava ligado ao da universidade.

Comecei a partilhar com alguns dos cadetes a opinião de que os tenentes eram os mais ranzinzas, os menos conversadores, os mais hostis do conjunto dos oficiais. Apenas um ou dois, dentre os vários com quem cruzei, foram simpáticos comigo. Lembrei dos versos aprendidos na minha infância: “Hoje é domingo, do pé de cachimbo, cachimbo é de ouro, bateu no besouro, besouro é valente, bateu no tenente, tenente é valente que bate na gente!”

Um capitão PM, numa conversa informal, me alertou para o fato de que meus esforços de pesquisa seriam parciais caso eu me detivesse apenas na análise do processo de formação dos policiais militares na Academia. Segundo ele, eu conheceria uma “visão de escola”, em oposição à “visão de rua”. A meu ver, ele queria dizer com isso várias coisas. Primeiro, eu não deveria concentrar a minha atenção exclusivamente sobre oficiais com visão de escola. Deveria tentar conversar com os policiais militares mais “operacionais”, com visão de rua. Segundo, eu não deveria desconhecer a existência de um certo conflito na corporação entre essas duas perspectivas. Terceiro, o que se aprende na Academia nem sempre “serve” ao que se faz na rua (ele assumia, ao dizer isso, a visão de rua).

Inferi do que me disse esse capitão que eu não poderia desconhecer as diferenças entre os policiais militares “operacionais” (sejam praças ou oficiais) e os “moitas”, que vivem fugindo da rua, usando inclusive de pistolão para atuar na “atividade-meio” e não na “atividade-fim” da Polícia Militar, como me indicaram em conversa informal.

Como assinali linhas atrás, “Sinta-se em casa” ou “Fique à vontade” são

sentenças que nos remetem ao processo de introdução de um indivíduo no espaço da domesticidade alheia e ocupam uma posição não-desprezível nos códigos da etiqueta dos brasileiros que recebem em suas casas. São fórmulas pronunciadas quase sempre à guisa de boas-vindas, nos momentos que antecedem o sentar-se e o cafezinho, servido ainda no alpendre ou na sala de estar. Com estas fórmulas, depois das devidas apresentações, intermediadas ou não, por uma certa intimidade que demarca distâncias, os elementos estrangeiros, visitantes, alienígenas ou simplesmente não muito familiares, como compadres distantes ou compadres de compadres, são introduzidos na ordem da casa ao passo que são fixados na poderosa categoria que é a de “convidado”.

Ao ser recebido com estas fórmulas, três ou quatro vezes, durante o meu trabalho de campo na Academia, além das ocasiões em que os atores não as usaram explicitamente, mas impuseram o sentido que elas veiculam, através de gestos e outras expressões, ganhei consciência de que, para os policiais militares, os termos emprestados da ordem doméstica eram mais do que metáforas, porque parte significativa do habitar, morar e vestir desses policiais está ligada à vida nos quartéis ou em viaturas.

Os “convidados” dos policiais militares são muito bem recebidos pela corporação. Serão alvo de medidas, atenções e gentilezas por parte dos oficiais. No início da pesquisa, eu me entusiasmava com esta receptividade e pensava: “Que maravilha, tudo está aberto!” Ledo engano, as coisas não eram bem assim; a inserção multiplicava-se em várias. Fui instado, inclusive, aqui e acolá, a oferecer opiniões sobre o destino social das corporações policiais, correndo o risco de ensejar pequenas disputas com meus interlocutores. De fato, uns me testavam, e outros queriam realmente ouvir o que eu tinha a dizer.

No dia 11 de dezembro de 1998, fiz a observação da cerimônia de formatura justamente da turma com a qual tinha assistido aulas. Essa experiência de campo foi a base para a realização do último capítulo.

No primeiro semestre de 1999, para finalizar minhas atividades, senti necessidade de realizar entrevistas gravadas retomando pontos já recolhidos em outros momentos, a fim de esclarecê-los. Assim, essa última etapa da pesquisa forneceu o grosso do material registrado em gravador. Além disso, continuei a observação direta do universo da Academia, inclusive no dia 3 de março de 1999, quando meu orientador, respondendo a um convite, ministrou uma palestra no auditório da instituição.

Um último aspecto merece ser mencionado; a negociação de minha inserção na Academia se deu no contexto imediatamente posterior às greves dos policiais militares. Os oficiais e os cadetes ainda discutiam entre si o sentido dos acontecimentos. Oficiais falavam abertamente de suas desilusões, dos problemas da

corporação, tanto em conversas informais, mais reservadas, quanto em plena sala de aula, como temas de discussão coletiva. Entre outras coisas, eu pensava em como seria iniciar o meu trabalho de campo sob tais condições. Com o comandante-geral baleado, o clima na corporação deveria ser pouco favorável ao meu pedido para iniciar a pesquisa na Academia. Mas o fato é que, um mês após esses acontecimentos, dei início ao trabalho de campo.³

Condições existenciais, políticas e sociais do campo

Eu possuía uma visão bastante esquemática e emotiva dos policiais militares. Muito antes de me dar como tarefa a construção de uma visão sociológica sobre eles, me guiava por um tipo de pergunta que gostaria de chamar de kafkiana: que tipos de pessoas são eles?⁴ A minha atitude inicial era a de quem se via às voltas com a perspectiva de estudar um grupo social pelo qual não nutria nenhuma simpatia pessoal ou política. A simples idéia de estar no meio dos policiais me inquietava.

Não que, de um ponto de vista biográfico, eu estivesse a uma distância real do mundo policial, pois sou filho de uma delegada da Polícia Civil do Ceará e os distritos, os plantões, o ambiente da Academia da Polícia Civil, das festas e solenidades dos policiais, da Secretaria de Segurança, a linguagem do mundo policial e tudo o mais não me poderiam ser de todo desconhecidos. Apesar de sempre terem permanecido estranhos e distantes quando capturados a partir das minhas relações de sentido mais caras. Este detalhe biográfico pode suscitar devaneios psicanalíticos por parte do leitor, mas o que eu *desejava* mesmo era minha mãe fora da polícia, pois minha imagem do mundo policial era a pior possível: universo corruptor, violento, lugar onde se perde a ingenuidade e a humanidade, um não-lugar.

Diga-se de passagem, ser filho de policial não foi utilizado em nenhum momento na composição da minha insígnia de pesquisador, não foi um elemento sequer mencionado na busca de acesso à Academia, até porque, não obstante o respeito que policiais civis e militares têm por obrigação de manter uns pelos outros, existem muitos conflitos entre eles (uma realidade delicada), de modo que o fato de ser filho de uma delegada da Polícia Civil – como sempre presumi, no que era contraditado por minha mãe que dizia: “Não, você está enganado, eles têm muito respeito pelos delegados” –, podia até soar negativamente, como se, por herança, eu fosse ser portador da visão negativa que os policiais militares afirmam que os “civis” nutrem sobre eles.

O contrário também seria verdadeiro, pois não são menos negativas as imagens com as quais os policiais militares descrevem os “civis” (policiais).

Um oficial PM, em conversa informal, certa vez me disse que os policiais militares “às vezes se excedem” e agem com excesso de violência. Ele fez questão de admitir que existe certa truculência em algumas ações da Polícia Militar (jamais admitida ou incentivada pela corporação, obviamente), o que demonstrava um anseio de não parecer um sujeito intransigente e sem senso de realidade. Mas apontou o distrito policial como o lugar da corrupção e da tortura, longe dos olhos da população e das lentes da imprensa. Em razão do caráter ostensivo da atividade policial militar, o oficial em questão finalizou seu argumento (altamente padronizado e coletivo), dizendo que apenas os “erros” dos policiais militares acabavam sendo divulgados pela imprensa, pois o cenário do “erro” é a rua, à vista de todos, enquanto o que se passa no interior dos distritos policiais (o inquérito como principal fonte de corrupção policial e a tortura como meio de investigação) acaba ficando longe da imprensa e da imagem pública da Polícia Civil. Como escreveu um oficial da Polícia Militar, “o PM vem se promiscuando com agentes de polícia (civis com pouca formação e sem disciplina militar) e pouco a pouco transformando-se num paisano indisciplinado e impregnado de vícios comportamentais e vínculos de amizade com marginais, com sérios reflexos na futura imagem da Corporação” (com resguardo da fonte).

Parece que é justamente para contrabalançar o fato de ser filho de policial civil que tenho um primo capitão da Polícia Militar do Ceará e cuja experiência como cadete, na década de 1980, na Academia, pude acompanhar com certa atenção familiar e admiração. Todavia, meu problema com a polícia foi menos de ordem familiar e mais de ordem política. Conversando com um cadete sobre minhas aversões às polícias, ele comentou em tom desolado: “A gente nunca agrada ninguém.”

A natureza da minha relação com policiais (não apenas com os militares) fundava-se numa espécie de aversão socialmente construída e mediada por um simbolismo (principalmente político) alimentado por tudo, menos indiferença, o que já implicava numa certa condenação moral do grupo investigado. Eu partilhava as idéias segundo as quais a polícia ocupa um lugar socialmente negativo, é uma organização cujos integrantes estão em oposição aos valores da democracia, da justiça e da igualdade social. Aprendi, talvez com algum exagero, típico do movimento estudantil, a me sentir humanamente distante dos policiais – eles estavam do outro lado, do lado dos inimigos políticos das classes dominadas junto às quais eu me postava ideologicamente, o que me faz pensar na seguinte afirmação de Geertz (1989), que inspirou este capítulo:

A exigência de atenção de um relatório etnográfico não repousa tanto na

capacidade do autor em captar os fatos primitivos em lugares distantes e levá-los para casa como uma máscara ou um entulho, mas no grau em que ele é capaz de esclarecer o que ocorre em tais lugares, para reduzir a perplexidade – que tipos de homens são esses? – a que naturalmente dão origem os atos não-familiares que surgem de ambientes desconhecidos (p. 16).

Minha postura com relação ao grupo pesquisado não era desapaixonada: ela teve que ser construída e reconstruída diversas vezes por causa disso. Os policiais associavam-se, no meu universo social, aos interesses menos dignos da sociedade, às tendências mais conservadoras e reacionárias, aos poderosos, às classes dominantes, enfim, eram leais “cães de guarda da burguesia”, “truculentos”, “paus-mandados”, pois “secretamente ou não, todos possuem um vocabulário correspondente de difamação, dirigido aos outros” (Elias, 1998, p. 18). Estas imagens são detestadas por eles, que preferem se apresentar como “servidores da comunidade”, “guardiães” e profissionais da segurança pública. Os policiais militares também possuem um vocabulário de difamação dirigido aos cientistas sociais e aos militantes de direitos humanos, apesar de o esconderem a sete chaves e negarem que isso seja fato.

Episódios de violência policial, veiculados pela imprensa ou não, tendiam a ratificar minha rejeição aos policiais. No decurso do trabalho de campo, um episódio ou outro um pouco mais grave me deixava totalmente indisposto para ir a campo. Como, infelizmente, tais acontecimentos são freqüentes, em alguns momentos eu fazia greve de campo. Se a triste memória da repressão política durante o regime militar – em especial, aquilo que dizia respeito às torturas – era um tema perturbador do ponto de vista emocional, imagine-se o fato da violência policial ostensivamente divulgada pela imprensa na véspera de uma ida a campo! Nestas ocasiões, eu sentia vontade de desistir da pesquisa e buscar um tema ligado a realidades mais etéreas, menos obtusas, se é que elas existem. Não obstante, se eu quisesse pesquisar policiais militares, teria que conviver, dialogar e *refletir* com eles e na presença deles. Teria que me interessar por suas vidas, por suas idéias e emoções. A decisão de estudá-los passou por um questionamento dos meus sentimentos e das minhas idéias com relação ao grupo, pois “não apenas as idéias, mas as próprias emoções são, no homem, artefatos culturais” (Geertz, 1989, p. 95).

Cientistas sociais e agentes repressivos: desconfianças mútuas

Ademais, eu não ignorava que iria me debruçar sobre uma categoria

social que pertence, como outras categorias ligadas às burocracias civis e militares, “à vertente mais institucionalizada do Estado Nacional” (DaMatta, 1990, p. 44), contrariamente à massa anônima, “explorada, espoliada, agredida e desconhecida”, chamada “povo” brasileiro (p. 14), com a qual os cientistas sociais historicamente buscaram se afinar. Tomar para estudo grupos sociais dominantes envolve problemas políticos e metodológicos próprios, pois as ciências sociais não refinaram seu instrumental para o estudo de grupos dessa natureza: “a falta de um ‘protocolo’ que ofereça parâmetros para se estudar grupos politicamente hegemônicos” (Leirner, 1997a, p. 19, nota 10) é um problema a ser discutido, pois

usualmente, os poderosos e os ricos são considerados como referência em relação à qual a resistência se estrutura e, de qualquer modo, costumam ser o lado fraco da análise, aquilo que deve existir, mas que não se estuda em detalhes. Os ricos e poderosos constituem, assim, um “outro” genérico que é necessário para explicar a resistência, mas ao qual geralmente não é permitida a representação (Caldeira citado por Leirner, 1997a, p. 19, nota 10).

Todavia, os policiais militares não são propriamente ricos, nem tão poderosos quanto se estima de ordinário, são até mesmo alvo de preconceitos por parte dos setores dominantes do campo do poder.

A objeção padrão dos oficiais para o argumento segundo o qual a Polícia Militar serve à reprodução de uma ordem injusta e desigual passa pela idéia de que a PM não atua sobre as “causas” que produzem a ordem injusta, mas sim sobre os efeitos lesivos à ordem pública devidos às causas das injustiças da sociedade brasileira. Este é um debate entre cientistas sociais e policiais. Os oficiais rejeitam a hipótese de que a PM seja tratada como a causadora de todos os males da sociedade brasileira, enquanto o campo do poder prefere, a meu ver, ter a PM como catalisadora das raivas sociais do que ser, a partir de seu núcleo dominante, objeto dessas raivas. Um cientista social, atualmente lido e admirado pelos oficiais da PM, escreveu:

Seria, entretanto, ingênuo e errado atribuir a extrema violência que caracteriza a sociedade brasileira à polícia. Como se o aparelho de Estado fosse uma entidade que pairasse descolada da população. A sociedade brasileira não está simplesmente submetida à violência: não é uma convivência incômoda, mas, prática e exigência (Pinheiro, 1982, p. 8).

Aliás, ao escrever sobre suas condições de campo com militares das forças armadas, Leirner (1997a, capítulo 1) destacava a dimensão eminentemente política do encontro etnográfico com grupos militares. Segundo sua argumentação, quando o cientista social está tratando com grupos sociais hegemônicos, certos problemas específicos aparecem, os quais, de um modo sumário e selecionado, podem ser assim apresentados: a) os militares ainda são pouco estudados pela antropologia como objeto de estudo autônomo; não há, portanto, instrumentos e modelos desenvolvidos que apoiem o pesquisador de campo em sua trajetória de pesquisa; b) os cientistas sociais são agentes de estigmatização social destes grupos ao pensá-los como “grupo[s] que faz[em] política aliado[s] a grandes grupos econômicos, sempre como uma ameaça às chamadas ‘minorias’, com as quais a antropologia tradicionalmente se afinou” (p. 18); c) existem dificuldades de ajustamento político entre o pesquisador e o grupo investigado, por se tratar de um “grupo acostumado ao poder” que “prescinde da apropriação de textos antropológicos como estratégia de afirmação na sociedade e, com maior razão, de um pesquisador que sirva de porta-voz para o grupo” (p. 22), como acontece mais facilmente no caso de grupos dominados estudados por cientistas sociais.

Norbert Elias (1997) já afirmava que “grupos institucionalizados entendem seu poder como superior, em relação aos marginais, como prova de seu mais elevado valor humano” (p. 170), dando uma indicação sobre as dificuldades ligadas ao estudo desses grupos. Para enriquecer essa discussão, é preciso recorrer à experiência de outros pesquisadores com problemas semelhantes. Em seu estudo sobre o sistema de pistolagem, Barreira (1998a) asseverou, dando visibilidade a um dos “impasses” de sua trajetória de pesquisa, que

é possível dizer que as ciências sociais, quando trabalham com os excluídos da história ou com processos de exclusão, têm, no horizonte de suas reflexões, a recuperação das identidades desclassificadas. Há uma espécie de identificação entre o investigador social e os excluídos da história. Assume-se dar voz aos excluídos, a exemplo dos operários, dos camponeses, dos favelados (p. 20).

Parafraseando, assim, a indagação decorrente de sua reflexão, pergunto-me: é possível dar voz aos agentes de vigilância e controle social? É possível e desejável tornar-se um porta-voz dos policiais militares? Perguntas retóricas, obviamente! Já fiz notar algumas de minhas disposições, afinal, contrárias a isso. A forma do trato com eles só pode ser, a meu ver, a do diálogo com desconfiança.

Em tom mais confessional, em sua pesquisa sobre policiais, Bretas (1997a)

admitiu:

Eu sempre me senti um desviante, mais preocupado com o estudo das formas de dominação, mais envolvido com os meus medos que com minhas afinidades. Antes da história dos vencidos eu sentia ser importante uma boa história do vencedor e dos processos que levaram a este triunfo (p. 13).

No mesmo sentido, ou seja, o dos problemas envolvidos com a natureza das investigações sobre grupos dominantes, Lemenhe (1995) escreveu, ressaltando a dimensão política do trabalho de pesquisa em ciências sociais, que

realizar estudos sobre famílias dominantes é tarefa tão instigante quanto problemática. Em uma sociedade como a brasileira, onde princípios e regras democráticas claudicam, a opacidade do poder se constitui como um desafio não só para o cidadão como também para o cidadão pesquisador (p. 41).

Como se vê, a reflexão sobre esse empreendimento de aproximação dos policiais militares não pode se ver presa da idéia, cara ao pensamento científico moderno, de que o pesquisador procede a partir de um lugar autônomo, neutro, desinteressado. A inserção deste, além de suas implicações sociológicas mais gerais, pode comportar o peso de um ato político. O uso das categorias “ideológico” ou “científico”, por exemplo, por parte de oficiais da Polícia Militar para designar as minhas intenções e objetivos de pesquisa é bastante revelador.

Assim, chega o momento de esclarecer o título deste capítulo. “Teatro de operações” é uma expressão militar com a qual se indica a área onde se desenrola uma operação bélica sob um comando militar unificado. “Na realidade, este termo designa qualquer parte do conjunto da zona de guerra cujos limites estão protegidos, e que, por esse fato, possui uma certa independência” (Clauzewitz, 1979, p. 335), inclusive os quartéis nos quais se aboletam as tropas de soldados. Ao eleger essa expressão para título, estou sugerindo um trocadilho entre “no teatro de operações” e “no campo” [de pesquisa], supondo que o leitor estaja a par de que a expressão “no campo de batalha” é sinônima da expressão primeira. Eu tencionava, usando essa categoria nativa dos policiais militares, de um modo figurado, fazer notar que realizar uma pesquisa de campo sobre policiais militares é realizar um estudo sobre um grupo para o qual a linguagem das estratégias engendra um modo de estar no mundo, ou seja, uma subjetividade socializada, para usar uma das definições possíveis do conceito de *habitus* (cf. Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 101). Esse *habitus* policial militar

é capaz de, em diversos contextos, fazer o elemento estranho à instituição, no caso o pesquisador, passar pelo crivo através do qual ele seja classificado como “amigo” ou “inimigo” da “instituição”, porque, como escreveu um capitão PM (Silva, 1989), “sabemos que o policial-militar tem antes de tudo um nome para preservar – a Instituição. Tudo o que fizer, em nada o afetará, mas acarretará sérios prejuízos para seus componentes e a imagem da Corporação” (p. 23). Não foi à toa que um dos primeiros presentes que ganhei de um capitão foi uma camiseta da Polícia Militar. Independentemente da intenção desse oficial, o presente ganhava o sentido de “vista essa idéia”. Vista a camisa da Polícia Militar, não seja seu “inimigo”, não seja “ideológico” em sua pesquisa.

A intenção do capitão certamente não era essa; ao contrário, era mais a de ser agradável e cordial para com um visitante. O desconhecimento social da imposição faz parte da relação. Por conseguinte, “no trato com militares, o modo de aproximação deve ser considerado prioritário por qualquer um que deseje fazer uma pesquisa com eles” (Leirner, 1997, p. 27) – por isso este capítulo se tornou mais longo do que de costume.

A maioria dos oficiais e dos cadetes que entrevistei não se sentia muito à vontade para falar dos detalhes da vida na Academia ou na corporação. Contar detalhes soava quase como trair os colegas de farda. “Vai comprometer?”, perguntavam os cadetes, reiteradas vezes, quando queriam se sentir mais à vontade para falar. Outros não ousavam fugir de uma postura extremamente formal e oficiosa, respondendo às minhas perguntas de forma quase literal com passagens de manuais, leis ou então a partir de discursos altamente padronizados porque oficializados pela corporação. No todo, estes últimos estavam sempre na defensiva, pois pareciam temer que eu viesse a construir uma imagem negativa da corporação policial militar a partir do que eles pudessem dizer.

A experiência comunicativa dos militares e policiais é pautada quase sempre pela desconfiança, pelo cálculo do que se pode falar e do que se deve silenciar, pelo respeito e lealdade aos seus grupos, de modo que conversar com alguém “de fora” pode parecer uma traição ao grupo, dependendo do que se diz e dependendo do assunto. Há assuntos que até um soldado é autorizado a abordar, segundo fórmulas consagradas, como, por exemplo: “Nossa vocação é servir.” Mas há outros, onde se instaura um cuidado extremo com as palavras, com o que se diz, principalmente diante de um gravador. Esta é uma atitude generalizada entre os policiais. Eles literalmente medem as palavras.

A tensão, portanto, perpassou a minha trajetória de investigação sobre os agentes de vigilância do campo estatal; o caminho da pesquisa de campo comportou o duplo movimento no qual o pesquisador faz uso da dimensão instrumental da racionalidade e busca, ao mesmo tempo, fugir destes padrões,

tentando instaurar condições de diálogo efetivo entre pesquisador e grupo investigado.

No campo de batalha, está em jogo uma relação de recontro com o inimigo, não há espaço para diálogo, para compreensão, para o encontro, apenas para desconfianças. Nos limites da batalha, o uso da palavra é sempre tático, obedecendo ao horizonte estratégico (informação e contra-informação), um aporte do uso das armas, pois há sempre o objetivo de ludibriar, de arrancar do inimigo um segredo que possa desestabilizar suas forças e fazer vencer um dos lados. Isto impõe condições muito específicas para o pesquisador.

Notas

¹ Nome que designa o lugar onde se situa a sede do poder estadual. O governador Tasso Jereissati possui um modo específico de se vestir que simboliza poder e sucesso, desde que ele se tornou um modelo de pessoa bem-sucedida para a sociedade cearense. A camisa de botão de manga curta, dispensando até mesmo em ocasiões mais ou menos solenes o uso do paletó, virou marca do PSDB no estado.

² “O modo de vestir de uma pessoa fornece toda uma gama de sinais para outras; sobretudo, assinala como uma pessoa se vê a si mesma e como, dentro dos limites do que seus recursos lhe permitem, gostaria de ser vista pelos outros. Mas como uma pessoa se vê e gostaria de ser vista também depende da total estrutura de poder de uma sociedade e de sua posição dentro dela” (Elias, 1997, p. 88).

³ Refiro-me aos episódios que assolaram o país em meados de 1997: os policiais militares entraram em greve, insuflados pelo rumo dos acontecimentos em Minas Gerais, fizeram passeatas e obrigaram, com isso, a uma intervenção do Exército em alguns estados. No Ceará, durante uma passeata, o comandante geral da corporação foi baleado em um confronto entre policiais civis e militares grevistas e o Gate que, em demonstração de lealdade e obediência militar, manteve-se fiel à cadeia de comando da PMCE.

⁴ “Alguém certamente havia caluniado Josef K. pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum.” Depois de interrogado em seu próprio quarto pelos policiais que invadiram o aposento sem nenhuma cerimônia, K., buscando “chegar à clareza sobre a situação” que o atormentava, dá-se conta de que “na presença dessas pessoas não podia nem ao menos refletir” [grifos meus], e então ele se pergunta: “Que tipo de pessoas eram aquelas? Do que elas falavam? A que autoridade pertenciam? K. ainda vivia num Estado de Direito, reinava paz em toda parte, todas as leis estavam em vigor, quem ousava cair de assalto sobre ele em sua casa?” (Kafka, 1997, capítulo 1).

Sagrada unidade: concepções, valores e espaço disciplinar

A análise neste capítulo se detém, de início, na apresentação de alguns aspectos do simbolismo ligado à Academia e ao universo dos oficiais. Trata-se de esboçar uma leitura sobre os problemas do significado e do valor da “escola de comandantes”, e, conseqüentemente, sobre o significado e o valor dos oficiais e de seus neófitos. O eixo da discussão é o de promover uma aproximação entre os valores atribuídos pelos oficiais a si mesmos (por meio das auto-avaliações e autoconcepções) e aqueles que dizem respeito à escola na qual são formados e de cujo *status* público depende, em grande parte, o próprio *status* (pessoal e profissional). Em seguida, iluminada por esta discussão, a análise busca desbravar outros elementos, não menos significativos, que estruturam a Academia como estabelecimento social de ensino policial militar, tais como organização social, sistema de normas e princípios da divisão do espaço, sem os quais a discussão ficaria incompleta.

“A análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação (...) e determinar sua base social e sua importância” (Geertz, 1989, p. 19), cuja abordagem se orienta então pelo princípio de que as estruturas de significação relativas à existência social da Academia e dos oficiais não podem ser pensadas sociologicamente sem que os *sentidos* atribuídos à Academia, consciente ou inconscientemente, pelos oficiais, cadetes e pela própria corporação, sejam confrontados com os *significados* provenientes das teorias que disciplinam a percepção e o pensamento do pesquisador. Ademais, em todo o trabalho, se faz uso da distinção entre sentido e significado: “o primeiro termo consagra-se ao horizonte semântico do ‘nativo’ (...) enquanto o segundo termo serve para designar o horizonte do antropólogo – que é constituído por sua disciplina” (Oliveira, 1998, p. 22, nota 5).

Na vanguarda da paz para o bem

Uma unidade social específica possui, certamente, suas regras, normas, princípios de organização, critérios de distribuição do poder, da estima e dos recursos materiais e humanos, contudo, são os valores sociais, expressos em sua vida simbólica, que fazem a sua glória e cujo esplendor anima, por sua vez, “a notável propensão que as pessoas apresentam para projetar parte de sua auto-estima individual nas unidades sociais específicas, às quais estão ligadas por fortes sentimentos de identidade e de participação” (Elias, 1998, p. 19). Como já havia indicado Radcliffe-Brown (1989) a seu modo (estrutural-funcionalista), preocupado sobretudo com a relação entre valores e integração social: “um sistema social pode considerar-se e estudar-se como sistema de valores” (p. 205).

Os processos de valorização arrancam as formas simbólicas das nuvens para jogá-las em contextos sociais específicos, nos quais procedimentos de avaliação produzem conflitos em torno da definição das imagens legítimas da hierarquia de valores do grupo e do mundo ético, conferindo, assim, valor e significado social a toda espécie de ente, entidade, atores, fatos ou ações (cf. Thompson, 1995, pp. 22-23 e Bourdieu, 1998, capítulo 1). Em sentido contrário, as elaborações simbólicas (ideológicas ou não) emprestam aos valores sociais “aquilo de que eles mais precisam para serem coercivos: uma aparência de objetividade” (Geertz, 1989, p. 149), ou seja, dissociam o valor do processo de avaliação que os cria e os afirma para torná-lo “natural” e reconhecível em sua “universalidade” e “necessidade”. Não é demais lembrar que

o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 1998, p. 14).

O simbolismo se esforça em desmentir o fato de que os valores sociais são invenções humanas no sentido nietzschiano do termo (cf. Foucault, 1990a; Deleuze, s.d.; Machado, 1997), e, ainda, em mascarar a concepção antropológica do valor, segundo a qual nenhum sistema de regras possui significação essencial em si mesmo, pois “os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação)” (Bourdieu, 1998, p. 14).

Um exemplo significativo desses mecanismos simbólicos de deslocamento obtive durante o meu trabalho de campo. Para a sua compreensão, é preciso

lembrar que, segundo um registro clássico da sociologia, os militares das forças armadas, os policiais civis e os policiais militares ganham visibilidade como grupos de especialistas em violência que representam, como órgãos executivos, o processo de monopolização da força física, no qual buscam sustentação, com pretensões de legitimidade social, os governos do campo burocrático estatal (cf. Weber, 1982 e Elias, 1994 e 1997). Ou seja, no desenvolvimento estatal da organização da violência dos espaços sociais, a formação destes grupos de especialistas atrelados permanentemente à estrutura do campo burocrático estatal atua como uma condição e um efeito do próprio desenvolvimento do monopólio estatal da força física.

Pois bem, uma ocasião em que conversava informalmente com um tenente-coronel e um major, nas dependências da Academia, fui interpelado pelo segundo e instado a falar sobre quais eram os meus objetivos mais gerais ao pesquisar a Academia. Iniciamos, os três, uma animada conversa sobre problemas ligados à segurança pública, e, sem que eu me desse conta (de modo habitual), na elaboração da minha resposta, utilizei o conceito de “monopólio legítimo da violência” para designar uma das razões de ser da Polícia Militar e das forças armadas e, de modo mais inábil ainda, disse estar preocupado com o processo de formação dos “agentes da violência legal”, referindo-me aos policiais militares. Abruptamente, em tom de defesa, um dos oficiais retrucou que “se é legítimo, então não é violento”, pois “o que é legítimo não é violência”.

O que estava em jogo na sua intervenção era a tentativa (no fundo uma verdadeira obrigação social para os oficiais) de afastar da imagem pública da corporação a idéia de “violência”. Enquanto eu me via em apuros para me corrigir, obtive o apoio do outro oficial que, explicitamente para contornar a situação de conflito simbólico, “explicou” (fez notar) para o seu colega, em tom brando e reconciliador, que eu usava o termo no sentido “sociológico”, como se isso me desculpasse. Ou seja, de fato, ele queria dizer ao outro que eu não queria ofender ninguém, muito menos a Polícia Militar, classificando seus integrantes como “agentes da violência legal”. Deste dia em diante, fui apresentado invariavelmente pelo oficial que discuti comigo a outros oficiais como o pesquisador que estava querendo estudar “a violência da Polícia Militar”.

Enfim, isso demonstra que longe das definições de grupo de especialistas em violência legal ou de agentes de vigilância social, ou o que quer que seja dito neste sentido, os oficiais da Polícia Militar se percebem e preferem classificar-se como servidores da comunidade, profissionais de segurança pública, ou seja, como “guardiães” da sociedade, pois “servir” é a vocação maior do policial militar, “prestar serviço à comunidade”, “defender a comunidade”, “defender

as leis”, “defender a ordem” (cf. entrevista com coronel PM).¹ Para que fique mais claro o modo como se articula o discurso dos oficiais em torno desta questão, vejamos um trecho de um artigo de jornal de um coronel PM de São Paulo, pois os textos dos cientistas sociais e dos policiais militares brasileiros são quotidianamente consumidos pelos cadetes na Academia, uma vez que são copiados e distribuídos entre eles com frequência para subsidiar as discussões em sala de aula:

Ao ser investido na função pública, o policial assume o compromisso de servir à comunidade. É a razão de ser do seu cargo, da instituição e do próprio estado, criados pelo povo para exercer o poder em seu nome, como instrumento de consecução do bem comum. *A natureza da função policial é a de múnus público, ou seja, de encargo da defesa dos interesses da coletividade, não lhe cabendo o direito de deixar de cumprir os deveres que a lei impõe.* A autoridade necessária à atuação funcional do policial não é atributo pessoal, mas do cargo ou da função. Não é, pois, privilégio, e sim meio de impor a vontade da lei e as decisões da administração. É vedado usá-la com intuito pessoal, abusar de sua situação, agir de forma arbitrária ou desonesta. Ao contrário, o exercício da autoridade é mesmo um dever, condicionado à necessidade de impor aos membros da comunidade uma conduta compatível com a ordem jurídica, condição de paz e de tranquilidade públicas. Mas todo esse entendimento de doutrina jurídica não significa que o cidadão será sempre colocado na situação de paciente das ações policiais. É justamente para demonstrá-lo que a instituição, obediente às diretrizes de governo, está implementando a polícia comunitária, na qual o cidadão passa à condição de agente. Ele participa da condução da força; interage para que o trabalho policial tenha êxito e não se exceda. É também um controle legítimo e próprio da cidadania. Por outro lado, quando esse mesmo cidadão for parte em uma ocorrência ou sofrer ação policial, deverá ter a consciência da importância do trabalho da polícia, não se opondo a ele e sim acatando-o, ainda que isso lhe traga o desconforto de revista pessoal ou apresentação de documentos, atos imprescindíveis à segurança pública. O conceito de cidadania em face da polícia passa, necessariamente, pela discussão desses dois papéis que cabem a cada cidadão (Camargo, 1998, 22 de março, grifos meus).

O simbolismo da Canção da PMCE é neste ponto, também, bastante eloquente. E esta canção não é uma mera peça de museu, pois ocupa nas cerimônias da corporação um lugar de destaque, sendo cantada forçosamente com muita “vibração” e a uma só voz (em um contexto cerimonial), criando a sensação

de unidade “mística” para o grupo, segundo uma demonstração obrigatória de sentimentos de unidade e de partilha de um destino comum (ver último capítulo para a descrição de uma dessas cerimônias):

Corporação pujante e valorosa / Que lutou sempre e sempre lutará / Pelo esplendor da Pátria gloriosa / Polícia Militar do Ceará / Raça de fortes, povo de bravos / Radiosa terra do nosso amor / Jamais quiseste filhos escravos / Nós mostraremos o teu valor / *Honra e civismo* eis a legenda heróica / Que nossos atos guia e nos conduz / Nós descendemos de uma raça estóica / Cujo berço é a imortal *Terra da Luz* / Exemplo de *renúncia* e de *bravura* / Em derredor de nós vemos brilhar / É o sertanejo audaz que o sol tortura / É o jangadeiro ousado em frente ao mar / Na história pátria surges sobranceira / Ó secular milícia varonil / Pois na guerra também nossa bandeira / Já tremulou em nome do Brasil [grifos meus].

O oficial, como sua “Corporação pujante e valorosa”, deve ser um “exemplo de renúncia e de bravura”, “honra e civismo”.

[E] é na caserna que o Policial Militar tem o seu caráter fortalecido e voltado para o compromisso de *servir à sociedade* [porque] uma boa *formação profissional* requer, sobretudo, que se faça acompanhar de uma boa formação do caráter moral do Policial Militar, para que suas ações sejam sempre voltadas para o *bem comum*, sabendo honrar e dignificar a profissão, utilizando a *sensatez* e a *legalidade* como parâmetros para a tomada de decisões, evitando, assim, cometer abusos e arbitrariedades (capitão PM em artigo para a *Revista Alvorada*, 1999, grifos meus).

A Academia é concebida como o lugar onde são formados os “guardiães da sociedade” (esta fórmula ganhou espaço até mesmo em um *outdoor* comemorativo, localizado na frente da escola, em seu 71º aniversário). E diante de tantos símbolos conceituais, como os que venho grifando nas citações, o pesquisador não pode agir como se eles fossem fantasiosos, como se os oficiais fossem todos hipócritas e não acreditassem que são de fato os guardiães da ordem para o bem comum.² Vejamos a seguir a reprodução do hino da Academia de Polícia Militar do Ceará para, entre outras coisas, entendermos o título deste capítulo:

Eis que surge e resplandece a Academia / Da Polícia Militar do Ceará / Formando jovens fortes, dia a dia / Por um lindo ideal sempre a lutar / Formando jovens fortes, futuros heróis / Cada dia que vem a Academia brilha mais / A estrela, ó luz de belíssimos faróis / Oh! Salve a Academia

que forma os policiais / *Na vanguarda da paz para o bem / É o lema da sagrada Unidade / Que procura difundir mais além / Defendendo a nossa sociedade / Louvemos a nossa Academia / Dando-lhe honras mais especiais / Cantemos, pois, o nome e elevemos / Esse nome que é berço de imortais (grifos meus).*

A Academia é representada, no universo simbólico dos oficiais e da corporação, como o lugar onde são formados “jovens fortes” que lutam por um ideal, “futuros heróis”, lugar que brilha e merece ser saudado e respeitado, louvado, pois os neófitos da corporação já estão atuando “na vanguarda da paz para o bem”. Este é o lema da “sagrada Unidade”, ou seja, da Academia, que forma os comandantes dos policiais, em defesa da sociedade, por isso ela merece “honras mais especiais”. É neste sentido que “a Academia para a Corporação é tudo, praticamente, porque é ela que forma os futuros comandantes, os oficiais que vão comandar a instituição” (entrevista com capitão PM).

Desde o ponto de vista do oficialato, a Academia é o “berço” da corporação, porque é o lugar onde é forjado o nascimento do “futuro” da Polícia Militar. A glória da Academia está em função da “missão” histórica de ligar o passado, o presente e o futuro da Polícia Militar ao passado, presente e futuro da “sociedade”, ao oferecer para si mesma e para o mundo os elementos responsáveis pelo futuro da “segurança pública”, da “tranquilidade”, da “ordem” e da “paz”. Os cadetes da Academia são os filhos do presente para o futuro da segurança da sociedade. Este ato de doação por parte da PM é considerado pela corporação como uma “tradição” que não pode jamais ser quebrada. As representações simbólicas que informam as associações da Canção do Cadete oferecem uma imagem idealizada do que se espera publicamente dos aspirantes. Assim:

Da Polícia sou Cadete / Levo em peito amor vibrante / Tenho muito para dar / De minha força pujante / Sou de toda a construção / Pedaco de fé servil / Saga da Corporação / E exemplo ao meu Brasil / Em mim nascendo a semente / Que germina um ideal / O modelar lentamente / D’um Aspirante a Oficial / Já não temendo as fadigas / De estudos, exercícios vários / Sou semente do futuro / Sendo exemplo, temo nada / *E o futuro Oficial / Da ordem mantenedor / Se orgulhará do Cadete / Que foi com muito valor (grifos meus).*

Dentre todos os símbolos conceituais, segundo os quais se conforma a auto-representação dos oficiais da Polícia Militar, a “responsabilidade” talvez seja um dos mais enunciados nas entrevistas e um dos mais significativos.

Os símbolos conceituais de “ordem” e “paz” também estão em condições de oferecer um forte pólo de atração para a construção de uma leitura sobre o simbolismo do oficialato, a partir dos quais os oficiais constroem suas percepções sociais e moldam suas condutas.³ A discussão sobre as representações sociais da ordem, da paz, da violência e da luta ajuda, sem dúvida, na compreensão do universo simbólico dos oficiais da PM, atua até mesmo como precondição para compreendermos seus modos de pensar quanto às questões do mundo ético e do universo político. A seguir, oferecemos uma pista, fornecida por um importante advogado do Ceará, ao mesmo tempo professor de direito da Academia de Polícia Militar. Diga-se de passagem, os cadetes se referem ao fato de tê-lo como professor, como uma honra e um privilégio. O que eles não dizem, e aí sou eu quem interpreto, é que eles ganham em dignidade e deferência sociais sendo alunos de uma figura pública de “notório saber”, como se diz no campo jurídico.

As polícias, e sobretudo a Polícia Militar, são tradicionalmente encaradas no Brasil sob uma óptica retrógrada, ligada a uma concepção positivista de ordem pública [minha hipótese é de que as concepções de lei e ordem da tradição judaico-cristã e da disciplina e ordem militares são mais importantes para a compreensão dos modos de pensar dos oficiais da PM, mas não irei desenvolver esse ponto nesta dissertação]. Deriva das origens da própria prática política do Estado brasileiro, que via a liberdade e a cidadania da pessoa sempre sob suspeita, fonte de inquietação para a elite dominante, que tinha o aparelho estatal como instrumento seu, a seu serviço. [...] Ordem pública seria a ausência de toda e qualquer manifestação popular, de reivindicação de benefícios sociais, ou política de oposição ao governo instalado, ou de trabalhadores por melhores salários; quer dizer: a ordem pública ia bem se a sociedade fosse como as águas paradas de um lago, não revoltas como as do mar. Tudo que pudesse atormentar o governante, a facção no poder, feria a ordem pública. Presumia, assim, uma sociedade estagnada, engessada, obreira mas genuflexa. [...] O período de autoritarismo militar no poder consolidou essa idéia turva, vesga, de ordem pública, transformando o conceito de segurança do Estado (na realidade segurança do regime não-democrático) numa neurose, hipertrofiando-se a ponto do cidadão policial seus próprios pensamentos. De ordem pública a segurança pública, o espaço foi pequeno. Engendrou-se um Estado, uma burocracia estatal sempre disposta a sufocar os direitos do indivíduo, a ver o cidadão com reserva, desprezo e intolerância. Por outras palavras – tudo a serviço do Estado e das facções que se apropriavam do poder e nele lutavam para

permanecer o maior tempo possível. Se a outra facção vencida, adotava a mesma prática, visando ao mesmo fim (Porto, 1994, 24 de setembro).

Podemos admitir a impossibilidade de se tomar o pensamento social dos oficiais policiais militares como um fluxo unilateral de sentidos e um bloco monolítico de esquemas conceituais, como se a luta pelo sentido da realidade e pelo poder estivesse ausente da vida íntima da corporação policial militar. Ainda assim, não seria abusivo afirmar que suas lutas não costumam extrapolar certos limites estabelecidos pelo sistema de representação dos oficiais, acompanhados, obviamente, dos mecanismos limitadores ligados à posição política e administrativa da Polícia Militar no interior da estrutura do poder estatal.⁴ Mas passemos abordar o símbolo conceitual “responsabilidade” para adentrarmos, mais ainda, no simbolismo do grupo.

Particularmente [dizia-me um cadete sobre a juventude civil em oposição à juventude militar] eu vejo na juventude hoje o fator irresponsabilidade, certo? Que é o que nós colocamos na nossa massa aqui [na Academia], absorvemos também por obrigação, porque nós conviemos de um regime militar [não no sentido do período 1964-1984; leia-se vida militar, a vida do militar], baseado na hierarquia e na disciplina, e a gente já vê diferente mesmo. A gente já pensa nas conseqüências de qualquer ato e sabe ser responsável pelos seus atos. Eu vejo que hoje em dia a juventude, ela é irresponsável, ela associa muito a idéia de se divertir, ela não consegue ver a idéia do cidadão se divertir sem estar embriagado [por exemplo], é um fato... (entrevista com cadete do segundo ano).

“Ser um oficial requer um comportamento adequado, tem que ser uma pessoa comedida, de raciocínio rápido e certo” (entrevista com cadete do segundo ano). Na “sociedade de pressão”, com seus problemas do dia-a-dia, o oficial não pode perder a “noção no sentido da responsabilidade” (entrevista com cadete do segundo ano). Um oficial não se preocupa com “coisas fúteis”, “banalidades” da vida, para o oficial e para os cadetes há um “futuro” e “uma perspectiva para se basear”, ou seja, aquela da responsabilidade da sua missão na sociedade. Os cadetes, de seu lado, “sabem que a responsabilidade é muito maior” (entrevista com cadete do segundo ano), porque são considerados a “tropa de elite” da corporação, a saga da corporação.

Nesse mundo, com suas “diferentes correntes de pensamento”, é preciso buscar a forma de interação social com o outro, pautar-se por “uma boa conduta”, ou seja, responsável, respeitosa para com o outro:

O nosso jeito é esse, tem que manter uma conduta. Às vezes a gente sente vontade de fazer alguma coisa, mas não faz, simplesmente pelo fato de ser cadete, de representar uma classe que tem que ser cem por cento, pelo menos aqui. Não pode ser totalmente na prática, mas pelo menos noventa e nove por cento de teoria a gente procura ser [segundo as boas normas de conduta] (entrevista com cadete do segundo ano).

Há uma expectativa social, percebida pelos cadetes como muito forte, quanto à necessidade do bom comportamento em suas vidas. “A gente nem sente só a necessidade de agir diferente, mas de uma certa forma de obrigação, porque a gente vai de certa forma combater muitas coisas que talvez ele [a pessoa do oficial] poderia fazer [...] a expectativa da gente é de sempre manter uma conduta certa” (entrevista com cadete do segundo ano). A preocupação com a “boa conduta”, com a “conduta correta”, significando isso quase sempre uma expectativa social pela obediência estrita às normas, às leis e aos princípios éticos dos oficiais, se acentua quando, no interior da PM e da sociedade inclusiva, estamos falando dos cadetes.

Porque nós somos espelhos para a juventude. Quando a gente entra aqui [na Academia] a idéia que mais é disseminada para nós, que é mais inculcada em nossas mentes é essa, nós somos espelhos para a juventude. Nós vamos o quê? Manter a ordem pública, então se nós não dermos o exemplo, como é que vamos querer que as pessoas dêem exemplo? Não tem respaldo, você não vai ter respaldo. Então, quando você entra [na Polícia Militar] [...] *você sente o peso da responsabilidade, você realmente sente o peso da responsabilidade* (entrevista com cadete do segundo ano. Os grifos correspondem ao tom enfático do cadete).

O cadete sente necessidade de corresponder a tais expectativas. A “boa conduta”, a “conduta correta”, de abraçar “aquela responsabilidade de cuidar [das pessoas, dos cidadãos]”, chega a ser um dever. Quando o cadete está na rua, sente a necessidade de proteger.

Eu queria proteger, eu não queria que nada de errado acontecesse, eu vi uma pessoa na conduta errada, eu ficava observando para ver se ela ia fazer alguma coisa contra a lei para poder agir, porque eu me preocupava com... era muita violência, muita gente embriagada (entrevista com um cadete do segundo ano que contou uma de suas primeiras experiências, em estágio, no policiamento nas ruas).

Para se guiarem na busca de responder a essa expectativa, os oficiais da Polícia Militar constroem uma auto-imagem centrada em símbolos conceituais como responsabilidade, formação humanística, coragem, bom senso, vocação, honestidade, moral, iniciativa, liderança, equilíbrio emocional, qualificação profissional, determinação, saúde e inteligência, honra, civismo, lealdade, legalismo, entre os outros já indicados.⁵ As expectativas, conscientemente arroladas pelos cadetes quanto ao seu futuro, demonstram que esta representação da Academia como elo de ligação passa a orientar os esquemas de percepção do próprio grupo de futuros dirigentes.

De modo sumário, as expectativas dos cadetes eram explicitadas em enunciados dos mais diversos. Eles se diziam “os aspirantes do ano 2000”, capazes de formar a “nova geração”, sempre agindo dentro da lei (cadete do segundo ano). Prontos a “reintegrar a polícia à sociedade”: “quero fazer com que a sociedade sinta que a polícia está ali, que ele é amigo”, “eu vou ser comandante-geral um dia” para tanto (cadete do segundo ano). Expressavam “um desejo muito grande de renovar” para “poder tentar restaurar a imagem dela [da polícia] e uni-la de novo com a sociedade, tentar mostrar a importância real de um policial militar para a sociedade” (cadete do segundo ano). Diziam ainda: “minha esperança” é “viver a nova polícia militar que está surgindo”, “renovação”, “crescimento”, “ajudar de qualquer forma possível” (cadete do segundo ano). No mesmo sentido, “a gente quer o melhor da polícia, quer limpar essa imagem suja que tem a polícia” (cadete do segundo ano). “Nós temos outros sonhos” além do militarismo – os cadetes querem ser cidadãos plenos e desejam alcançar isso com o conjunto da sociedade brasileira (cadete do segundo ano). Com um suspiro, eles afirmavam:

Eu gostaria que houvesse um reconhecimento da sociedade pelo nosso serviço, nós trabalhamos num serviço que é árduo, é difícil, vamos passar muito tempo de nossas vidas resolvendo problemas dos outros, dormindo, deitando e acordando com a violência do nosso lado, problemas [...] eu espero isso, o reconhecimento da nossa sociedade, de um dia, não só a Polícia Militar, mas que todas as profissões sejam dignas, de um homem brasileiro poder bater no peito e poder ter segurança de levantar, levar toda sua família, sustentar a família, dar educação, dar saúde, dar lazer, segurança, também, e não viver de um mundo de ilusões, de preocupações, o que poderia ser, um dia, viver na realidade (cadete do segundo ano).

Como se vê, há esperança de que haja “muita mudança”. “Daqui a um tempo, somos nós que vamos estar no comando, somos nós que vamos fazer

a segurança, representar, vamos ser cúpula”, “é começar daqui na Academia”, “provocar mudança, mudança no lado positivo” do termo, “o sonho na realidade pode ser o nosso futuro, se a gente assim quiser”, “somos oficiais do novo milênio e o mais importante, somos os futuros responsáveis pela segurança” (cadete do segundo ano). Enfim, “a Polícia Militar deve proteger, não deve bater ou infligir medo em alguém, polícia militar deve ser aquela paterna, aquela figura que lhe dá proteção, lhe auxilia quando você precisa e quando você não precisa, lhe dar carinho, também, lhe dar apoio, lhe dar auxílio” (cadete do segundo ano).

Depois de sumariar o que disseram nas entrevistas sobre suas expectativas esses dez cadetes do segundo ano, passemos ao grupo de terceiranistas. Estes estavam mais conscientes e preocupados com o seu “futuro estrutural”,⁶ ou por ele capturados, do que os jovens do segundo ano.

Eles, então, costumavam dizer: “Eu tenho um futuro, imagino o futuro de chegar ao posto mais alto da Polícia Militar que é coronel, é um sonho”, “atingir um *status* bom” (cadete do terceiro ano). A expectativa “é atingir um posto máximo da carreira militar, no caso um coronel, chegar a comandante-geral” (cadete do terceiro ano). Novamente, é atingir “o posto máximo da nossa instituição, que é o posto de coronel”, “ganhar um *status*” no sentido econômico (cadete do terceiro ano). Isso para “ter uma família”, estudar, se profissionalizar, dizia outro em continuidade a essa idéia (cadete do terceiro ano). Enunciavam que queriam “seguir minha carreira militar até o último posto, coronel, me enriquecer de conhecimentos, não só militar, com os cursos que a corporação oferece, cursos universitários”, “sustentar uma família” (cadete do terceiro ano), porque “educação” é a solução para todos os problemas (cadete do terceiro ano). Há os que querem usar a PM como trampolim para ascensões sociais no campo do poder: “Pretendo ser desembargador. É o meu grande sonho” (cadete do terceiro ano), mas a maioria expõe que quer “atingir o cargo máximo que é o de comandante-geral”, “não só chegar lá, mas ter gabarito para isso”, “ter uma família” (cadete do terceiro ano). Apenas dois desses cadetes se aproximaram das mensagens do grupo de segundanistas, um ao dizer que almeja que “um dia a gente possa viver com mais justiça social, com mais paz”, além de “ser um bom profissional”, não importando se vai chegar ou não a coronel: “Eu quero fazer bem o que eu vou fazer” (cadete do terceiro ano), outro ao querer ser “agente construtor da cidadania”, “eu primeiramente quero cumprir dignamente minha função”, não importa o posto (cadete do terceiro ano).⁷

Em ambos os grupos, os cadetes tratavam de seu futuro como indelevelmente ligado ao destino social da corporação. E o *status* da Academia, como a “Unidade Maior de Ensino”, está associado ao fato de aí os aspirantes serem

educados pelos dirigentes, pensados como uma “elite” institucional, os futuros comandantes da corporação. Há uma crença básica entre todos os oficiais de que na Academia se encontra a “tropa de elite” da Polícia Militar e os cadetes se comportam como tal.

Nós chamamos muita atenção por causa dos uniformes muito polidos, o pelotão que marcha melhor, nós somos destaque na polícia. Muitos oficiais superiores dizem que nós somos os príncipes da polícia. Não nos é permitido erro. Sempre muito polido, sempre a perfeição (entrevista com cadete do segundo ano).

Há um detalhe importante a ser considerado, quanto ao modo como são representadas as atribuições da “escola”. De um lado, a Academia de Polícia Militar é concebida pelos oficiais de acordo com um padrão duplo de atribuição que valoriza um de seus pólos constituintes para a determinação do sentido da existência social da Academia de acordo com os contextos e situações sociais a partir dos quais as imagens simbólicas são manejadas. Se fizermos abstração, momentaneamente, dos contextos e situações que tornam problemática a manipulação do padrão, é plausível descrevê-lo nos seguintes termos. De um lado, a Academia é pensada como um espaço de “formação”, de “qualificação”, de “habilitação”, de “capacitação”, enfim, um espaço de profissionalização, onde são produzidos pedagogicamente os “profissionais de segurança pública” do estado. Aqui os profissionais e o próprio processo de profissionalização são percebidos como um mecanismo de qualidade superior e de maior eficácia de controle sobre a conduta das tropas do que outros tipos de mecanismos sociológicos, como os códigos de honra.

Assim como técnicos de outras áreas buscam constantemente novas técnicas, racionalizam sistemas, criam ou adotam novos processos, buscam economia de recursos humanos e materiais com o objetivo de atingir maior eficiência e maior eficácia, nós também, técnicos em segurança pública, devemos adotar igual procedimento (oficial PM Souza Filho, 1989, p. 4).⁸

De outro lado, tratado como complementação do aspecto já apontado, a Academia é presumida como o lugar de formação da “ética”, do “espírito de corpo” e das “referências castrenses” do oficialato. A Academia reivindica uma dignidade própria. É uma realidade moral e técnica ao mesmo tempo, é um espaço de transmissão de conhecimentos e valores, a “Unidade Maior de Ensino” da corporação, como uma unidade social com relação à qual devem

ser resguardadas “honras” e deferências especiais. Além de ser um espaço de transmissão de conhecimentos técnicos e profissionais, a Academia é um espaço ético e disciplinar, conforme se pode visualizar a partir do seguinte trecho da Introdução às *Normas Gerais de Ação da Academia*:

A Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, Unidade de Ensino de Nível Superior da Polícia Militar do Ceará, destina-se a habilitar, formar, aperfeiçoar e especializar *profissionais de segurança pública* do Ceará e de diversos outros estados da Federação. Considerada como a *Unidade Maior de Ensino* da Polícia Militar do Ceará pelos cursos que oferece em nível de graduação, como também pelo *garbo nos desfiles* e pelo *entusiasmo de seus discentes em bem servir a sociedade, quem por ela passa, jamais esquecerá os momentos aqui vividos*. É na Academia que o jovem consegue *se tornar independente*, com poder e capacidade para tomar suas próprias decisões. Ensina-se ao(à) aluno(a) a praticar atos, a fazer e a dizer como se faz, e dar-se acima de tudo o exemplo para o que é pregado, busca-se a eficácia como uma constante dentro de um clima de *camaradagem, cortesia e civilidade*, cultivando e incentivando a cooperação recíproca para um *espírito de corpo coeso* (Estado do Ceará, 1999, p. 30).

Os cadetes, como neófitos da Polícia Militar, são concebidos como portadores futuros do sentido maior da corporação, que é o de “servir à comunidade”, porque “todos nós estamos imbuídos do mesmo ideal de mantenedores da Ordem Pública”, segundo o oficial PM Félix (1989, p. 33) expressou de modo padrão. E, então, pode-se pensar na crença – um verdadeiro ato de auto-afirmação do oficialato – de que os “comandantes” são o fator de definição da “Polícia Militar”. Eles se vêem como seu elemento permanente e mais cristalizado em oposição às “praças”, ou seja, aos “comandados”, aos “subalternos” do “círculo de praças”, elementos mais transitórios, mais sujeitos à força negativa dos “valores externos” (da sociedade inclusiva), em oposição aos valores internos veiculados pela corporação, que seriam justamente os que definem a “consciência profissional” e a “ética” do policial militar, pois “a gente sabe, dos oficiais, eles têm essa consciência profissional”, o conhecimento da função e de seus limites, a ação segundo os preceitos da legalidade, enfim, a internalização dos valores da consciência profissional, “mas quando a gente desce para o nível do praça, eles parecem que estão ali só para passar o tempo, ganhar dinheiro e ir embora” (entrevista com capitão PM).⁹

A ausência de consciência profissional entre a maioria das praças, como sugere o informante, não é um fato defendido de forma consciente pelo ofi-

cialato como um meio de distinção; é antes um fenômeno percebido como negativo para a corporação e para a sociedade, porquanto os oficiais defendem o argumento de que é preciso “melhorar bastante esse processo profissional dentro da instituição” para atingir um nível de profissionalismo entre as praças, como “a gente vê nas grandes polícias de outros países” (entrevista com capitão PM). Todavia, inconscientemente (no sentido epistemológico), é um modo de afirmação da crença na superioridade do oficial, como elemento construtor do grupo, sem o qual sua existência institucional estaria em perigo.

“O oficial é o espelho do resto da corporação” (entrevista com cadete do terceiro ano) e o modo de apropriação da “consciência profissional” não poderia escapar a este processo de diferenciação social. No espaço das relações, os oficiais são representados como as “cabeças pensantes” da corporação e as praças como seus membros, recorrendo a um tipo de analogia com o organismo humano (cérebro e membros). O ponto de vista do oficialato é o dominante e o mais fortemente institucionalizado, seja no interior da Academia, no da corporação, ou seja, no contexto do campo do poder social da sociedade inclusiva, onde o *status* das praças (soldados, cabos e sargentos) é homólogo à sua posição de inferioridade na hierarquia militar.

O *habitus* é um operador conceitual que está preocupado em expressar os princípios ativos de classificação e ação originados da confluência entre estrutura de personalidade e estrutura de poder. Para Bourdieu (1990), os agentes “investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky – com a diferença de que se trata de disposições *adquiridas pela experiência*, logo, variáveis segundo o lugar e o momento” (p. 21). De modo mais simples, o *habitus* é a segunda natureza que garante que o agente se sinta, pense e aja como um peixe dentro d’água em seu grupo social (cf. Elias, 1997, p. 73). O simbolismo nesse processo está em função das relações de poder do grupo: os neófitos participam da vida simbólica, ocupando uma posição especial na estrutura de poder grupal; possuem, portanto, um valor social específico. A interação social dos neófitos entre si e com os membros já iniciados do grupo precisa ser compreendida contra o pano de fundo do *status* especial que se lhes imputa no interior da estrutura de poder desse conjunto de indivíduos.

Os neófitos ocupam um lugar especial na estrutura de responsabilidade do grupo, estão posicionados em situação de liminaridade com relação ao estatuto grupal, ou seja, ao

conjunto de direitos (tanto sobre pessoas como sobre coisas), que implicam certas obrigações e cuja unidade consiste num dos casos, no facto

de serem direitos de uma só pessoa, que podem ser transmitidos, na sua totalidade ou não, a uma outra pessoa ou pessoas; e no outro caso, no facto de serem direitos de um grupo definido (a corporação) que possui esses direitos continuamente (Radcliffe-Brown, 1989, p. 56).

Os cadetes ocupam uma posição especial na hierarquia de *status* do grupo, pois se encontram em situação de liminaridade social – não são ainda integrantes dos quadros de oficiais, porém já são membros da corporação, por conseguinte, sujeitos aos seus regulamentos e normas sociais. Se formam o noviciado dos oficiais, não possuem, como alunos, os direitos específicos destes. Tampouco se confundem com a categoria das praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), em relação à qual os oficiais formam uma categoria superior e separada. Não há, entre praças e oficiais, desde o espaço social próprio do grupo, continuidade de prestígio, de poder e de aspirações. Deste modo, os cadetes são considerados praças especiais, o que lhes dá o direito de partilhar, em ocasiões específicas, o “círculo dos oficiais”.

Se tomarmos o oficialato da PM, podemos pensar que seus direitos sobre si mesmos são em termos de justiça, educação, punição, disciplina, e se multiplicam em muitos sentidos. Os policiais militares podem ser contados às centenas de milhares, “numa instituição com mais de 400 mil homens no país” (Mariano, 1997, 24 de setembro). Seus efetivos em termos numéricos são superiores aos efetivos do Exército brasileiro que, com exceção do corpo de reservistas, perfazem cerca de 180 mil indivíduos (cf. Leirner, 1997b, p. 159). Eles são “pessoas que trazem o mesmo nome” (Mauss, 1981, p. 101), devido ao facto de compartilharem um destino profissional comum, cuja fama e reputação merecem cuidados especiais, pois ao nome da corporação está associada a imagem pública de seus integrantes.

Durante a maior parte de suas vidas na atividade, eles vestem as fardas, portam as armas e usam os distintivos de suas corporações, estando neles expressa a dignidade autoproclamada do grupo.

Organização, disciplina e hierarquia do espaço

A Academia está subordinada, como órgão do sistema de ensino da PMCE, ao comandante-geral da corporação, por meio da Diretoria de Ensino (DE), cujo diretor e sua equipe ocupam parte das instalações do Quartel do Comando Geral, portanto, distante fisicamente do quartel da Academia. A DE tem também, sob sua coordenação e fiscalização, o Centro de Formação e Aperfei-

çoamento de Praças (CFAP), ocupando um terceiro quartel. Como quartel, a Academia possui lá autonomias relativas do ponto de vista da organização das atividades e do ponto de vista tático. Sendo assim, está organizada em termos de batalhão de Polícia Militar, o que implica que ela deve ser comandada por um coronel PM. Enfim, na PMCE, “Quartel do Comando Geral, Comando de Policiamento, Diretorias, Estabelecimentos, Repartições, Escolas, Campos de Instrução, Centros de Formação e Aperfeiçoamento e Unidades Operacionais e outras, serão denominadas de ‘OPM’ [organização policial militar]” (Estado do Ceará, 1980, pp. 1-2).

Quando falo de hierarquia militar, aponto para a distribuição diferenciada das oportunidades de mando no interior do grupo e as posições instituídas a partir desta distribuição – trata-se do sistema de autoridade do grupo. E quando cito batalhões, companhias, pelotões, aponto para unidades táticas, segundo as quais são organizadas as atividades sociais do grupo. Assim:

A estrutura de um exército moderno consiste, em primeiro lugar, num ordenamento em grupos – regimentos, divisões, corpos etc., e em segundo lugar num ordenamento por patentes – generais, coronéis, majores, cabos etc. A organização do exército consiste no ordenamento das suas atividades em tempo de paz e em tempo de guerra. Numa dada organização, cada pessoa tem o que pode ser chamado um papel. Assim, pode dizer-se que quando se considera um sistema estrutural tem-se em mente um sistema de posições sociais, enquanto numa organização se trata de um sistema de papéis (Radcliffe-Brown, 1989, p. 24).

De fato, todo o efetivo da PMCE (aproximadamente 10 mil indivíduos) está dividido em batalhões que, por sua vez, podem ser decompostos em companhias, que subdividem-se em pelotões. O território do estado do Ceará é o “teatro de operações” da milícia cearense. Os batalhões de Polícia Militar estão repartidos segundo a lógica da classificação “capital” e “interior”. O território correspondente a cada uma dessas categorias é dividido em áreas, onde são alocados os batalhões com suas companhias, ocupando mais ou menos a lógica dos bairros.¹⁰

Portanto, batalhões, companhias e pelotões são divisões táticas da corporação. Os batalhões formam uma brigada. A Polícia Militar do Ceará pode então ser considerada como uma brigada de infantaria, do ponto de vista militar (a Polícia Militar do Rio Grande do Sul é chamada até hoje de Brigada Militar). Não há, como no Exército, a unidade chamada “divisão”, porque esta resulta da “combinação das armas, comandada por um general-de-divisão. É a menor

unidade composta de todas as armas e serviços essenciais para conduzir, por seus próprios meios, operações terrestres” (Leirner, 1997a, anexo 2). A reivindicação, dos policiais militares brasileiros, de estender os postos hierárquicos dos seus oficiais até o posto de general abriria a possibilidade de extensão desse fato para o campo de atuações das polícias militares, o que parece não agradar ao Exército brasileiro, que mantém até hoje responsabilidades sobre o controle de armamento e pessoal das corporações de militares estaduais.

Não há divisão de armas na PM – todos são considerados elementos de infantaria em caso de convocação para a guerra. Deste modo, diferentemente do que acontece no Exército, conforme descreveu Castro (1990) em seu trabalho sobre a Aman, a formação do “espírito militar” não se dá através da identificação com uma “arma” (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, intendências, comunicações ou material bélico).¹¹ Se os cadetes do Exército se identificam mais com as armas do que com as turmas, na Polícia Militar, como veremos no próximo capítulo, a construção do espírito de corpo passa pela identificação com uma turma específica (de primeiro, segundo ou terceiro ano).

Passo, então, a esboçar alguns dos elementos da organização social da Academia:

A Academia tem um comandante, que está na função de diretor – é como se fosse diretor, mas só que como tem um diretor de ensino que coordena as atividades conhecidas em toda polícia, então aqui ficou comandante. Então, nós temos a Diretoria de Ensino que fica em outro batalhão, então a Academia está subordinada à Diretoria de Ensino, nós temos a Academia, o CFAP e o Colégio da polícia (entrevista com capitão PM).

Há um comandante e um subcomandante nessa unidade, como em todas as outras unidades táticas da corporação. Eles são um coronel e um tenente-coronel PM, respectivamente, responsáveis administrativos e autoridades máximas do estabelecimento, sendo que “o comandante é o diretor financeiro e administrativo da Academia. O subcomandante funciona como o homem chefe da disciplina, ele é responsável pela disciplina do quartel” (entrevista com capitão PM). O subcomandante tem sob sua responsabilidade direta o aspecto disciplinar do funcionamento da unidade de ensino, repartindo-a, obviamente, com uma equipe de oficiais intermediários e subalternos. Há equipes de oficiais montadas para auxiliar a administração da Academia, de um lado, e promover o seu aspecto disciplinar, de outro. Desse modo, encontraremos uma equipe na Divisão Administrativa e na Divisão de Ensino e Instrução – DEI (não confundir com DE, que coordena todo o sistema de ensino), ligada ao

bloco administrativo da Academia, onde ficam concentradas as instalações do comando, entre outras coisas. Porém, há uma outra equipe, subordinada à DEI que é responsável pela companhia de alunos, na qual os cadetes estão distribuídos em três turmas (primeiro, segundo e terceiro anos), que correspondem a três pelotões de alunos oficiais.

Ligada ao comandante nós temos a Divisão de Ensino e Instrução, que é a DEI. Então, a Divisão de Ensino, ela é responsável por todo o planejamento de ensino na Academia. Quando começam os cursos, quando terminam, quem são os instrutores de disciplina, tal e tal, então, eles têm os currículos de todos os professores e instrutores lá na Divisão de Ensino. Todo curso que funciona na Academia é por conta deles; diplomas, essas coisas, tudo é por conta da Divisão de Ensino, o quadro semanal de instrução, né, nós temos o QTS, que é quadro de trabalho semanal. Então toda semana a gente faz o quadro da semana seguinte (entrevista com capitão PM).

Isso quer dizer que a companhia de alunos possui sua própria estrutura de comando, subordinada à estrutura de comando da Academia. O comandante e o subcomandante da companhia de alunos serão, respectivamente, um capitão e um primeiro-tenente, ambos obrigatoriamente pertencentes aos quadros operacionais da Polícia Militar. Ele são auxiliados por um Núcleo Base, composto da Sargenteação, da Reserva de Armamento e do Almoarifado. É esta equipe de comando que está em contato cotidiano e ininterrupto com os cadetes, não só a partir do capitão e do primeiro-tenente que comandam a companhia, mas também a partir dos coordenadores de turma, pois cada uma das três turmas da companhia de alunos tem um tenente como coordenador. Toda a parte disciplinar, de controle de punições e de concessões de benefícios do sistema de recompensas e sanções da Academia no que diz respeito aos cadetes, é controlada por eles em conjunto.

O comandante da companhia de alunos administra tudo o que se relaciona com a companhia, respondendo aos escalões superiores pelo que quer que ocorra no âmbito da vida dos cadetes na Academia. Ele deve receber diariamente os cadetes para as revistas matinais e para as leituras dos boletins de serviço, ocasiões em que são feitos controles do efetivo (contagem) para verificação das “alterações”, ou seja, se o número de cadetes de uma turma, por exemplo, corresponde ao que deve ser (essas contagens ocorrem ao longo da jornada de atividades; é uma prática disciplinar obsessiva, contar e registrar a contagem dos indivíduos no espaço). Nessas ocasiões, os coordenadores de cada turma

respondem pelas “alterações”. Nas leituras de boletins, são passadas informações de importância geral para a corporação ou temas específicos à Academia. O comandante deve ainda ter sob seu controle o conjunto dos materiais e utensílios utilizados pela companhia de alunos. Ele é responsável pelo comando dos alunos nas solenidades, sobretudo, nos dois principais eventos da Academia, nos quais estão implicados diretamente os cadetes: a Entrega do Espadim, quando os novatos do primeiro ano se tornam de fato cadetes, e a Formatura dos Aspirantes, ocasião em que os cadetes são consagrados aspirantes a oficiais da corporação.

O subcomandante da companhia de alunos, homologamente ao subcomandante da Academia, é responsável pela parte disciplinar. É ele quem julga as “alterações”, ou melhor, as justificativas dos cadetes e dos chefes de turma. Pois, além do coordenador (um tenente), cada turma possui o seu chefe (um cadete), já que um dos princípios basilares da organização militar é o de que todos devem participar da vigilância do cumprimento dos princípios disciplinares. A disciplina exige autodisciplina, portanto os vigiados devem se tornar vigilantes de si mesmos.

Uma observação sobre a arquitetura da Academia pode ajudar na compreensão da descrição dos seus aspectos organizacionais. A Academia compõem-se de quatro “blocos”, que formam um conjunto arquitetônico devidamente amuralhado. Seus desenhos assumem sempre formas retangulares. O campo de futebol, a piscina, a quadra poliesportiva e tudo o mais já mencionado: o bloco administrativo onde estão alocados os setores de comando da Academia, o bloco para as atividades da companhia de alunos, outro que comporta os alojamentos e os locais de alimentação dos cadetes e o quarto para o CSP.

Os muros restringem fisicamente os locais de entrada e saída do estabelecimento, oferecendo, juntamente com os recursos suplementares das guaritas e das barreiras, suporte instrumental para um controle rigoroso da circulação de bens e indivíduos entre os meios “interno” e “externo”. Os muros atuam sobretudo como símbolos de fechamento da instituição (cf. Goffman, 1996, p. 16). Aliás, os quartéis, as fardas, as viaturas ostensivamente caracterizadas são indícios da vida de um grupo social que se descola e ganha certa autonomia no espaço social. E a relação deste grupo com outros grupos se expressa simbolicamente no “esquema físico” de suas instituições, mostrando ostensivamente que se faz necessário manter a segurança contra o mundo de fora e conter o mundo de dentro.

A arquitetura de um quartel reflete a organização dos indivíduos no espaço coletivo. O quartel da Academia, assim como os demais na corporação, é denominado de “organização policial militar” e possui, portanto, um comandante. Como a Academia é uma unidade de ensino cujas atividades são organizadas

como batalhão, seu comandante tem que ser um coronel PM. “Ela é um estabelecimento que tem total condições de sobreviver sozinho” (entrevista com cadete do segundo ano). Na Academia, há condições para que os cadetes passem longos períodos de aquartelamento, caso necessário. Ela dispõe de infra-estrutura de água e luz, alimentação, áreas de serviço, áreas de lazer e esporte etc. Segundo a lógica do quartel, é de suma importância sua própria segurança. Assim, há também na Academia uma guarda do quartel.

“Por ser um estabelecimento militar”, a Academia pode assumir a função de prisão especial. Se “um policial fez um, um militar fez um transtorno na rua, aí foi decretada a preventiva dele, ele tem direito à prisão especial e vem para cá. Então ele fica preso aqui” (entrevista com cadete do segundo ano). Portanto, a Academia deve ser capaz de prover sua segurança e a daqueles que estão sob seu poder. “Os policiais daqui têm que se sentir totalmente seguros, aqui não pode, não pode entrar alguém desconhecido, ninguém que... todo mundo que quiser entrar aqui, civil que for, pode vir que vai ser bem recebido, desde que não venha com más intenções” (entrevista com cadete do segundo ano).

A guarda faz às vezes de segurança e recepção do quartel. Seus componentes controlam todo o movimento de entrada e saída da unidade. Tudo depende do reconhecimento, da revista e da recepção da guarda. Quando um estranho chega ao quartel, ele de imediato tem de parar na barreira montada na entrada e informar ao soldado de prontidão por que veio. As entradas de cada unidade policial militar são sempre vigiadas. Sentinelas são dispostas em pontos-chaves e há um controle contínuo de todos aqueles que entram e saem. O Corpo da Guarda é comandado por um sargento, e composto de soldados e cabos sob suas ordens diretas. O sargento, por sua vez, responde ao oficial do dia. Os cadetes também participam da guarda do quartel. Isso faz parte da instrução.

A organização do espaço é uma exigência primordial da vida na Academia. Sua arquitetura é condição e suporte de suas atividades sociais. A Academia é um quartel. Não é um espaço deprimente, como um presídio ou um hospital psiquiátrico. Ela nunca despertou em mim a impressão de fechamento e de clausura que experimentei nas ocasiões em que realizei pesquisas de graduação em presídios cearenses. Seria enganoso oferecer uma imagem sombria da escola. Ela, muito pelo contrário, é um espaço de muita luminosidade, tanto na parte coberta, quanto na área descoberta. O espaço da Academia deve ser imaginado, antes de tudo, como portador de muita transparência e visibilidade. É limpo, bem cuidado e bastante simples. Muito funcional. Os edifícios não são suntuosos. Não denotam riqueza. Não se oferecem para a leitura de um poder grandiloquente. Não foram concebidos para manifestar a opulência de um poder ou o prestígio de uma fortuna. Nada parecido com estar diante de igrejas góti-

cas, experiência de reconhecimento de nossa condição de criaturas pequeninas diante da grandeza do Deus todo-poderoso; diante de palácios reais, experiência de reconhecimento de nossa condição de súditos de um grande e imponente poder soberano. Ou diante de fortalezas medievais, cujos altos muros e brasões nos comunicam o sentido de honra e os segredos de uma nobreza guerreira. Enfim, nada parecido com estar diante de bibliotecas e museus concebidos para que nos reconheçamos em uma nacionalidade republicana (cf. uma leitura dos textos arquitetônicos feita a partir de Foucault, 1990b).

A concepção arquitetônica da Academia é comedida, não adota a linguagem da desmesura. Comunica apenas, de modo tímido e sóbrio, a soberania política: os símbolos da República, do estado e da corporação estão ostensivamente expostos, hasteados logo na entrada do bloco administrativo, onde também se lê sobre a fachada a frase anteriormente referida: “O futuro da Polícia Militar nasce aqui”, que ganha sentido especial no contexto das cerimônias de formatura que ocorrem no pátio externo. As bandeiras hasteadas defronte a entrada principal são emblemas de uma unidade maior: a nação.

A Academia é um espaço funcional e estrutural, ou seja, portador de uma arquitetura de caráter institucional, para o qual a segurança, a vigilância e o controle da presença e da ausência, da fixação e da circulação de bens e indivíduos entre no espaço “interno” e o “externo” são exigências fundamentais. Sua arquitetura foi concebida como condição e suporte de uma vigilância constante com relação a si mesma e com relação ao mundo exterior, a organização do seu espaço está ligada à organização dos indivíduos no espaço, sendo a presença e a ausência os fios condutores de sua lógica.

Existem desnivelamentos significativos entre os quatro blocos que compõem o conjunto de edifícios da Academia. Antes de proceder a uma análise mais acurada desse fato, é preciso fazer conhecer um pouco mais sobre o estabelecimento social em questão. É necessário oferecer uma descrição das divisões e funções dos quatro blocos, bem como da distribuição de poder que está na base do fenômeno da hierarquia militar.

Os blocos administrativo e da Companhia de Alunos estão alinhados, formando um pavilhão linear paralelo ao pátio externo, onde ocorrem exercícios e desfiles. Há um longo corredor comunicando-os. Basta olhar através do corredor, que corta de lado a lado o edifício retangular, para nos darmos conta de um poderoso recurso de visibilidade. É possível avistar o corredor em toda a sua extensão, de modo que a presença de uma pessoa é imediatamente percebida. Trata-se de um lugar onde o olhar e as imagens têm muita importância. Muito perto do Corpo da Guarda, na parede desse longo corredor, há um espelho de corpo inteiro no qual podemos ler o seguinte: “Este espelho reflete você, você

é a Polícia Militar.” É um recurso interessante de reconhecimento através da técnica do espelho, que pode oferecer reflexos tanto para o visitante quanto para os membros da corporação.¹²

Do lado direito do corredor, para quem adentra o bloco administrativo a partir do Corpo da Guarda, sua entrada principal, há algumas salas que funcionam como setores administrativos, sendo o de informática e a Divisão de Ensino e Instrução os principais. No outro lado, logo à direita, há uma sala de espera, na qual uma secretária civil, sentada ao lado da porta do gabinete do comandante-geral da Academia, fala constantemente ao telefone. Porém, caminhando, a partir do Corpo da Guarda, pelo corredor, em direção ao bloco da Companhia de Alunos, é possível constatar um desnível entre os dois blocos, vencido por um pequeno lance de escadas. O bloco administrativo está no nível superior e o bloco da Companhia de Alunos no inferior. Quem quer que vá ao bloco administrativo a partir do bloco da Companhia de Alunos, terá que ascender a outro nível.

Esse mesmo padrão arquitetônico é seguido em relação ao terceiro bloco, onde se encontram o rancho e os alojamentos dos cadetes, do subcomandante da Companhia de Alunos e dos sargentos e praças auxiliares da companhia. Há outro lance de escadas, de modo que caminhar do bloco da companhia para o bloco dos cadetes é descer de nível. Além disso, o bloco administrativo funciona como fachada principal da Academia. A sua entrada é a entrada oficial, pois é nela que se localiza o Corpo da Guarda. O quarto bloco foi construído posteriormente – está afastado do conjunto arquitetônico original, disposto ao lado do campo de futebol. É o único edifício que possui um andar superior, coincidência ou não, onde funciona o CSP, acima do nível do bloco administrativo. É preciso mencionar as salas de aula e o cassino do CAO que, localizados logo atrás do bloco administrativo, não fazem parte dele – são construções independentes como no caso do bloco do CSP, embora não chegue, de fato a ser um bloco. É o lugar destinado à formação dos oficiais intermediários da corporação (os capitães).

Em frente à Academia, há um pequeno estacionamento, onde, em ocasiões especiais, como as datas solenes que acarretam em cerimônias, os visitantes podem estacionar seus veículos. No muro que o separa da fachada do edifício principal, há um pequeno portão para pedestres que, em dias normais, está quase sempre fechado. Quem entra por ele e segue em linha reta, chega justamente ao Corpo da Guarda, lugar para onde devem se dirigir todos os visitantes, para serem devidamente identificados e registrados. Entre o muro frontal e o edifício principal da Academia, que comporta, dentre outras coisas, a sala do comandante e a Divisão de Ensino e Instrução, há uma “avenida” asfaltada

paralela ao bloco em questão, já que a construção de único andar está disposta como um longo e fino bloco retangular.

Conheço dois modos de entrar na Academia: o portão exclusivo para pedestres (useio-o apenas duas vezes para fazer observação de solenidades); e o portão lateral, onde há uma guarita constantemente (diuturnamente, na linguagem dos policiais militares) guarnecida. É este o portão de entrada e saída no cotidiano. Não que ele não seja usado em dias especiais, pois nessas datas a tropa e as autoridades entram por ele, enquanto os convidados utilizam o portão frontal.

Tendo passado pela entrada, o visitante deve se dirigir ao Corpo da Guarda. Ali, anotam-lhe o nome, o número da identidade e o objetivo da visita em formulários de controle.¹³ A pessoa recebe um crachá para circular pela Academia. Nem todas as vezes recebi esse crachá, pois os procedimentos nem sempre são seguidos à risca e isso por diversos motivos. Quando eu entrava na Academia acompanhando um coronel, e a seu convite, os procedimentos eram como que dispensados. Outras vezes, mesmo entrando sozinho, não me foi exigido mais do que a informação para onde eu ia e com quem iria falar. Em outro contexto, fui dispensado do protocolo porque os integrantes do Corpo da Guarda já me conheciam e sabiam que eu estava fazendo pesquisas na Academia.

Os cadetes estão distribuídos em alojamentos coletivos segundo a hierarquia entre as turmas e conforme o sexo. Homens e mulheres possuem alojamentos separados. Cadetes do terceiro ano, do segundo e do primeiro ano, também. Ademais, com exceção das mulheres, cujo alojamento se localiza no bloco das salas de instrução, os dormitórios masculinos estão juntos, no pavilhão onde funciona, entre outras coisas, o rancho dos cadetes.

Os cadetes são distribuídos em três turmas, além da distribuição organizacional em termos de companhia, na qual o corpo discente está submetido à estrutura de comando, sob a chefia do capitão, comandante da Companhia de Alunos. As divisões entre turmas seguem os preceitos da hierarquia. Há um conflito estrutural entre as turmas que possui função positiva na construção da coesão no interior da turma, em detrimento das relações entre elas.

Existe, na Academia, um espaço de práticas sociais que se exerce em conexão com o espaço arquitetônico. Os quatro blocos de concreto e alvenaria são mais do que o espaço material sobre o qual se assenta a vida social acadêmica. A arquitetura da Academia é a lógica espacial que responde às exigências de uma vida aquartelada. É um espaço em consonância com o regime disciplinar e a instrução militares. Há um espaço de relações sociais que se sobrepõe ao espaço arquitetônico.

A Academia é uma instituição de ensino policial militar que responde a uma dupla exigência: a construção da “boa conduta” por meio do enqua-

dramento disciplinar de uma multiplicidade humana e o desenvolvimento de uma identidade social, a partir da qual os indivíduos disciplinados aprendem a reconhecer a si mesmos como membros de uma coletividade. A Academia é um lugar de formação. Neste sentido, a compreensão do processo de adestramento militar se põe como um duplo problema: a) o da construção de um espaço disciplinar; e b) o da construção de um espaço identitário. Trata-se de pensar como são construídos os indivíduos enquanto corpos disciplinados, possibilitando ao mesmo tempo a fixação do indivíduo enquanto sujeito capaz de obter um auto-reconhecimento específico ligado à cultura do grupo. “O ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios” (Foucault, 1993, p. 207).

Busquei, sempre, vislumbrar o processo de disciplinarização dos cadetes sob dois aspectos: o das práticas disciplinares que constituem o indivíduo enquanto objeto a ser manipulado e analisado e um espaço de produção e transmissão de critérios a partir dos quais os indivíduos aprendem a se reconhecer e a se valorizar fixados em uma identidade (cf. Dreyfus e Rabinow, 1984, capítulos VII e VIII, intitulados, de forma significativa, “A genealogia do indivíduo moderno enquanto objeto” e “A genealogia do indivíduo moderno enquanto sujeito”, respectivamente).

O modo de operar a formação do oficial da PM se produz a partir da reclusão de indivíduos recrutados voluntariamente no seio da sociedade. Isso não implica em exclusão da vida cultural, não significa fracasso, mas um sucesso social. Trata-se da reclusão como técnica do internamento. Os indivíduos não são capturados para simplesmente serem afastados da sociedade. Eles estão na Academia para serem fixados em um novo espaço de relações sociais, aquele que diz respeito ao grupo total dos policiais militares. A exclusão em relação ao mundo civil tem como função fundar em novas bases os laços de lealdade do indivíduo, inseri-lo no sistema de responsabilidade social de um novo grupo, justamente aquele que provê a educação do neófito. “É a estrutura de vigilância que, chamando para si os indivíduos, tomando-os individualmente, integrando-os, vai constituir-los secundariamente enquanto grupo” (Foucault, 1996, p. 113). A Academia é um “aparelho de normalização” controlado diretamente pelo Estado.

A Academia é um quartel e, como tal, segue princípios de organização próprios. Um quartel pode ser pensado como um dos “dispositivos militares”. Estes funcionam como proteção dos limites do conjunto da zona bélica. No *teatro de operações*, as ações, longe de isoladas, são sistemáticas e coordenadas entre si, porque exigem competência no planejamento e precisão na execução.

Não é à toa que são chamadas de “operações”, já que exigem “planejamento específico” e devem-no em muito à capacidade de racionalização do agente estrategista para quem força, poder e violência precisam ser confrontados a partir dos padrões de uma racionalidade dos meios, própria à ação “do general que quer ganhar uma batalha” (Aron, 1990, p. 464). Nesse sentido, a modernidade militar não é inimiga da razão. Ela partilha, com a ciência e a política, do gesto em que se funda a linguagem das estratégias. Gesto que pretende instaurar um lugar próprio, um lugar autônomo, a partir de onde são instrumentalizados os vínculos com uma exterioridade inimiga ou concorrente. Invenção de um espaço estrutural onde o diferente é pensado e anulado, enquanto tal, ao ser instituído como possuidor de um lugar no campo da “exterioridade”, em oposição ao que pertence ao campo do “lugar autônomo” (cf. Certeau, 1996, pp. 99-100).

A racionalidade estratégica estabelece assim uma relação de alteridade, impossibilitando a expressão do diferente enquanto diferente. O encontro entre os diferentes é transformado pela adesão dos participantes ao confronto estratégico entre campos que se opõem. Os policiais militares partilham esses padrões de racionalidade. Por conseguinte, adentrar o pensamento do grupo estudado, buscando compreender sua especificidade é uma importante condição do estudo de especialistas em segurança, vigilância e violência, como os policiais militares. Não se trata de reduzir seu simbolismo à dimensão estratégia e instrumental que eles fazem de suas armas e valores, mas de afirmar que o processo simbólico do grupo não pode ser desligado do fato de que eles partem da linguagem das estratégias.

O pensamento policial militar é um pensamento espacial – para ele o espaço desocupado (sem a presença das forças policiais militares) é um espaço “vazio”; é neste sentido que devem ser definidos “locais de risco” para que as forças policiais militares possam “preencher espaços”. O quartel da Academia é um estabelecimento social com características de dispositivo fechado, cujos edifícios oferecem o suporte arquitetônico para a constituição de um espaço disciplinar e simbólico no qual os cadetes são produzidos como corpos disciplinados e como sujeitos capazes de se reconhecer enquanto noviciado dos quadros dirigentes da instituição. A constituição de um espaço de relações de poder tem como condição e suporte o recorte da multiplicidade humana para formar categorias de indivíduos e fundar posições para estas categorias, umas em relação às outras, de modo a estabelecer divisões a partir das quais as partes podem se reconhecer entre si e a si mesmas no sistema de suas relações.

Neste sentido, Foucault (1984, p. 316) falava de sistemas de diferenciação que permitem uma intervenção sobre o campo de ação dos indivíduos, baseados em diferenças jurídicas, em diferenças tradicionais de *status* e privilégios,

em diferenças econômicas na apropriação das riquezas sociais, em diferenças lingüísticas, culturais e em toda sorte de competências sociais. Ademais, há espaços de poder onde a arquitetura de tipo fechado se torna um suporte material de extrema importância. A arquitetura da Academia está ligada às exigências do modo de organização do espaço na vida militar: vigilância, segurança, transparência e funcionalidade.

As instalações da Academia respondem às demandas do aquartelamento. O sentido primeiro do quartel está ligado à criação de um espaço de *permanência* de tropas. Falar em permanência não é dizer que a vida social do quartel seja uma realidade estática. Muito pelo contrário, há uma dinâmica de práticas, contudo enquadradas pelos limites da rotina militar. O tempo de permanência no quartel é prenhe de muitas atividades. Todavia, elas assumem uma dimensão autocentrada. Enquanto a “atividade-fim” exige planejamento estratégico e eficiência operacional, as atividades de quartel se voltam para a produção disciplinar e simbólica do corpo combatente, exigindo a produção de um saber sobre o controle de coletividades.

As organizações policiais militares, em geral, estão dispostas em espaços físicos concebidos simultaneamente como locais de defesa, provisionamento, permanência, segurança interna e instrução de tropas. A instituição de um mundo humano administrado nos moldes hierárquicos e disciplinares das instituições militares tem, neste processo, um suporte de grande importância. O controle disciplinar e administrativo dos guerreiros e dos agentes de vigilância é uma ciência na qual os militares se tornaram especialistas. Militares e policiais militares são exímios gestores do espaço coletivo, produzem um saber sobre a coexistência dos homens e compartilham ainda com os médicos este refinado saber administrativo da modernidade (cf. Foucault, 1994, p. 194).

Os policiais militares, com suas hierarquias e disciplinas norteando suas mínimas atividades, dedicam grande parte de seu tempo à vida dos quartéis. Quando não estão desempenhando a “atividade-fim” da corporação – a vigilância social em direção à população – desenvolvem trabalhos de vigilância e disciplinarização sobre si mesmos. Os militares na caserna não estão em uma situação de inércia – ao se aquartelarem, debruçam-se sobre si mesmos, ressaltando em suas atividades as dimensões disciplinares e simbólicas de suas interações sociais. A arquitetura do quartel está disposta em função do modo específico como os militares se distribuem a si mesmos no espaço coletivo interno de sua instituição. O sentido primeiro do quartel, portanto, está ligado à criação de um espaço de permanência de tropas. A qualidade social dessa permanência é engendrada por toda uma tecnologia política do corpo, cujo ponto de balizamento é a disciplina, entendida como um processo de maximização das

condições operacionais do corpo para uma forte manipulação de suas potencialidades, ao mesmo tempo que há um mingüamento de suas potencialidades políticas. O espaço de permanência do quartel é portanto, imediatamente, um espaço disciplinar.

Dentre os diversos quartéis da corporação, tanto no interior, quanto na capital do estado, a Academia ocupa uma posição especial, pois trata-se do local onde é formada a “tropa de elite” da instituição. Esta representação social, que veicula uma autovalorização do corpo de oficiais ao apontar para o universo de educação dos cadetes como um processo de construção de uma “elite” dirigente, permite-nos visualizar a elevada posição que ocupa o quartel da Academia para a hierarquia de valores do oficialato.

Desde o início do trabalho de campo, parecia-me evidente que eu começava a frequentar o espaço de um quartel. Todavia, só pude compreender melhor o que isto significava, depois de alcançar o sentido da palavra “quartel”. Durante a pesquisa, ouvi diversas vezes a Academia ser designada dessa forma. Era como se a palavra entrasse por um ouvido e saísse pelo outro. Ela não me dizia nada, não me mobilizava. Praticamente, deixei-a de lado por muito tempo. Enquanto isso, buscava outras chaves para adentrar as características do grupo pesquisado. Confesso que só muito tardiamente dei-me conta de que compreender as concepções e as práticas dos policiais militares dependia de um esforço de apreender os significados da vida de quartel. Essa era uma chave preciosa para a elaboração da pesquisa. E até então, eu sabia pouco sobre isso. Aprendi, como pesquisador, a movimentar-me nos quartéis sem desenvolver, antes de tudo, um conhecimento sobre esses locais e suas regras. Esse conhecimento é posterior à minha socialização de pesquisa. Eu obedecia aos comandos que me orientavam a movimentação lá dentro, sem seguir as regras de movimentação.

Os policiais militares são excelentes gestores de espaços coletivos. Os conceitos de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública, a partir dos quais são definidas legal e publicamente suas atividades, possibilitam entrever, deixando de lado suas armaduras jurídicas, que o problema central do policiamento PM é a distribuição ordeira, produtiva e moralmente saudável das multiplicidades humanas com a criação de locais seguros para a permanência de bens e mercadorias, incluída a força de trabalho, garantindo a segurança do deslocamento da população e da riqueza daí proveniente durante a realização de suas atividades produtivas e despolitizadas (ou seja, disciplinadas) e mapeamento e controle dos “locais de risco” para pessoas e bens. Para isso, os policiais militares precisam estar atentos à elaboração de regras de coexistência dos indivíduos, entre si e com as coisas. Precisam atentar para a circulação de indivíduos e de grupos sociais segundo critérios

de separação, proximidade e vizinhança de certas categorias (cf. Foucault, 1990, p. 214).

A organização dos indivíduos e grupos no espaço social é um objetivo político para o qual os policiais militares dão a sua contribuição constante e ininterrupta, em suas atividades cotidianas de policiamento e nas operações de despolitização de multidões. Fazem funcionar um circuito de vigilância social através da aplicação de micropenalidades, sem as quais suas funções na divisão social do trabalho de dominação social perderiam em efetividade. Os policiais militares estão habituados a agir sobre a multiplicidade humana para pô-la em ordem, para pacificá-la em nome do Estado. Deste modo, a gestão do espaço social da própria instituição policial militar é portanto uma tarefa para a qual os quadros dirigentes dispõem de mecanismos disciplinares de diferenciação capazes de responder às exigências de um controle político minucioso dos indivíduos que lhes chegam às mãos pelo recrutamento e seleção. A educação dos agentes de vigilância é momento em que os policiais militares usam suas habilidades e competências metodológicas para a manipulação dos corpos humanos (produção da conduta). Seus esquemas de classificação e análise social do espaço (fixação de identidades), a partir da criação de correlações estruturais e funcionais entre hierarquias, arquiteturas e grupos de indivíduos ou indivíduos isolados, funcionam como condição e efeito das práticas de divisão do espaço.

A disciplina militar é uma distribuição do poder em hierarquias e se constrói através das inspeções, revistas, exercícios, condicionamentos e modelação do corpo. Na instituição militar, o poder se exerce de forma piramidal (cf. Foucault, 1994, p. 201). O espaço de diferenciação interna da corporação policial militar realiza-se de acordo com os mecanismos disciplinares próprios à organização entre os quais destaca-se a distribuição piramidal do poder entre seus integrantes, formando, assim, uma hierarquia de autoridade em relação à qual se circunscrevem as funções desempenhadas pelos agentes. O espaço interno das relações sociais da organização promove uma primeira grande divisão entre praças e oficiais, em que se assentam as divisões de tarefas na corporação (subordinados e comandantes) e à qual o sistema de ensino responde com a separação dos estabelecimentos onde são formadas as praças e onde são formados os oficiais.

O intercâmbio profissional entre as PMs brasileiras reforça o fenômeno de construção da unidade da categoria (segundo a qual sua característica básica é a ausência de vocação política). Os policiais militares definem em termos das mesmas atribuições (policiamento ostensivo e preservação da ordem pública), crêem em uma mesma “missão” e em uma origem histórica comum. Essa crença em um destino social e político compartilhado é um dos elementos da identidade social dos oficiais da polícia militar: “As Polícias Militares brasilei-

ras constituem uma só família e como tal devem ser respeitadas em qualquer tempo, condição e lugar”, exprime uma das fórmulas nas quais se baseia a auto-apresentação do grupo.

Os PMs integram uma instituição permanente da burocracia militar e policial do campo estatal brasileiro. Ser policial militar é estar posicionado na cadeia de comando e obediência, como comandante ou subordinado. É atuar em órgãos de execução, de apoio ou direção, em torno dos quais se busca um planejamento de atividades pela organização da força física derivada de um modo específico de manejo do espaço coletivo e de seus instrumentos para o uso dos governos estatais. É, enfim, estar em uma carreira para a qual há um processo regular e gradativo de educação e treinamento.

A promoção do recrutamento, instrução e treinamento de seus quadros, a produção social de “homens instruídos e treinados”, ganhou um lugar específico nos anais da história institucional dos policiais militares. A história do processo de institucionalização do ensino policial militar no Ceará não tem mais do que sete décadas e confunde-se com o processo de construção do campo estatal sob o período republicano brasileiro. Diferentemente da corporação policial militar, cuja origem remonta ao estabelecimento, em 1835, da Força Policial da província do Ceará. Deste modo, seriam já 70 anos de história de ensino policial militar, ligada ao período imperial. Um evento que ganhou importância no contexto da história mítica da instituição – um outro ato fundador, como a lei de 1835 – foi o esforço de profissionalização e educação dos quadros da organização a partir da criação, em 1929, da Escola de Formação Profissional da Força Pública. “A missão da escola era de fornecer instrução literária e técnico-profissional aos homens que se candidatavam ao primeiro posto do oficialato.” A escola foi fundada às vésperas da revolução de 1930, o que acarretaria por motivos de ordem político-revolucionária, o seu fechamento entre 1931 e 1935. A Escola, “acompanhando as transformações políticas que o país atravessava na época”, esteve nesse período desativada. Foi somente “a partir da década de 40” que “o ensino passou a ser de maneira regular e planejada”. A instituição de ensino policial militar, reaberta desde 1934 com o nome de Escola de Formação de Oficiais, passou a ser denominada, em 1941, de Escola de Formação de Quadros. “Até 1946, não havia na corporação um quartel próprio como centro de instrução; os cursos eram ministrados ora no quartel-general, ora no quartel do Esquadrão de Cavalaria. Neste último, a instrução funcionou por muito tempo.” Nessa ocasião, a instituição ganhou o nome de Grupamento Escola, “desta feita com quartel próprio”, onde funcionava o Esquadrão de Cavalaria. Em 1953, o nome do fundador da Escola de 1929, o então comissionado coronel do exército Edgard Facó, “como uma forma de

justa homenagem”, passa a fazer parte do nome do Grupamento Escola. Em 1957, o curso de formação de oficiais (CFO) fez “surgir uma muito brilhante página da história da briosa corporação”.

A elaboração da auto-apresentação pessoal e profissional dos policiais militares é uma dimensão significativa deste fenômeno de autocontenção, para o qual mais do que nunca vale a idéia de que na construção do valor social de um grupo “a crença é um elemento da ordem” (Foucault, 1993, p. 99). Os paladinos da preservação da ordem pública e do policiamento ostensivo não poderiam sustentar o exercício de seu poder, com o que contribuem para a divisão social do trabalho de dominação estatal (cf. conceito sugerido por Bourdieu, 1989, p. 139), sem que pusessem em ordem suas próprias fileiras (função da disciplina para a vida simbólica do grupo) e sem que mantivessem à frente delas comandantes competentes, íntegros, legalistas, obedientes aos titulares dos governos estatais e moralmente preparados para assumir as posições de cabeças pensantes e dirigentes de tropas (função simbólica para a vida disciplinar do grupo).

O processo de formação dos oficiais e das praças não esgota, certamente, o trabalho de socialização pelo qual é construída a identidade social dos policiais militares. Há outros momentos e contextos da carreira e da atividade em que isso ganha peso, mas a *educação e instrução* favorecidas pela própria instituição aos seus membros é uma dimensão privilegiada deste processo de construção da auto-imagem e da autodisciplina corporal, sem as quais o objetivo de autocontenção das tropas estaria, na visão pragmática da instituição, fadado ao fracasso. Não é desnecessário lembrar que a auto-apresentação de um grupo se liga a uma estratégia de dominação do espaço social interno em que se diferencia o grupo, bem como a um modo de expressão simbólica de seu valor social. Símbolo visível do poder e da distância social (cf. Elias, 1997) e técnica de sujeição que permite completar a objetivação de um sujeito para permiti-lo fixar-se em si mesmo, em sua própria identidade (cf. Foucault, 1984), buscamos favorecer os dois ângulos do processo com a análise proposta.

Não é exatamente a linguagem do fracasso que se quer falar quando os comandantes da Polícia Militar estão perseguindo e implementando o refinamento dos mecanismos sociológicos do controle interno sobre seus efetivos. A segregação prenhe de atividade do grupo em seus quartéis (efeitos de fechamento), em seus campos de instrução, no próprio lugar autônomo da instituição a partir do qual são pensadas e articuladas as relações com a “exterioridade”, procedimentos típicos da racionalidade estratégica (cf. Certeau, 1996, p. 97-102), obedece ao objetivo político de construção do espírito de corpo, ou seja, da identidade social policial militar e de seus valores, porque “*toute socialisation réussie tend à obtenir des agents qu’ils se fassent les complices de leur destin*”

(Bourdieu, 1989, p. 69).¹⁴

O processo de seleção para o primeiro ano do CFO se divide em etapas, algumas aplicadas pela universidade e outras pela PM. Quando os candidatos selecionados para o primeiro ano do CFO se apresentam na Academia para o início das aulas, já encontram os cadetes do segundo e do terceiro anos do curso em atividades. Estes se apresentam em fevereiro, antes das festas carnavalescas. Os cadetes podem tirar serviço durante o carnaval, o que não os impede de brincar durante os dias de folga. Ao final de fevereiro, os candidatos aprovados para o primeiro ano do CFO devem se apresentar na Academia. Em março, iniciam-se as aulas do primeiro ano. O que muda na vida dos calouros ao se inserirem no novo contexto?

Notas

¹ Em outra ocasião – para evidenciar como a idéia de “violência” deve ser afastada pelos oficiais da composição da imagem da sua organização – enquanto eu conversava informalmente em uma sala do bloco administrativo da Academia, meu interlocutor, um coronel, me disse com grande franqueza que nós, cientistas sociais – representados por minha pessoa naquele momento – buscávamos pesquisar a Academia “para depois sair dizendo por aí que nós [policiais militares] somos violentos”.

² Mais uma vez ressalto que o esforço a guiar a construção do objeto de pesquisa neste livro partiu do “pressuposto antropológico de que a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas e de que os significados sociais que investem em suas ações têm conseqüências objetivas para os resultados dessas ações” (Palmeira, 1992, p. 27).

³ A discussão em si sobre as representações sociais da ordem, da paz, da violência, da luta, entre os policiais militares, mereceria um tratamento mais profundo, o que não será oferecido aqui, pois o que pretendo é mais modesto: trata-se de uma propedêutica à exploração das teias de significado sobre o lugar da Academia e de suas atribuições no pensamento policial militar.

⁴ É interessante lembrar que Simmel (1977, capítulo 4) já apontava para a necessidade de a análise sociológica buscar apreender as relações entre a estrutura social de um grupo específico com a quantidade e o tipo de “inimizades” ou lutas que a unidade social suporta ou tolera entre seus elementos.

⁵ O uso de um ou outro desses símbolos conceituais com o objetivo de definir o oficial foi observado no contexto das entrevistas individuais. Mas tais símbolos também foram apresentados coletivamente, em sala de aula, a partir de um pedido meu para que os capitães do CAO definissem o perfil ideal do oficial da Polícia Militar. É interessante notar que, segundo Elias (1997, p. 167), coragem, obediência, honra e disciplina, responsabilidade e lealdade são símbolos conceituais nos quais estão consubstanciados os valores militares. Além deste sentido do uso do conceito, tomei como referência a discussão de Geertz (1989,

p. 114) sobre os símbolos de orientação geral de um grupo.

⁶“O futuro estrutural de um homem”, diz Evans-Pritchard (1993) a propósito das experiências temporais e espaciais na vida tribal dos nuer, “está, igualmente, já fixado e ordenado em diversos períodos, de modo que as mudanças totais de *status* por que passará um menino em sua ordenada passagem pelo sistema social – se viver bastante tempo – podem ser previstas” (p. 108). Utilizo-me de uma analogia com este conceito, sem querer aproximar a vida de uma corporação policial militar da vida de um povo tribal, o que seria, a meu ver, um artifício falsificador da realidade.

⁷Esses trechos foram extraídos de duas entrevistas coletivas. A primeira com dez cadetes do segundo ano e a segunda com oito cadetes do terceiro ano e dois novatos do primeiro ano (pelo nervosismo destes últimos, que suavam em bicas e hesitavam antes de responder às perguntas, olhando sempre para os “pais” do terceiro ano para obter licença para falar, eles estavam sendo vítimas de um trote). As duas últimas respostas, aproximadas do universo de questões levantadas pelo segundo ano foram dos novatos. As diferenças entre os contextos das duas entrevistas foram muito grandes. A turma do segundo ano foi de voluntários que queriam participar do debate – foram simpáticos, abertos, calorosos para com o pesquisador. A turma do terceiro ano, como fiquei sabendo depois, foi feita “voluntária”, ou seja, foi convocada a se oferecer como voluntária, porque no militarismo todo mundo por definição é voluntário – eles foram cínicos, antipáticos e fechados, salvo dois dos cadetes. Essas diferenças foram essenciais para a qualidade das discussões travadas com uma e outra turma.

⁸O estabelecimento de critérios “lógicos” e “coerentes” é para o pensamento policial militar uma necessidade de atuação. Os policiais militares falam então de “emprego lógico” do “policiamento ostensivo”, segundo os critérios da “visibilidade” e da “profundidade” derivados de sua intervenção. Buscam desenvolver neste sentido uma “doutrina de emprego” dos meios operacionais e se preocupam não apenas com a “continuidade racional” deste emprego, mas também com a “moral elevada de pessoal” como um fator otimizador da atividade policial militar, um verdadeiro “ideal que todo chefe tem que perseguir” (Souza Filho, 1989, p. 21).

⁹“Um valor vincula uma pessoa a seu grupo e um outro a um segmento do grupo em oposição a outros segmentos do mesmo grupo, e o valor que controla suas ações é uma função da situação social em que a pessoa se encontra” (Evans-Pritchard, 1993: 149).

¹⁰Por exemplo, o quartel do 5º Batalhão situava-se na capital, na praça José Bonifácio, no Centro. Este batalhão comporta, segundo os bairros, a 1ª Companhia (Aldeota), 2ª Companhia (Conjunto Palmeiras), 3ª Companhia (Pirambu), 4ª Companhia (Luciano Cavalcanti), 5ª Companhia (na sede do batalhão), 6ª Companhia (Antônio Bezerra) e 7ª Companhia (Mondubim).

¹¹Segundo Castro (1990), esta ordem de nomeação das armas é tida pelos militares como a ordem histórica de aparecimento das mesmas (p. 52). “Os espíritos das armas compõem um sistema classificatório que estabelece uma homologia entre as características pessoais exigidas pelas diferentes ‘missões’ (isto é, tarefas) de cada Arma numa situação de combate – ‘as atividades-fim’ – e os diferentes padrões de conduta e personalidade mantidos na situação de não-combate, no cotidiano” (p. 56). “O sistema das Armas fornece os tipos

ideais dos integrantes de cada Arma – o infante, o cavalariano, o artilheiro, o engenheiro, o intendente, o comunicante, o matbeliano – em referência aos quais cada indivíduo deve fazer sua opção e, depois, regular sua conduta em várias situações” (p. 57). Se, como formula Castro, o espírito militar se constrói no Exército a partir de uma totalidade de relações entre as armas, isso não ocorre na Polícia Militar.

¹²“Um espelho mostra alguém a si mesmo, de um modo que nunca poderia ser alcançado sem o auxílio dessa técnica; mostra as pessoas a si mesmas da maneira pela qual elas normalmente só são vistas pelos outros. A habilidade de ver-se através dos olhos de outra pessoa e também o propósito de assim perceber-se pressupõem a passagem para um nível relativamente alto de alienação [distanciamento]” (Elias, 1998, p. 71 e 72).

¹³No quartel-general do Primeiro Exército (RJ), em cuja biblioteca fiz pesquisas bibliográficas, quem chega no Corpo da Guarda é filmado e fotografado, passa por detectores de metal etc.

¹⁴(...) toda socialização bem-sucedida, tende a obter dos agentes que eles se façam cúmplices do próprio destino.

O mundo gira e o cadete se vira: normatividade e vida cotidiana

Neste capítulo, a análise se concentra em aspectos mais descritivos do mundo vivido da Academia, buscando confrontar a vida cotidiana dos cadetes com as percepções deles sobre sua experiência na instituição. A análise busca aqui o infinitesimal e o molecular das relações sociais na Academia, pois, de acordo, com Simmel (1977):

Los hombres se miran unos a otros, tienen celos mutuos, se escriben cartas, comen juntos, se son simpáticos, o antipáticos, aparte de todo interés apreciable; el agradecimiento producido por la prestación altruista posee el poder de un lazo irrompible, un hombre le pregunta al otro el camino, los hombres se visten y arreglan unos para otros, y todas estas mil otras relaciones momentáneas o duradoras, conscientes o inconscientes, efímeras o fecundas, que se dan entre persona y persona, y de las cuales se entresacan arbitrariamente estos ejemplos, nos ligan incesantemente unos con otros. En cada momento se hilan hilos de este género, se abandonan, se vuelven a recoger, se substituyen por otros, se entretajan con otros. Estas son las acciones recíprocas que se producen entre los átomos de la sociedad (p. 30).

Porém, a análise busca, também aqui, guardar a tensão entre essa tentativa de pensar o mundo vivido e compreender seus pressupostos sociológicos mais amplos. O conceito de “universo da vida cotidiana” merece ser tratado a partir da idéia de um resgate de modelos teóricos que abarquem o problema das estruturas sociais e do mundo vivido, simultaneamente (cf. Elias, 1997, pp. 71-72).

Recrutamento e seleção

As inscrições para o “vestibular” são de responsabilidade da Uece, o que ocorre no período em que são abertas as inscrições para concursos de todos os

cursos dessa universidade, de modo que a seleção para o CFO não é um processo isolado, mas integrado, pelo menos nas etapas iniciais, ao fenômeno social do “vestibular”. As vagas ofertadas para o primeiro ano do CFO são anunciadas anualmente na forma de um edital, em que são delineados os contornos gerais do processo de recrutamento e seleção para o oficialato policial militar. Normalmente são oferecidas 30 vagas para indivíduos do sexo masculino, dentre as quais podem ou não, de acordo com as determinações do comandante-geral por meio dos dirigentes do sistema de ensino da instituição, ser algumas delas reservadas para o contingente do CFO feminino. Pois, apesar de se tratar de um ambiente predominantemente masculino, a PM começa a contar com mulheres entre suas fileiras, embora de modo ainda tímido. Em 1999, enquanto eu fazia trabalho de campo, as alunas eram menos de 7% do contingente da Companhia de Alunos da Academia.

Para 1999, por exemplo (cf. edital, 15/09/98), o concurso reservou todas as 30 vagas para jovens do sexo masculino. Os candidatos precisavam preencher várias e detalhadas condições, como: a) ser brasileiro nato; b) ter idade entre 18 e 24 anos; c) ter vivido longos períodos em estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo poder estatal, sendo portadores de diplomas emitidos pelo governo, autenticando-lhes a conclusão do nível médio; d) “possuir honrabilidade compatível com a função de futuro oficial da Polícia Militar”; e) ser solteiro ou viúvo, sem filhos; f) “ter boa conduta”; g) ter no mínimo 1,60 m de altura; h) “estar quite com o serviço militar e eleitoral”; i) “estar em plenas condições intelectuais”; j) “estar em pleno gozo de saúde física, mental e psicológica”; l) “não se encontrar cumprindo pena restritiva de liberdade, decorrente de sentença judicial transitada em julgado”.

Por consequência, a fixação do candidato na categoria “pré-universitário” indica que os estrangeiros, os casados, os pais de família, os de má conduta, os muito baixos, os irresponsáveis, os idiotas, os deficientes físicos, os loucos, os criminosos e os vagabundos devem ser excluídos da possibilidade de virem a ser candidatos e, ainda, os analfabetos, semi-analfabetos ou sem recursos sociais para entrar em uma universidade.

Le sujet est soit divisé à l'intérieur de lui-même, soit divisé des autres. Ce processus fait de lui un objet. Le partage entre le fou et l'homme sain d'esprit, le malade et l'individu en bonne santé, le criminel et le “gentil garçon”, illustre cette tendance (Foucault, 1984, p. 297).¹

Como se vê, não é qualquer indivíduo que pode participar do processo de seleção para o CFO. Ele já deve ter sido capturado por muitas outras maquinarias

sociais, formadoras de identidade e produtoras de disciplina. Assim, “você vê que qualquer pessoa aí fora [na sociedade inclusiva] já tem um perfil traçado e você não pode fugir à regra, ao perfil que ela imagina, porque na hora que você foge ao perfil, ela simplesmente fica desapontada, ela reage” (entrevista com cadete do terceiro ano). Na percepção social de um outro cadete, todo esse mecanismo social de repartição é interpretado com muita naturalidade; seu tom de voz indica que ele está seguro de estar enunciando uma verdade universal:

É uma seleção natural que existe na sociedade, é uma adaptação, é a gente do meio civil, é a passagem do meio civil para o meio militar, é uma seleção natural. Se você se adaptar, você vai seguir a carreira militar, se você não se adaptar, você volta para o meio civil e procura outra profissão, porque você não se adaptando não vai conseguir de modo algum [permanecer no mundo militar] (entrevista com cadete do terceiro ano).

Ao escolher se candidatar ao vestibular para o primeiro ano do CFO, pois é certo que se trata de uma “escolha”, já que o recrutamento para a polícia militar é na base do “voluntariado”, o indivíduo deve estar antes de tudo em condições de fazer esta escolha, deve checar suas posições, ou melhor, se “sentir” capaz de ser candidato. No processo real da vida social, dificilmente essa checagem de posições é baseada em um procedimento racional claro e sistemático, muito pelo contrário, os sujeitos aptos simplesmente se sentem aptos, desconhecendo a história social de suas escolhas. Além de motivação, o indivíduo deve ter sido fixado em processos de objetivação prévios que o colocam à disposição desse novo processo de captura, deve ter sido inventado como indivíduo, pois

a cada instante a estrutura própria da experiência individual encontra nos sistemas da sociedade certo número de escolhas possíveis (e de possibilidades excluídas); inversamente, as estruturas sociais encontram, em cada um de seus pontos de escolha, certo número de indivíduos possíveis (e outros que não o são) (Foucault, 1992, p. 397).

Sendo assim, aí vão dois trechos de entrevistas com cadetes explicando suas “escolhas” e caminhos para o CFO, que podem exemplificar dois tipos de trajetória com construções diferenciadas das percepções quanto à opção pela carreira de oficial da PM. Apesar de longas, as citações se justificam, por paradigmáticas de duas categorias em que parecem se dividir os cadetes – o cadete comum (o primeiro) e o cadete “vacionado”, em seguida:

Eu estudava no [diz o nome de uma escola privada] e tinha um aluno do terceiro ano que estudava lá, fazia cursinho, ele era tenente. Aí me contou como é que era a vida [de oficial da PM], não contou as peculiaridades da vida aqui não, mas contou que era aspirante, depois, segundo-tenente; perguntei se ele ganhava aqui [no CFO], se é nível superior estadual, aí eu fui perguntando. [Foi a primeira vez que você ouviu falar no CFO?] Não, eu já tinha ouvido falar, mas eu não sabia... me disseram que no setor você ganhava um salário mínimo por mês na época, né, eu achava pouco, mas não sabia, fiquei em dúvida se fazia faculdade ou não, mas aí quando ele passou a dizer o valor real, eu fui fazer o CFO. Não é nem... eu sempre tive vontade de ser militar [...] Eu nunca gostei de estudar, para passar a tarde estudando, por exemplo: toda tarde estudar eu nunca gostei. Eu não sei se era... eu acho que era eu mesmo [...] Se eu tivesse condições de assistir aula ela [a mãe do cadete] não deixava eu ficar em casa, mandava ir pra aula, não deixava eu perder a aula de jeito nenhum. Eu nunca repeti um ano, nunca! Aí quando eu terminei o terceiro ano [do ensino médio], eu não fiz vestibular não, porque eu não me achei preparado. [...] os dois [irmãos do cadete] passaram para [cursos da área biomédica], foram ser garçom para poder sustentar a faculdade, terminou agora ano passado, aí eu vi o exemplo, eu acho que valeu a pena estudar [...] aí eu passei a trabalhar de manhã e estudar à noite, nunca pedi nada a meu pai e meus irmãos, só fiz morar lá [...] Aí eu fiz o CFO, porque aqui a gente tem uma renda de quase quinhentos reais que a gente ganha por mês aqui. Eu não queria fazer faculdade, porque faculdade você tem que trabalhar por fora ou então tem que ter um pai que dê as coisas, né? (entrevista com cadete do segundo ano).

Eis a outra trajetória do segundo cadete:

Sempre gostei [de estudar], então, era, também, quando eu era mais novo, eu era muito cobrado pela minha mãe, porque ela era uma pessoa que sempre foi dedicada ao estudo, ela é [profissional da área biomédica], ela veio de uma classe baixa, não tinha tantas condições, sempre se esforçou. Meu avô formou os filhos que teve e todos [expressa com orgulho]. Então, isso é uma coisa de família, sabe? Com responsabilidade. Aqui na Academia nem todos tiveram essa família que eu tive, mas a mentalidade aqui da maioria é também de estudo, porque quando a gente veio pra cá, a gente se dedica mesmo, tem gente que vive aqui pra estudar, só pra estudar. [A família] é de extrema importância. Na psicologia aqui [na Academia] tem um ditado de um professor nosso que diz que a culpa é do pai. Então, os

pais, eles têm a... eles é que formam o cidadão, eu sou o reflexo daquilo que me foi passado quando eu era criança, período que eu mais adquiri conhecimentos, porque hoje em dia eu estou mais é nivelando, mais é refletindo. Então, a formação da família é extremamente importante, valores, por exemplo, educação, respeito, moral, ter de ser uma pessoa honesta, ser uma pessoa decidida, ser uma pessoa amiga, companheira, sincera, solidária. São valores que sempre [a família] foi me passando. Eu estudei muito, lá no colégio [...] um colégio tradicional [religioso] no final do terceiro ano é que eu fui para um colégio [laico] que é um colégio que... que são colégios mais modernos que não têm essa influência tanta da Igreja. Então, lá, também me influenciou, sempre tive religião dentro das disciplinas, das disciplinas que eu estudava, elas procuravam passar para a gente, conhecimentos de... de com relação também à formação humana da pessoa [...] todo mundo tem que ter algum objetivo, tem que ter uma estrela pra seguir, eu sempre, sempre, eu não tinha intenção de ir para a Aman [Academia Militar das Agulhas Negras], minha intenção era mais polícia, eu tenho três parentes coronéis da polícia, sabe? E eles me diziam, quando eu, quando eu estava assim no segundo grau, principalmente no terceiro ano, um me aconselhou: “Vá para a Aman que lá é bom”, o outro não, “fique aqui” [na PM]. Meus tios queriam que eu fosse para a Aman para ser general, não sei o que, só que eu não tinha, minha inspiração era pra cá [PM]. Eu sempre quis vir pra cá [para a Academia de Polícia Militar]. É interessante, sabe, porque eu era uma pessoa que não tinha contato com o militarismo, sabe? Sabia nem o que era, não sabia os valores do militar, da disciplina, da continência, da importância da subordinação do subordinado com relação ao superior, como é que era o tratamento, mas eu queria era ser policial militar (entrevista com cadete do segundo ano).

Enquanto o primeiro foi levado pelas circunstâncias a fazer o CFO, pela escassez dos recursos sociais e financeiros de sua família, pela necessidade de trilhar seus próprios caminhos, a escolha do segundo teve mais o significado de uma adesão, pois, desde muito jovem, seus tios e parentes militares vinham construindo seu futuro, traçando o seu destino de militar. Um admite que poderia ser outras coisas na vida, outro já se sentia militar, mesmo antes de ingressar no CFO, apesar de, conscientemente – o que só resulta numa confirmação do fato – negar que tivesse alguma coisa relacionada com o militarismo.

Feita a “escolha” pelo CFO, os candidatos irão se submeter a uma bateria

de exames durante o processo de seleção. Assim, some-se aos recortes e divisões promovidos pelo enquadramento da multiplicidade nas condições do *ser candidato*, aqueles outros levados a cabo durante a seleção. Dividido em cinco etapas, ou cinco “fases seletivas” – 1) inscrição dos candidatos; 2) exame intelectual e de escolaridade; 3) exames especializados (médico-odontológico, psicológico e físico); 4) investigação social e 5) entrega de documentos para a matrícula – o processo de seleção exige sucesso no domínio de vários códigos e recursos: exige conhecimentos de língua portuguesa e inglesa, redação, matemática, geografia e história; exige a realização de uma bateria de exames médicos, inclusive pesquisa de HIV, sendo considerados “incapazes” os portadores de diversas “patologias”: ortopédicas, dermatológicas etc. As doenças da pele e a ausência de dentes (símbolos de pobreza e indigência social no Brasil) são motivos de reprovação: “o candidato deverá possuir 10 (dez) unidades dentárias na arcada superior e 10 (dez) na inferior de modo que permitam a colocação de prótese fixa ou parcial removível a grampo”.

A investigação social dos candidatos, “realizada por órgão competente da Corporação”, procura se certificar se “os padrões ético-morais dos candidatos são consentâneos com a vida do aluno-oficial PM e com a razão de ser da Corporação”. O que fazer se a irmã de um candidato é uma prostituta? Ou se um irmão é ladrão ou traficante de drogas? O que fazer com um candidato homossexual? De que modo tratar um candidato com opções políticas de extrema-direita ou extrema-esquerda? São dilemas possíveis para os responsáveis pela investigação e julgamento do mérito dos pleiteantes. De qualquer modo

o resultado da Investigação Social do candidato, cuja conduta seja identificada como incompatível ao decoro da Corporação, deverá ser também motivado, ou seja, deverão ser nomeados os pontos de conduta atípica que o inabilitem para ingressar no CFO e na futura vida de oficial PM.

Excluídos também do processo, devem ser os histéricos, paranóicos, neuróticos, esquizofrênicos, maníaco-depressivos, sadomasoquistas, portadores de oligofrenias, epilepsias neuróticas e psíquicas, enfim, tudo que se considera, “para efeito legal”, “psicologia patológica”. As práticas para o recorte são sugeridas pela seguinte descrição dos exames psiquiátricos e psicológicos feita por um cadete:

[no exame psiquiátrico e psicológico] manda botar a gente dentro da sala, deixa a gente de 7:30h da manhã até 2:30h da tarde, eu acho que é uma maneira de testar a gente. Aí, chamava para a gente fazer isso, não

sei o quê: se você fosse comandar uma tropa de Exército (uma coisa assim), como é que você se posicionava diante de uma tropa? [perguntava o psiquiatra] Mas eu acho, não sei se influi em alguma coisa, deve ter experiência de influir, mas a maioria civil não sabia como proceder. Eu por exemplo não sabia, eu fui passar a saber servir dentro do CFO. E [o teste psicológico] é apenas uma redação e umas perguntas sobre os familiares, sobre, eu não me lembro muito bem, sobre comportamento, sobre a maneira de pensar. Ele [o psiquiatra] brincava, testava você com as brincadeiras [Coletivamente? perguntei] Não, ele chamou um, teve nome que ele chamou, aí [disse]: “Não tem esse nome aqui não, aí, peraí, eu acho que você não está no CFO não, peraí...” Aí se você se irritar, se você disser alguma coisa, aí todo mundo se protegeu de uma maneira, eles próprios estavam vendo isso aí. Lá no psiquiatra, peraí, foi no psiquiatra, no exame, foi por turma, foi três turmas para o psiquiatra, se eu não me engano. Aí dividiu em três turmas [...] Aí foi toda semana, aí ia trocando tal dia, mas a outra turma que já tinha feito tinha que estar lá, eu fui a primeira turma. Aí no outro dia era a outra turma, aí mandaram a gente ir para lá e deixavam a gente das sete horas até duas da tarde sem fazer nada lá, depois de duas horas liberava, sem fazer nada lá. Era uma turma de sessenta, aí dividiram em três para fazer o exame psiquiátrico (entrevista com cadete do terceiro ano).

O que se pode perceber é que o processo de recrutamento e seleção para o oficialato policial militar se apóia em uma série de divisões preexistentes no espaço social geral, ao passo que as reforça, porque faz de seus critérios de escolha uma expressão destas fronteiras sociais, impondo-lhes novas inflexões e abordagens, promovendo novas divisões.

Os cadetes aqui são [foram] candidatos que enfrentam um concurso muito seletivo, é uma coisa muito aprofundada, até porque quem está aqui dentro já se supõe que ele vai ter um preparo emocional, intelectual para poder ganhar essa quantidade enorme de informações e se preparar para trabalhar no mundo aí fora (entrevista com cadete do segundo ano).

Tornar-se oficial da Polícia Militar é algo vedado para grande parte da população brasileira. Não é à toa que, para os cadetes provenientes de famílias pobres, o ingresso no oficialato significa prestígio junto aos seus parentes, amigos e vizinhos. É um mecanismo de ascensão social, sem dúvida. Os cadetes de “classe média”, ou seja, os que se reconhecem como tal, dizem mais ou menos o seguinte: estou aqui porque quero, eu poderia ser isso, aquilo ou

aquilo outro, mas decidi ser oficial da PM. Se o cadete for de “classe média” e se encaixar no ditado popular “filho de peixe, peixinho é”, então, pensará o seu destino como um brilhante a ser lapidado:

Ser um oficial requer um comportamento adequado, tem que ser uma pessoa comedida, de raciocínio rápido e certo. Mas o que nós aprendemos aqui na Academia não é exatamente isso, nós temos já um preparo que vem da nossa educação própria, vem da nossa casa. Temos um perfil psicológico, temos já uma predisposição, então, aqui na Academia, *nós estamos apenas sendo lapidados*, tudo que vai acontecer fora da Academia é reflexo dos anos de educação que recebemos em nossa casa. No meu caso, o meu pai já era oficial da PM, mas não foi de grande peso [...] minha educação foi um pouquinho mais rígida [...] então, eu não senti tanta dificuldade aqui, o que eu aprendi aqui vai aparecer com certeza, mas o que eu vou ser lá fora, eu já era antes de entrar na Academia... (entrevista com cadete do segundo ano, grifos meus).

Impacto e adaptação

Para parte dos cadetes, o fato de prestarem o vestibular para o CFO já significa uma passagem para a vida adulta. Esta idéia ganha um peso maior, quando se leva em conta que a experiência de entrada no universo da Academia significa um deslocamento de suas bases familiares e territoriais de origem, agravado pelo fato de estarem entrando em um universo sob a égide da responsabilidade pessoal, da disciplina e da autodisciplina. Para um cadete que morava na região metropolitana de Fortaleza, por exemplo, sua vida social se ampliou, saiu do horizonte de sua casa, de sua família e de sua rua em um subúrbio da cidade.

eu bem conheci Fortaleza quando eu entrei no CFO, porque na escala de serviço [estágios de policiamento ostensivo nas ruas] você se externa na polícia e vai para todo canto. Beira-Mar, Centro, aí foi a partir daí que eu comecei a conhecer mais [a cidade] (entrevista com cadete do segundo ano).

O cadete vindo do interior do estado, pela primeira vez na capital, ou o proveniente de outras capitais nordestinas, menos complexas que Fortaleza em termos de violência e criminalidade, mas mesmo os nascidos aí percebem que a experiência da Academia no início provoca um “impacto”. A entrada para a Academia é sentida, principalmente pelos cadetes sem experiências

anteriores no mundo militar, como um momento de ruptura: “É como se fosse um impacto” (entrevista com cadete do terceiro ano). Mas, por quê?

[A vida do cadete] é um retiro de abnegação. Você tem horário pra tudo, pra jantar, você tem horário pra almoçar, você tem horário pra tomar café, horário fixo pra chegar, pra dormir, tem horário pra tudo. Você tem que respeitar muita coisa do direito do outro, a partir de dez horas da noite não pode ter luz acesa, ninguém pode conversar, ninguém pode ligar som, nem nada. Respeitar o direito do outro de descanso, e é, exatamente, isso, é uma coisa que no civil o pessoal não tá acostumado, o pessoal levando para o oba-oba, e aqui é diferente. Às vezes, você tem que perder um fim de semana seu, devido a um serviço ou que a gente também tira um serviço aqui dentro da Academia [compondo a guarda do quartel, fazendo plantões, por exemplo] a nível de instrução que é de aluno de dia, o plantão do alojamento, é tudo serviço. Às vezes, até escala de oficial de dia, a gente tira aqui dentro, fora o serviço externo. Então, é exatamente essa parte [que é impactante], *muitas das pessoas que às vezes viviam ali debaixo das asinhas dos pais, numa boa, só indo pro colégio, completamente sem responsabilidade, às vezes falta aula, fica por isso. Aqui é diferente, aqui, realmente, você assume o que você faz, você assume as suas responsabilidades, exatamente a procura disso. É tipo um convento, um sacerdócio...* (entrevista com cadete do terceiro ano).

Muitos deles falaram de “impacto”, de uma mudança completa em suas vidas. Para os cadetes que eram “militares e antigamente passaram por um curso de formação [militar], quando eles ingressam, aqui, eles não sentem uma dificuldade como nós que viemos do civil. É difícil estruturar, é uma mudança muito radical” (entrevista com cadete do terceiro ano). A vida na Academia não é considerada fácil, apesar de alguns cadetes a terem qualificado de “saudável”, porque obriga a uma existência plena de atividades e de obrigações, onde se aprende a responsabilidade, o respeito pelo outro. Ademais, do ponto de vista da vida cotidiana, muita coisa muda:

[...] a adaptação é um pouco demorada. Mas com o tempo e com aquela convivência fraterna e também com o ambiente de muito estudo [...] logo você se adapta e não tem muito tempo para pensar. Os fins de semana, você aproveita para ficar com a família, quando não comete alguma falta, que fica detido naquele período. Mas, com pouco tempo você se adapta ao novo ambiente. Principalmente naquela nossa época, nos anos 60, que a gente não tinha tanta facilidade de diversão como hoje. O jovem hoje,

eu acredito que para o jovem hoje, ele, acredito que hoje seja um pouco mais difícil [se adaptar]. Tem muita televisão, tem muitos locais, muita facilidade de festa, de tudo. A juventude, a adolescência hoje, ela tem mais liberdade. Eu acredito que hoje deve ser um pouco mais demorada a ambientação, mas naquela época não foi tão difícil, dada a nossa própria formação. O meu pai era policial militar, foi seminarista, a minha mãe estudou em colégio de freira, de maneira que a nossa formação já era muito disciplinada, não teve grandes problemas (entrevista com coronel PM).

Da passagem do mundo civil para o mundo militar, os cadetes ressaltam que aprender as novas normas é o que há de mais geral nessa mudança. “As normas que regem desde o nosso acordar, desde a nossa alvorada até o toque de silêncio, até para dormir tem que ter normas, somos regidos por normas” (entrevista com cadete do segundo ano). Mas quais são as diferenças fundamentais entre o mundo militar e o mundo civil?

Em resumo, o civil pode praticar tudo aquilo que não está na lei e não vai contra a lei, enquanto o militar, no caso cadete, ele não pode ir contra a lei e só pode praticar aquilo que está dentro das normas, ele só pode praticar as normas. Enquanto civil pode praticar tudo que está, digamos, fora da lei e não pode ir contra a lei. Enquanto o militar e o cadete, ele só pode praticar o que está determinado nas normas, tem que seguir as normas ao pé da letra (entrevista com cadete do terceiro ano). Essa é a nossa ética, seguir as normas, regulamentos e leis (entrevista com cadete do terceiro ano). Seguir a lei, primeiro de tudo, seguir a lei (entrevista com cadete do terceiro ano). Você saber o que é certo e fazer o que é certo, porque saber o que é certo, todo mundo [os civis] sabe, agora, fazer é que é outra história. Essa disciplina que a gente fala é, exatamente, isso, pôr isso em prática. Realmente, a pessoa fazer aquilo que está previsto, que é certo, que é correto. A disciplina visa isso (entrevista com cadete do terceiro ano).

Como escrevi no capítulo anterior, a Academia é uma instituição de normatização da conduta. A descrição geral de um dos cadetes aponta para uma visão panorâmica da vida do aspirante e suas atividades durante os três anos de CFO.

A gente pode dizer o seguinte: quando você entra aqui passa por uma espécie de agitação até chegar 21 de abril, quando nós vamos realmente nos sagrar cadetes [na cerimônia de entrega do espadim Tiradentes], vamos deixar de ser bicho e passar a ser cadete, porque a gente recebe o direito de usar farda. No primeiro ano, a gente vai receber o espadim que

é considerado arma e símbolo do aluno oficial. Em toda escola de oficiais do mundo todo é o espadim, na Rússia tem, inclusive, um príncipe russo que inventou isso aí. Aí passa todo o primeiro ano, tem a promoção, as cerimônias na polícia toda, que é normalmente no quartel do Comando Geral, a Academia tem reservada para elas o primeiro lugar, então, nós chamamos muita atenção por causa dos uniformes muito polidos, o pelotão que marcha melhor, nós somos destaque na polícia. Muitos oficiais superiores dizem que nós somos os príncipes da polícia. Não nos é permitido erro. Sempre muito polido, sempre a perfeição. Aí todas as promoções, todas as grandes cerimônias da PM, têm um cadete lá representando a Academia, ou, normalmente, muitos, normalmente algumas vezes, todos. Então, tem as promoções durante o ano, aí vai passar o segundo ano que não tem muitas novidades, vai passar mais um ano vendo as grandes cerimônias na Polícia Militar, chega o terceiro ano, onde a gente vai encontrar a festa da felicidade, os cem dias do aspirantado, que é o fim do curso e o dia do aspirantado que foi o que você assistiu [ver Capítulo IV] que é a liberdade, é a consagração de três anos de trabalho aqui, que a gente não pode dizer que é fácil, é bastante árduo. No terceiro ano, vai sofrer um pouco menos [risos], vamos trabalhar por sermos policiais militares. Mas vai ser menos que o período de formação, que precisa ser exagerado para poder adequar a pessoa ao novo trabalho. Podemos, também, citar nesses anos de serviço na Academia, têm certos casos que nós somos chamados para prestar honras militares. Por exemplo, como aconteceu ontem, uma guarda fúnebre de uma autoridade, onde o que nós fomos fazer o que nós chamamos de câmara ardente. Os alunos vão ficar numa espécie de guarda no velório. Vai haver guarda de bandeiras, tem cerimônias onde vai haver condução de bandeiras, aí os cadetes vão lá portar essas bandeiras na cerimônia militar. Salva de tiros, entrega de títulos, missas, alguns 15 anos, onde no civil existem os padrinhos, não, como é o nome? O príncipe. Vai ter um cadete como príncipe e um cadete com cada dama do aniversário, distingue bastante. Para nós é uma festa que a gente vai participar (entrevista com cadete do segundo ano).

“Em princípio, cada aluno (a) é responsável direto pela apresentação, comportamento, asseio, higiene, disciplina e conceito” do conjunto dos cadetes. Assim, “começa logo com o impacto, quando entra na Academia, em relação à restrição da liberdade. Porque, primeiro que é regime semi-internato, só pode sair no fim de semana, e às vezes, se não tiver detido e nem em serviço, e durante a semana quando nós tiramos serviço para os alunos” (entrevista com cadete do terceiro ano). A “conduta” dos cadetes é o objeto sobre o qual

incide um conjunto de normas e regras explícitas (NGA). A construção da “conduta” tem como objetivo instituir “princípios éticos e disciplinares sobre os quais repousarão as atitudes dos futuros Oficiais de Milícias do Brasil, no cumprimento de seus deveres”. Para tanto,

ensina-se ao(à) aluno(a) a praticar atos, a fazer e a dizer como se faz, e dar-se acima de tudo o exemplo para o que é pregado, busca-se a eficácia como uma constante dentro de um clima de camaradagem, cortesia e civilidade, cultivando e incentivando a cooperação recíproca para um espírito de corpo coeso.

As Normas Gerais de Ação existem com a finalidade de exercer a disciplina sobre a conduta do corpo discente, tanto no que se refere à esfera de ação “interna”, quanto à “externa”. Visam, enfim, “coibir atitudes que venham de encontro à finalidade” estabelecida para garantir “os basilares da hierarquia e disciplina”. Sobre os objetivos da educação dois capitães escreveram:

O ensino tem a finalidade básica de funcionar como efeito multiplicador. O aprendizado profissional, além de preparar o oficial para o exercício da atividade-fim, deve torná-lo um elemento de identificação dos meios internos e externos, para que possa contribuir na administração da Polícia Militar e na difusão de ensinamentos, com reflexos na realização pessoal (Silva & Carvalho, 1997, p. 36).

Para tanto, o processo de avaliação dos oficiais em formação deve ser

um processo integral devido à necessidade de se avaliarem todas as atividades escolares, ocupando-se do aluno como um todo e julgando, não só os aspectos cognitivos, mas também os domínios afetivos e psicomotor [...] é um processo sistemático porque está inserido no sistema da escola [...] é um processo gradual e contínuo (idem, p. 39).

Normas e vida cotidiana

Cinco horas da manhã – alvorada. Um toque de corneta ou sirene indica o fim do pernoite. Alguns, dentre os cadetes, passaram boa parte da noite estudando para as instruções do dia seguinte. Outros ficaram a noite de plantão, fazendo o policiamento do quartel. No período da manhã, há sempre um ou dois cadetes praticamente dormindo. Eles dormem de todo jeito, em pé, sentados e

já aprenderam a técnica de dormir sem parecer fazê-lo. Alguns instrutores são condescendentes com esses cadetes sonâmbulos. Fazem até brincadeiras, do tipo: “Vamos acordar aí gente.” Mas, às cinco horas, todos devem estar de pé até a última nota do toque de alvorada ou de um único toque de sirene, exceto nos feriados, quando apenas as guarnições de serviço precisam obedecer a esse comando. A ordem geral é arrumar a cama, fazer a higiene pessoal e estar em condições de entrar em forma em até 15 minutos após o chamado. De fato, os cadetes devem estar aptos a entrar em forma com a mesma rapidez em qualquer hora ou circunstância, mesmo no meio da noite ou da madrugada, principalmente se estiverem de prontidão. “Se eles olharem [os oficiais responsáveis pelo corpo discente] assim no relógio e disserem: daqui a cinco minutos quero todo mundo aqui [nos alojamentos], de sandália, de *short* e camiseta, aí ele fica cinco minutos lá embaixo e volta aqui” (entrevista com cadete do segundo ano).

A movimentação no pavilhão parte dos alojamentos masculinos dos cadetes, com compartimentos separados para as turmas do terceiro e do segundo ano, repletos de camas tipo beliche, e é inspecionada de perto pelo oficial responsável pela disciplina dos alunos. Sua presença está facilitada pelo fato de seu alojamento e seu gabinete situarem-se no mesmo pavilhão, mais exatamente junto ao *hall* de entrada e saída do edifício. Trata-se obrigatoriamente de um primeiro-tenente com a função de subcomandante da Companhia de Alunos. Nesse mesmo pavilhão, estão também localizados compartimentos separados uns dos outros onde funcionam o refeitório dos cadetes, a cozinha do rancho, dependências para aprovisionamento de víveres e suprimentos, rancho, alojamento e banheiros para soldados e cabos, rancho para sargentos e rancho para oficiais. O interior dos alojamentos dos cadetes está sujeito a inspeção constante para verificação das camas e do andamento das atividades. Os alojamentos dos cadetes femininos estão dispostos em outro edifício. Os alunos de sexo masculino estão proibidos de ficarem à porta do alojamento feminino. Os alojamentos do primeiro ano também situam-se nesse pavilhão.

Cinco horas e vinte minutos – com uniformes de educação física e chinelos, apresentação pessoal dos alunos é impecável. Cabe ao subcomandante da Companhia de Alunos fiscalizar diretamente se eles estão bem escanhoados – mesmo os imberbes devem fazer a barba. O primeiro dilema do dia foi compartilhar os espaços no banheiro e os espelhos para barbear-se. Alguns cadetes preferem acordar mais cedo para aproveitar o banheiro vazio, ou quase. Mas, a maioria deixa para levantar em cima da hora. A disputa pelas melhores condições e pelas primeiras posições na fila para a barba põe em movimento o sistema de classificação entre eles. Os mais modernos ficam para trás, por força da hierarquia, e os mais antigos têm o privilégio de fazer tudo em primeiro

lugar. Os cadetes de uma turma de 30 estão divididos segundo sua posição na classificação: existe o primeiro da turma, o segundo, o terceiro e, assim, sucessivamente. Tudo que se faz na Academia, desde a pontuação na seleção, nas provas, nas instruções, conta para o acúmulo de pontos que vai determinar a posição do cadete na classificação da turma. Cada turma possui o seu 1, 2, 3, 4, 5, 6, ..., 30. O 1 é mais antigo do que o 7, e este é mais antigo do que o 19. Na sala de instrução, as carteiras estão dispostas segundo essa classificação. As duas primeiras, por exemplo, próximas ao local de onde o professor ou instrutor faz suas preleções, são do 1 e do 2. As últimas, ao fundo da sala, são dos mais modernos da turma (26, 27, 28, 29 e 30). Portanto, na hora da fila da barba, o 1 pode passar na frente do 15 da sua turma. A probabilidade do mais moderno chegar atrasado para entrar em forma é portanto maior do que a do mais antigo.

Após barbear-se, os cadetes devem se posicionar para a revista matinal, ocasião em que o comandante da Companhia de Alunos ou seu substituto deve passar em revista a tropa, autorizando-a, em seguida, a dirigir-se ao rancho para o café matinal. Os alunos encaminham-se para as três refeições obrigatórias do dia (café, almoço e jantar) marchando e cantando hinos ou canções. O cadete é obrigado a cantar sem titubear o Hino Nacional, o Hino à Bandeira, o da Independência, o do Ceará, o da Polícia Militar do Ceará e os das outras corporações representadas na Academia, a canção do cadete, a do soldado, a da Academia e a da Infantaria. A entrada no refeitório, porém, deve ser sempre silenciosa. Durante as refeições a conversa, circunscrita aos membros de uma mesma mesa, deve ser em tom educado e moderado.

Cinco horas e quarenta, depois do desjejum, limpeza matinal. Os cadetes participam da faxina das dependências do quartel, sobretudo nos seus alojamentos e nas salas de instrução. Na Academia, dificilmente se vê um cadete jogando lixo no chão, como acontece nos colégios civis. Se ele o fizer, decerto será punido. Outra postura típica de um colegial, a de se escorar na parede do colégio, encostando nela o pé, é incompatível com o ambiente da Academia. Um cadete com essa postura relaxada viveria preso. A postura corporal, a *hexis* corporal do militar não permite certos comportamentos.

Seis horas e vinte – educação física. Os cadetes são submetidos à primeira instrução do dia. Realizam exercícios físicos, sob a coordenação de um instrutor, que se estendem até 7:10h. Na Academia, o indivíduo acaba ganhando massa muscular. Alguns alunos sentem as mudanças corporais, entre o antes e o depois da entrada na vida militar. Dentre eles, há alguns que são bem “marrudos”. Ademais, os cadetes precisam acostumar o corpo a certas posições tipicamente militares. A posição de sentido, por exemplo, quando o corpo fica rígido e ereto, pés juntos, com os dois braços colados aos flancos. O aluno tem que se acostumar

a ficar nessa posição tanto tempo quanto for preciso ou exigido. É interessante o barulho resultante das palmas da mão se chocando com toda a força nas laterais das coxas quando os cadetes assumem essa posição. No início, as coxas ardem, mas com o tempo, eles se acostumam. Quanto mais vibrador, maior deve ser a intensidade do choque e a rigidez do corpo na posição de sentido. Depois de estar em sentido, diante de um oficial, o cadete bate continência, ou seja, eleva, com gestos oblíquos e rígidos, o braço direito e toca a testa com a mão, um tipo de cobertura simbólica para a cabeça. Fazer continência é um sinal de respeito à hierarquia. Há, também, a posição de descansar, quando eles abrem as pernas e levam os braços às costas, onde as mãos se encontram, a parte de cima da mão direita encaixada na palma da esquerda. Um cadete deve ser capaz de passar até quatro horas nessa posição, se for preciso.

Sete horas e quarenta – passagem de serviço. Com uniformes adequados para o início das outras instruções, os cadetes devem estar em forma no pátio interno do bloco administrativo da Companhia de Alunos para uma revista e para escutar as diretrizes do dia. Nessa ocasião, devem ser proferidas as “palavras” de um aluno e as “palavras” de um oficial. Um cântico ou hino deve ser entoado, antes do “fora de forma”. Oito horas em ponto – os alunos devem estar em sala de aula para o início das demais instruções. Os uniformes estão passados e as fivelas limpas. Cada uma com duração de cinquenta minutos, as instruções serão recebidas com pequenos intervalos de dez minutos entre a primeira e a segunda e entre a terceira e quarta. Entre a segunda e a terceira, há intervalo de vinte minutos.

Ao meio-dia, termina o primeiro expediente na Academia. Os cadetes entram em forma para a alteração de pessoal. Com o toque de “avançar rancho”, os cadetes devem fazer mais uma das três refeições obrigatórias. Como vimos, existem ranchos separados para praças, cadetes e oficiais. Isto se deve ao fato de que a camaradagem, “indispensável à formação e ao convívio da família policial militar”, como reza o artigo segundo do regulamento disciplinar da corporação, deve se desenvolver tendo em respeito a hierarquia e a disciplina que formam a base institucional da Polícia Militar. Isso quer dizer que a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico. A hierarquia militar é a ordenação em níveis diferentes de autoridade. A ordenação se faz por postos, no caso dos oficiais, e graduações, no caso das praças. Respeitar a hierarquia militar é se dispor a acatar prontamente a seqüência da autoridade. Coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente e segundo-tenente são oficiais. Subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, cabo e soldado são praças. O coronel está no topo da hierarquia, é o posto máximo da corporação, e o soldado está na base, ou seja, na graduação mínima. Oficiais

são comandantes, praças são comandados.

Meio-dia e trinta – término do almoço e início do intervalo. O silêncio deve ser guardado nos alojamentos. Duas horas da tarde – início do segundo expediente. Os cadetes já devem estar nas salas de instrução esperando o professor ou instrutor. Não é permitido dormir ou cochilar fora dos alojamentos e muito menos durante as aulas. Serão três instruções com intervalos de dez minutos entre elas. Cinco horas da tarde – término do expediente e leitura do boletim. Os alunos devem estar em forma em frente ao refeitório. É feita a apresentação da tropa, “com as devidas alterações”. Dá-se a leitura da escala de serviços, leitura do boletim interno, homenagem aos aniversariantes do dia. Seguem-se palavras do comandante ou subcomandante da Companhia de Alunos.

Cinco horas e trinta – jantar.

Seis horas e trinta – visitas até 8:30h. Os locais de visita aos cadetes são obrigatoriamente a “pracinha” do pátio interno e “a borda da piscina”.

Nove horas da noite – revista do recolher, última revista coletiva do dia.

Dez horas – soa o toque de sirene que comanda o silêncio na Academia. Inicia-se o período de pernoite dos cadetes. Após o silêncio, os alunos só podem permanecer em locais determinados: o cassino, as salas de instrução, os alojamentos ou a área vizinha ao cassino, onde estão instalados telefones públicos, quando de sua utilização. O pernoite corresponde ao horário entre dez horas da noite e cinco horas da manhã.

Quando os cadetes dizem que a vida deles é “corrida”, não estão se referindo apenas ao período de cinco horas da manhã às dez da noite. As atividades entre o silêncio e a alvorada são tão importantes quanto as que marcam os dois expedientes diurnos. É com o início do pernoite, às dez horas, que começa a noite do cadete. “Ou você dorme ou você estuda, porque o tempo todo que você tem [na Academia] você está em atividade.” Em época de provas, o aluno pode começar a estudar com o início do pernoite e não ter hora para acabar. “Quando é época de prova e tem um trabalho ou tarefa para fazer, deveres escolares, o tempo que nós temos para fazer é à noite e de madrugada, então tem noite que praticamente ninguém dorme, aí emenda.” Além disso, existem as escalas de serviço. Assim, os cadetes que estão de serviço passam “praticamente a noite inteira acordados”.

O tempo do cadete é “curto”, devido à vida muito “corrida”. “O tempo é curto, as oportunidades são poucas”, contou um cadete do segundo ano, referindo-se às oportunidades de aproveitamento de espaços sociais da cidade por parte dos alunos. “Nós temos uma dificuldade aqui de tempo”, disse um outro aprendiz do segundo ano.

Quando se trata de qualificar o tipo de experiência vivido enquanto cadete,

suas percepções apontam quase sempre direta ou indiretamente para a dimensão temporal de sua experiência social. Uma porta de entrada para essa discussão é o modo como os cadetes percebem sua realidade de jovens policiais militares em contraste com a realidade dos jovens que não vivem em “um regime militar, baseado na hierarquia e na disciplina”, e que os leva a agir e pensar de forma diferente dos demais, principalmente quando o assunto é responsabilidade. Os cadetes dizem que além de namorar, gostam muito de frequentar bares, praias, cinemas, centros comerciais, como os outros jovens; todavia, o modo como se divertem conhece peculiaridades devido ao fato de serem eles cadetes de Polícia Militar. Em primeiro lugar, há a questão do tempo para a diversão que é considerado muito curto; em segundo lugar, há uma certa imagem do que eles são – policiais militares – que os impede de fazer tudo o que os outros jovens fazem, principalmente, no que diz respeito às práticas consideradas negativas. A cidade de Fortaleza, para os cadetes, destaca-se quando o assunto é diversão. Ao observar o comportamento dos jovens, os cadetes colocam o dilema de sua própria diversão pessoal, ou melhor, do pouco tempo disponível que possuem para a vida pessoal, nos termos de uma oposição entre responsabilidade e irresponsabilidade.

As atividades rotineiras dos cadetes estão organizadas a partir de um Quadro de Horários das Atividades e ordenam-se em função de uma contagem abstrata da passagem do tempo. A luta contra o tempo é uma experiência mais abrangente (ver Evans-Pritchard, 1993), pois a Academia é destas instituições que buscam se encarregar de “toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos” (Foucault, 1996: 116). Ela aponta para o plano eminentemente quantitativo da experiência espacial e temporal dos cadetes. Há uma série de eventos considerados importantes para a vida da corporação. Assim, o calendário é um modo de composição do tempo social, baseado em eventos tidos como significativos pelo grupo. Além de respeitar o modo de construção do calendário da sociedade mais ampla, a corporação constrói um calendário a partir do qual ela poderá comemorar, festejar-se, reverenciar-se.

Na percepção social dos cadetes, o mundo da Academia ganha cor e vida. À descrição que fizemos dos regulamentos e procedimentos, poderíamos então juntar o seguinte: cadete não acorda, praticamente pula da cama com o toque de alvorada. A seguir, suas camas devem ser imediatamente “forradas” para inspeção. Além das camas feitas – cada um é responsável pela sua – eles devem se apresentar para a primeira de uma série de revistas devidamente escanhoados e asseados.

O toque da alvorada deve ser respeitado por todos. Cada cadete adota sua estratégia particular para não vacilar e chegar atrasado para entrar em forma. Uns

preferem acordar alguns minutos antes e fazer a cama, para fugir da multidão de homens semidespertos tentando fazer a barba, escovar os dentes e outras necessidades. Até mesmo os cadetes imberbes devem barbear-se, apesar da contradição, mas são esses detalhes, segundo os cadetes sempre fizeram questão de apontar, que diferenciam o mundo militar do mundo civil. Nesse universo, o detalhe não é nada desprezível. A vida militar é uma vida de detalhes, que para o civil fazem pouco ou nenhum sentido. Não é fácil acostumar-se com essa vida, é preciso “queimar” e “ser cobrado” para que o indivíduo se habitue.

Hierarquia entre as turmas e o queimar ferro

A hierarquia existe [entre as turmas] certo? Por exemplo: o primeiro ano está começando a chegar, nós somos alunos do segundo ano, o primeiro ano aqui sempre é conturbado, é a pior fase (...) se você é um aluno do terceiro ano, você manda no segundo e no primeiro, você é o deus da Academia. Se você é um aluno do segundo ano, você só precederá o aluno do primeiro ano. Se você é um aluno do primeiro ano, você não tem precedência de nada. Você é como um bicho, animal, nasceu para levar tudo, nasceu para levar [em tom de brincadeira com muitos risos]. Ser aluno do primeiro ano e cachimbo é a mesma coisa (cadete do segundo ano).

A interação se diferencia de acordo com a turma a que pertence o cadete. São sempre três turmas: o primeiro, o segundo e o terceiro ano. As relações entre elas são um dos aspectos mais importantes da socialização dos cadetes. Entrevistar um aluno do primeiro ano, ainda acanhado, sofrendo uma pressão social enorme de seus colegas, que às vezes é contida pelos oficiais, às vezes não, é muito diferente de entrevistar um aluno do terceiro ano, já muito desenvolvido, sentindo-se em casa, apresentando gestos e modos de oficial. O segundo ano é um caso à parte. Esses alunos estão numa situação de liminaridade. Isso porque as relações entre as turmas são relações estruturais muito importantes. Assim, é preciso descrever aspectos dessa interação e tentar apontar os princípios que a regem ou, pelo menos, oferecer um modelo da relação social entre as turmas.

Na Academia, os cadetes se pensam como irmãos. As próprias corporações policiais militares se vêem assim, ou seja, como co-irmãs. Todavia, o conjunto dos alunos divide-se segundo os princípios de precedência hierárquica, de antiguidade e da separação por turmas. Assim, os cadetes do primeiro, do segundo e do terceiro anos irão manter relações de acordo com padrões específicos de comportamento publicamente aceitos.

O aluno do primeiro ano, ainda sob o “impacto” da mudança do mundo civil para o mundo militar e sujeito a um conjunto de ritos de passagem dos quais os cadetes do terceiro ano são os iniciadores, menos que os oficiais que se desobrigam dessa tarefa, exceto no que há nela de mais formal, oficial e oficioso. Nos momentos que exigem solenidade, ares marciais, como nas demonstrações de obediência e de vibração para com os aspectos da vida policial militar (continência, infundáveis exercícios de ordem unida, posições corporais com sentido militar).

Os cadetes do primeiro ano são designados pelos seguintes termos: nada, bicho, animal, filho. Os do segundo são os tios, neutros, digníssimos. E os do terceiro ano são os reis da Academia, pais, augustos, augustíssimos. Segundo essas definições, as relações entre as turmas devem ser pautadas em critérios de respeito, de brincadeira e de ajuda.

Estes princípios existem não apenas como atos cognitivos a partir dos quais os cadetes se vêem e se reconhecem entre si. Na verdade, todo esse simbolismo atua num contexto de relações de poder entre alunos, entre turmas, e entre todos eles e os oficiais da corporação diretamente responsáveis pela instrução e disciplina, principalmente tenentes e capitães, comandantes da Companhia de Alunos. Esses princípios atuam no interior de fórmulas rituais, que influenciam diretamente as ações, ou melhor, interações mais rotineiras entre os cadetes. Assim, todos os termos classificatórios se inserem em proposições que comandam as relações sociais dos cadetes, são o seu espaço social. A “ordem” a que os termos se referem é atualizada na ação e pela ação, ganha sentido a partir da atividade social desenvolvida na Academia. Não poderia ser diferente numa realidade na qual o corpo aflora de práticas disciplinares que requerem não apenas adesão ideológica e cultural ao regime castrense, mas também uma adesão pragmática, uma vez que os corpos disciplinados são, no caso, politicamente dóceis e hipertrofiados em suas condições operacionais, para seguir de perto a hipótese de Foucault, que não exclui a meu ver a atuação das representações simbólicas nesse processo, mas que as inclui como elemento de um dispositivo de poder.

Quando os cadetes, então, chegam ao terceiro ano, ou seja, o último ano de Academia, só pensam em uma coisa: sair dela. Eles estão visivelmente cansados do ritmo da vida de aluno-oficial. O que não significa que desvalorizem os três anos de dedicação à instituição. Seria possível dizer que eles estão mais ansiosos por sair do que cansados de ficar, porque no fundo a vida de quartel não os assusta mais, eles se habituaram à lógica do aquartelamento; sentem-se cansados, é verdade, mas o cansaço é uma constante da vida policial militar, sobretudo para aqueles que irão trabalhar diretamente na “atividade-fim” da

corporação, o policiamento de rua. Até o final, exceto para os que se tornam mais burocratas, a vida será essa: pouca casa, muito quartel e sempre na rua. É com esse espírito de missão cumprida que os cadetes do terceiro ano esperam ansiosamente pelos cem dias do aspirantado. Eles contam, literalmente, os dias que faltam para a formatura. Entregam-se a longos exercícios de ordem unida, que serão apresentados durante o desfile que se realizará no pátio externo ou pista de desfile da Academia.

As normas que regem desde o nosso acordar, desde a nossa alvorada até o nosso toque de silêncio, até para dormir a gente tem que ter... somos regidos por normas, existe o toque da alvorada, que cinco horas da manhã você tem que estar de pé... é o dia-a-dia. A gente acorda cinco horas da manhã, nossa cama tem que estar forrada, o oficial vai entrar no alojamento, vai fazer inspeção nas nossas camas, as barbas feitas, todos asseados, tomar café bem reforçado, 5:40h nós fazemos *aquela breve faxina*, um asseio na Academia, 6:20h educação física até 7:10h, *a educação física é supermaneira também, bem leve, você vai correr uns oitocentos quilômetros por dia* [risos], aí quando é 7:10h acaba, 7:40h tem que estar todo mundo em forma para fazer a passagem do serviço e oito horas estar em sala de aula. Aí tem que estar com o uniforme passado, com tudo limpo, fivela limpa, a barba feita, é feita outra revista. Vai fazer revista na cama, durante a educação física, do uniforme... A gente sai e vai para o almoço, meio-dia, e entra em forma novamente, aí vai a alteração do pessoal, aí manda para o rancho. Sai do rancho, temos o intervalo, é mais ou menos de 12:30h a treze horas até as quatorze. Quatorze horas sala de aula e é o dia-a-dia nosso aqui, vai até dezessete horas, aí quando é 21:00h todo mundo em forma novamente lá fora, *é revista noturna, para saber se alguém fugiu do quartel, se alguém se matou* [risos] (entrevista com cadete do segundo ano. As passagens grifadas representam o tom irônico do cadete).

E aqui no caso tem a seleção, é feita a seleção. No caso ofertadas vagas para civis e militares. Então os militares já antigamente passaram por um curso de formação, quando eles ingressam aqui, eles não sentem uma dificuldade como nós que viemos do civil. É como se fosse um impacto, né (cadete do terceiro ano).

“A Academia é um ambiente muito fraterno, a turma geralmente é um pessoal muito unido. Assim, uma interação, uma irmandade muito grande”

(instrutor da APM, coronel).

Na Academia, respeitar e conhecer as normas que regulamentam a vida cotidiana – não é demais lembrar que “até para dormir somos regidos por normas” é fruto de um intenso aprendizado. A vida do cadete

é um retiro de abnegação. Você tem horário para tudo, para jantar você tem horário, para almoçar você tem horário, para tomar café você tem horário, você tem horário fixo para chegar, tem horário para dormir, tem horário para tudo. Você tem que respeitar muita coisa do direito do outro, isso se aprende muito. No horário de silêncio, a partir das dez horas da noite, não pode ter luz acesa, ninguém pode conversar, ninguém pode ligar som, nem nada. Respeitar o direito do outro de descanso e é exatamente isso, é uma coisa que no civil o pessoal não está acostumado, o pessoal leva para o oba-oba e aqui é diferente. Às vezes você tem que perder um fim de semana seu devido a um serviço ou que a gente também tira um serviço aqui dentro da Academia a nível de instrução, aluno de dia, plantão do alojamento, é tudo serviço.

“É tipo um convento, um sacerdócio”. O que os cadetes chamam de “restrição de liberdade” está ligado ao regime de semi-internato. “Só pode sair no fim de semana e às vezes. Se não estiver detido e nem em serviço.”

De segunda a sexta, a rotina na Academia segue o mesmo relógio diário. Quarta-feira à tarde, não há o segundo expediente e os cadetes podem ser liberados para sair. Sábados e domingos, ficam na Academia apenas os detidos e os laranjeiras, alunos que não possuem família em Fortaleza, e, por isso, no fim de semana, continuam no quartel, quando ocorrem ligeiras modificações nos horários. Uma delas é o toque de alvorada, que soa às 6:30h da manhã e vale apenas para as guarnições de serviço. Semanas, meses são baseados na continuidade e regularidade das atividades cotidianas dos cadetes. Os três anos do curso fundam-se na repetição dessa experiência cotidiana, exceto por ocasiões de quebra de rotina previstas no calendário escolar ou por outras não previstas, determinadas por alguma urgência na utilização do efetivo da Academia em episódios e serviços externos.

Os cadetes devem manter sempre fardamento e apresentação pessoal impecáveis. O uso do bigode lhes é vedado. As alunas têm que, obrigatoriamente, utilizar brincos, manter as unhas em verniz discreto, usar batom e meias finas. Os cadetes de sexo masculino devem ter seus cabelos raspados “até a altura das têmporas, de maneira que usando um gorro de pala, boina ou capacete, deixe à mostra somente a parte raspada do couro cabeludo, e as costeletas não devem

ultrapassar o lóbulo das orelhas”. Os cadetes de sexo feminino devem manter “o uso de cabelo curto”, “de tal forma que não ultrapasse a borda inferior da gola da camisa, de maneira que não mostre extravagância”. Todos devem obedecer aos dias e horários previstos para o corte do cabelo, seguindo o calendário elaborado pela Companhia de Alunos. Ocorrem inspeções específicas para verificar o cumprimento dessas medidas.

O comandante e o subcomandante da Companhia de Alunos devem recebê-los. Este último deve zelar especialmente pela apresentação pessoal de cada cadete, com o auxílio dos coordenadores de turma, já que é “com exclusividade” o responsável pela disciplina dos alunos. É também o subcomandante responsável pela confecção da Relação Semanal de Transgressões.

Com o objetivo de “manter diariamente atualizado o controle do efetivo”, o conjunto dos alunos deve ser rigorosamente contado. Qualquer alteração no número de cadetes deve ser do conhecimento da equipe de comando. Esta é auxiliada, nessa tarefa, pelo cadete na função de chefe de turma. A ausência sem autorização e sem justificativa significa punição disciplinar e complicações para todos os responsáveis. Os cadetes devem “observar a assiduidade e pontualidade” em suas tarefas cotidianas e desempenhá-las com “desenvoltura”. Devem “contribuir, em sua esfera de ação, para o prestígio e zelo da Companhia de Alunos”.

Os cadetes devem entrar no rancho ordenada e silenciosamente. A conversa é permitida apenas em tom muito moderado. Tais normas devem ser observadas de forma rigorosa, assim como todas as outras. E quando se tratar de ordens, devem ser cumpridas e suas conseqüências relatadas ao superior hierárquico.

Os alunos devem cooperar com a boa conservação e limpeza da Academia. “Por ocasião das instruções no âmbito interno, exceto Educação Física e Defesa Pessoal, o(a) aluno(a) deverá se encontrar com o uniforme 6º B, sem gandola.” Em forma no pátio interno do bloco de instruções, é feita a apresentação da tropa “com as devidas alterações”, dar-se uma nova revista e realiza-se a passagem do serviço “propriamente dita”. Na ocasião, devem ser proferidas as palavras de um cadete, seguidas das palavras do oficial presente. Os alunos finalizam entoando um “cântico” ou “hino”, escolhido entre os dez que eles têm a obrigação de saber de cor. Ordenado o “fora de forma”, eles dirigem-se às salas de aula. Não devem esquecer o “material necessário para a instrução que será ministrada, bem como para realização de avaliações”. Eles devem “aguardar na sala de instrução ou local designado a chegada do professor ou instrutor”. Os alunos só podem se ausentar com permissão do docente: “caso não tenha aula é obrigado a permanecer na sala, só podendo sair por ordem superior”. Durante as instruções, eles só devem se ocupar “com atividades a

elas pertinentes”.

“No horário da refeição, os alunos deverão aguardar em condições de entrar em forma o toque de avançar rancho, salvo motivo de ordem superior.” É obrigatório “adentrar ao refeitório em silêncio, e após sentar-se à mesa será permitida a conversa educadamente”. Mais importante ainda é “manter conduta e apresentação corretas”, “mesmo sem alcance das vistas e observação dos superiores hierárquicos”.

Dentre as disciplinas ministradas aos cadetes estão: português, matemática, psicologia, direito, higiene, ética profissional, estatística, sociologia, administração, metodologia científica, defesa pessoal, técnica policial militar, história das organizações policiais militares, legislação policial militar, economia, informática, comunicação social, medicina legal, criminologia, chefia e liderança etc.

A apresentação pessoal do cadete deve se ligar à assepsia do estabelecimento social onde vive e é educado. Sempre respeitando as divisões hierárquicas entre as turmas. Cada turma, um pelotão. Cada pelotão, um chefe de turma. Para cada uma das três turmas, um tenente coordenador. São eles os responsáveis pelas alterações. Nos alojamentos os alunos estão sob a vigilância dos chefes de turma e dos tenentes, que fazem ali mesmo as primeiras inspeções do dia. As falhas devem ser observadas e anotadas. Os cadetes devem ser cobrados. Apesar da cobrança constante, devem lembrar-se que manter conduta e apresentação corretas é um dever de consciência. Uma questão de autodisciplina.

Os cadetes formam o Corpo Discente da Companhia de Alunos. Sua estrutura de comando, sempre na forma piramidal de poder, é composta de um comandante, de um subcomandante e de um núcleo de base. O comandante da Companhia de Alunos tem que ser um capitão da corporação. “Manter o controle permanente do material e utensílios constantes na carga da Companhia de Alunos”, “comandar todas as solenidades relativas ao Corpo Discente, em especial, a Entrega do Espadim e Formatura de Aspirantes”, “velar pelo cumprimento de ordens emanadas de Escalões Superiores junto ao Corpo Discente”, conceder com exclusividade “liberações” para os alunos, “coordenar, acompanhar e fiscalizar todas as atividades atinentes ao Corpo Discente e Administrativo da Companhia de Alunos, zelando pela disciplina, hierarquia e apresentação pessoal”, acompanhar o corpo discente quando este for empregado em atividades extraordinárias, “promover assistência aos integrantes da Companhia de Alunos, nos casos de saúde e particulares”, “responder administrativamente junto ao Comando da APM, pelo não-cumprimento” de suas atribuições. O subcomandante da Companhia de Alunos é obrigatoriamente um primeiro-tenente da corporação. Além de substituir o comandante quando necessário, compete a ele com exclusividade “velar pela disciplina”, julgar as alterações que constam

no Livro do Aluno do Dia, fazer a relação semanal de transgressões, apresentar a lista dos transgressores, acompanhar a “confecção de escalas de serviços do Corpo Discente”, de responsabilidade do aluno “mais antigo” do CFO, cobrar relatórios escritos dos alunos que saem em missões específicas, “manter diariamente atualizado o controle do efetivo”, “instituir mecanismos objetivando ter o controle das punições disciplinares aplicadas (dolorosa), com o intuito de agravar a punição” dos reincidentes. Ele responde administrativamente ao comandante da Companhia de Alunos pelo não-cumprimento de suas atribuições.

Não é por acaso que os cadetes de origem civil falam de “impacto” ao descrever sua condição psicológica quando entram para a Academia. Não é uma passagem fácil a do mundo civil para o militar. As exigências são outras e novas, precisam ser aprendidas.

Os cadetes não parecem usar o termo no sentido traumático, como alguns poderiam deduzir. A idéia de que os candidatos provindos do mundo civil são jogados e submetidos a uma abrupta e chocante mudança de comportamento no interior da Academia é algo que os próprios comandantes da corporação tentam desfazer. Em entrevista com o comandante da Academia, este fez questão de enfatizar que atualmente há uma preocupação em fazer com que tal passagem seja gradual, respeitando a dignidade dos alunos. Segundo ele, o famoso período de adaptação das escolas militares, marcados por rígida disciplina e por trotes aplicados pelos veteranos sobre os novatos, é coisa do passado. Suas explicações sobre a adaptação gradual não foram desmentidas pelos cadetes. Estes também compartilham a idéia de que a adaptação excessivamente militarista, com trotes físicos e humilhantes para os noviços, é coisa do passado. Negam a existência de trote na instituição, pelo menos os tradicionais, de dimensão eminentemente física. Os trotes que ainda são aplicados, segundo os cadetes, parecem-se mais com brincadeiras. Esse é um assunto delicado, pois se admitido abertamente abre espaço para as acusações de que na Academia os alunos são submetidos a humilhações etc. Quase todos os entrevistados, quando perguntados sobre a questão, faziam um preâmbulo lembrando ao pesquisador, que o trote nas universidades civis tem levado a mortes e humilhações inaceitáveis, portanto, alertando o que seria injusto avaliar somente o caso das escolas militares e esquecer o que vem acontecendo nas escolas civis. O que querem então os cadetes dizer com “impacto”?

Os recém-admitidos na Academia, aprovados em concurso público para o primeiro ano do CFO, se procedentes do meio civil, surpreendem-se com o desenrolar de uma nova vida. Não é à toa que os cadetes qualificam como impactante o momento de entrada na corporação. Primeiro, eles são recebidos pelos cadetes todos em formação, num ambiente de pessoas fardadas, onde de

início tudo parece igual. Aos poucos, aprendem a diferenciar os aspectos desse mundo solene e marcial, que em muitos aspectos não é tão solene e marcial como se tende a imaginar. Nos primeiros dias na Academia, os cadetes não são inseridos abruptamente na rotina militar, diferentemente do que sugere Castro com relação à Aman. Não sei se ele se refere a todo o período de adaptação, ou faz alusão especificamente aos primeiros dias na instituição.

O primeiro ano na Academia é o mais duro. São muitas as mudanças. É um período de longa adaptação. A maior expectativa do aluno do primeiro ano é chegar ao segundo. O primeiranista é pau para toda obra. Faz de tudo. Suporta uma pressão muito grande, exercida pelas outras turmas e pelos oficiais. Essa pressão é característica do regime castrense.

Desde o início o cadete aprende a conviver com o cansaço – na verdade, demonstra até certo desprezo por ele, sem levá-lo muito a sério. Assim, os cadetes além de cansados, estão ansiosos por se tornar aspirantes a oficiais, o que marca uma passagem para o oficialato, pois os cadetes não participam de direito deste círculo hierárquico, já que são considerados praças especiais. Muito estudo, muita rotina militar, ou como eles dizem, muito “militarismo”. Se a vida de quartel é dura, a vida do quartel que forma a “elite” da corporação não pode ser menos dura.

O cotidiano na Academia é pensado em homologia à vida monacal. A Academia “é um retiro de abnegação”, “é um tipo de convento”; assim, a carreira de policial militar em geral é vista como “sacerdócio”.

O intercâmbio do cadete não se resume, obviamente, às relações sociais da Academia. Todavia, a estrutura desses relacionamentos tem um poder decisivo na constituição da percepção do cadete do conjunto de seus vínculos sociais. Há uma intensidade tal na socialização profissional do aluno, que esta o alicia para a visão de mundo da corporação. Os cadetes devido a sua experiência do mundo militar, irão se relacionar de modo diferente com o mundo exterior e com os outros grupos dos quais fazem parte. Amigos, familiares, namoradas e namorados, os jovens em geral, o mundo civil – há um processo de construção da identidade social no qual se redefine a lealdade do cadete com outros grupos em função de sua nova e pujante lealdade para com o grupo que o educa.

Os cadetes percebem sua experiência na Academia, do ponto de vista das categorias sociotemporais que guiam essa percepção, como uma “vida corrida” na qual o “o tempo é curto” para aproveitar oportunidades do mundo exterior, principalmente em termos de diversão. Dificilmente, se observam durante os turnos de expediente, cadetes ociosos, encostados pelos cantos. Os cadetes correm, literalmente, de um lado para o outro, o que é um sinal da vida “sem tempo” que levam na Academia. Na verdade, a sensação de que não ter tempo

para nada diz muito sobre o modo como a experiência temporal do cadete é construída. Suas rotinas parecem contrariar outros tipos de rotina que se tornam monótonas para seus participantes. As rotinas da Academia são repetitivas, mas os alunos não têm tempo para se queixar de monotonia. As atividades são organizadas de modo tal que o tempo do cadete é quase totalmente preenchido e devotado às demandas da educação e da instrução – é um processo intensivo de socialização. Erving Goffman, ao conceituar instituições totais, criou essa referência obrigatória e seu trabalho vem sendo criticado nas possibilidades de extensão desse conceito em particular.

A vida do cadete é árdua. Suas atividades dão sentido a sua experiência. Os pormenores na vida militar são fundamentais. Esses pormenores que constroem socialmente o corpo humano. Uma certa ginástica, uma certa “educação física”. São muitas as obrigações e poucos os direitos. O cadete expressa uma imagem do grupo maior de que faz parte, da corporação a que pertence – exprime uma das imagens possíveis, uma imagem querida e desejada, afetivamente carregada.

É preciso descrever o conjunto das relações sociais do cadete para entender o sentido de seu estatuto pessoal no interior de seu grupo e da sociedade mais abrangente. O cadete relaciona-se com outros cadetes. Relaciona-se com praças, com oficiais, com família, com amigos e namoradas, com o mundo exterior, com sua cultura, com as lutas políticas que envolvem a corporação, com o militarismo. Estão sempre com ar cansado, mas mesmo assim não esmorecem. A postura corporal é uma porta de entrada fundamental para compreender o modo de vida dos cadetes. O corpo, desde que se entra para a Academia, é submetido a um processo intenso de reeducação. Os gestos passam a ser controlados pelos modelos que informam as posturas corporais marciais, solenes, enfim, militares.

Há toda uma revolução nos hábitos dos cadetes, quando esses são originários do mundo civil. Essa revolução é coletivamente sentida e classificada como “impactante”. É um verdadeiro impacto sair do mundo civil para o mundo militar.

Os cadetes classificam-se de acordo com a posição que ocupam na divisão de turmas. Castro (1990), ao analisar a Aman, demonstrou que os cadetes do Exército são iniciados no espírito militar através da pertença a uma das armas (infantaria, cavalaria, artilharia etc.). Na PM, o espírito de corpo segue o caminho da relação entre as turmas. Muitas amizades e inimizades entre oficiais superiores da PM nasceram dos tempos de Academia. A formação de grupos de disputa, dentro, é óbvio, dos limites impostos pelos padrões de luta aceitos entre os membros da corporação, depende da composição das turmas. Se, como afirmam os oficiais, “a PM não tem vocação política”, parece ser intensa a vida política na e da instituição policial militar.

A cadeia de comando da corporação está atenta ao que se passa na Academia e, principalmente, atenta ao que se passa com os cadetes. Eles discutem o destino dos alunos, o melhor modo de educá-los, de empregá-los nas atividades da corporação. Apesar de seu caráter legal, o estatuto do cadete não deixa de ser objeto de discussão entre os membros da PM. Numa reunião no quartel do comando-geral, com a presença do comandante, de membros de seu estado-maior, e de uma gama de figuras importantes, pude observar o interesse que desperta o cadete, mas também um modo de se posicionar na corporação a partir de discursos sobre ele. Os cadetes formam a elite da Polícia Militar. Essa crença é difundida diariamente junto aos alunos. Eles devem, portanto, se portar com tal. Nas solenidades, nas apresentações públicas, no policiamento ostensivo, o cadete deve ter uma conduta exemplar para o restante da tropa. Eles devem marchar melhor do que todos. Devem ter a melhor apresentação. Devem ser mais vibradores. Isso lhes é exigido, como um ponto de honra. Nesse sentido, é a honra do oficialato que é partilhada com os cadetes. E estes devem estar à altura dessa partilha. O cadete é o símbolo a partir do qual podem ser lidas as qualidades e os valores do oficialato: o garbo, o legalismo e a coragem.

Os cadetes estão envolvidos num circuito de responsabilidade onde sua *performance* deve ser “ilibada” e perfeita, porque eles formam a “tropa de elite” da corporação. Enquanto tais, são responsáveis diretos pelo prestígio da escola. A honra pessoal do cadete se liga à honra da Academia; uma imagem prestigiosa da instituição depende da qualidade dos cadetes formados por ela. Os oficiais da Polícia Militar costumam se identificar a partir das turmas a que pertenceram. Assim, os cadetes devem louvar e cantar sua escola. Mas não apenas de louvor vive a Academia: os cadetes devem zelar pela limpeza e pela segurança de suas instalações. Precisam aprender a viver no quartel onde se forma o “futuro” da Polícia Militar.

O civil pode fazer tudo o que não é proibido pelas leis, já os militares só podem fazer aquilo que é permitido. O militarismo é representado como uma vida normativa mais rígida e regulamentar – é um exemplar exagerado de um mundo administrado. O maior sinal disso é que na vida militar os detalhes são muito importantes. A noção de liberdade, para os cadetes, compõe-se a partir de pormenores.

A diversão dos jovens civis funciona como porta de entrada para as representações dos cadetes sobre o mundo exterior, de onde provieram, a partir do mundo da corporação, onde estão ainda em situação de liminaridade.

Os cadetes são jovens, gostam de se divertir como os demais, freqüentam, quando podem, as festas da cidade: os forrós, os bares, os centros comerciais, as apresentações musicais, os cinemas.

Eu acho que o oficial, quer ele queira ou não queira, ele tem que mudar algumas coisas. A forma de divertimento dele vai mudar sim, porque se ele tiver uma boa conduta e continua tendo, eu acho que isso não representa totalmente o que ele vá fazer como oficial. Então eu particularmente faço as mesmas coisas que eu fazia, os mesmos divertimentos eu continuo fazendo. [...] O nosso jeito é esse, tem que manter uma conduta, às vezes a gente sente vontade de fazer uma coisa, mas não faz, simplesmente, pelo fato de ser cadete, de representar uma classe que tem que ser, pelo menos aqui não pode ser totalmente na prática, mas pelo menos 99% da teoria a gente procura ser (cadete do segundo ano).

A gente nem sente só a necessidade de agir diferente, mas de uma certa forma de obrigação, porque a gente vai de certa forma combater muitas coisas que talvez ele poderia fazer. Não tomando por base o nosso passado, se a gente tem uma conduta boa, poderia que a gente viesse a desenvolver uma conduta errada. Já agora nem pode mais. Então, a gente toma uma posição diferente, não tomando como referência do que passou, mas o que iria acontecer. Então dessa forma expectativa da gente é de sempre manter uma conduta certa (cadete do segundo ano).

O cadete é convencido de que deve ser um exemplo para a sociedade, pois, como repetiam sempre:

Nós somos um espelho para a juventude. Quando a gente entra aqui a idéia que mais é disseminada para nós, a que é mais inculcada em nossas mentes é essa, nós somos espelhos para a juventude. Nós vamos o quê? Manter a ordem pública. Então se nós não dermos exemplo, como é que vamos querer que as pessoas dêem exemplo? Não tem respaldo... você não vai ter respaldo. Então quando você entra... no meu caso, quando eu entrei aqui a minha vida era um tanto quanto diferente do que eu levava antes, civil, tinha outras diversões, nunca bebi, nunca fumei, nunca gostei disso não. Mas só que você sente o peso da responsabilidade, você realmente sente o peso da responsabilidade (cadete do segundo ano).

Há uma mudança da sensibilidade do cadete com relação à sociedade. Seu senso de responsabilidade não é uma falácia, ele altera o próprio modo de se portar em sociedade. Assim, o cadete está inserido no interior de um sistema de responsabilidade que dita em grande parte o estatuto pessoal e os princípios de

constituição da auto-imagem. “O estatuto de um indivíduo num dado momento pode definir-se como constituindo a totalidade dos seus direitos e obrigações reconhecidas socialmente (por leis e costumes) pela sociedade em que vive” (Radcliffe-Brown, p. 61). Ou ainda,

o estatuto tem aqui o significado de um conjunto de direitos (tanto sobre pessoas como sobre coisas), que implicam certas obrigações e cuja unidade consiste num dos casos, no fato de serem direitos de uma só pessoa, que podem ser transmitidos, na sua totalidade ou não, a uma outra pessoa ou pessoas; e no outro caso, no fato de serem direitos de um grupo definido (a corporação) que possui esses direitos continuamente (p. 56).

A percepção que tem o cadete de sua responsabilidade junto à corporação, à Academia, aos seus chefes e líderes traduz-se numa visão de si na qual o cumprimento dos deveres, das ordens e da lei torna-se um de seus valores maiores.

Quando você perguntou se nós achávamos que nosso tipo de diversão, o nosso modo de se divertir seria diferente porque nós somos cadetes ou não. A maioria aqui disse que era diferente porque nós somos cadetes e temos responsabilidades. Até concordo que nós temos responsabilidades, mas eu não generalizo... eu acredito, eu discordo um pouco da seguinte forma, porque o meu modo de me divertir antes e depois de entrar na polícia é o mesmo. Eu acredito mais na conjuntura familiar, no modo como você foi educado, o círculo de amizades que você teve, entendeu? Eu acredito mais neste sentido, né? Eu não mudei, porque eu sou cadete, eu não vou fazer isso ou aquilo. O que eu não fazia antes, eu não bebo, nunca bebi, não porque entrei na polícia. Eu nunca fumei e também não é porque eu sou cadete. Então não generalizo. Alguns podem até ter mudado, antes tinha um comportamento diferente e hoje tem outro, porque são cadetes e sabem que a responsabilidade é muito maior. [...] generalizar é muito perigoso (cadete do segundo ano).

A intensidade com que os cadetes devem cumprir suas obrigações influencia diretamente o modo como se percebem com relação ao mundo fora da Academia e em particular aos outros jovens.

O cadete tem que “obedecer rigorosamente” as normas que lhes são importantes: “a imaturidade deles [dos outros jovens em geral] se reflete nas ações” (cadete do segundo ano).

Eu vejo na juventude de hoje o fator irresponsabilidade, certo? Que é que nós colocamos na nossa massa aqui, absorvemos, também por obrigação, porque nós convivemos num regime militar, né, que é baseado na hierarquia e na disciplina, e a gente já vê diferente mesmo. A gente já pensa nas conseqüências de qualquer ato e sabe ser responsável pelos seus atos. Eu vejo que hoje em dia, a juventude ela é irresponsável, ela associa muito a idéia de se divertir, ela não consegue ver a idéia do cidadão se divertir sem estar embriagado, é um fato! (cadete do terceiro ano).

A juventude “perde toda noção do sentido de responsabilidade” (cadete do terceiro ano).

Outra coisa que eu acho é que hoje em dia a própria cultura, ela explora o jovem de uma maneira totalmente diferente de há muito tempo atrás, não que a maneira de há muitos anos seja correta, não que antigamente houvesse disciplina e hoje não há disciplina, mas hoje em dia o jovem, ele é levado, ele é impelido a observar e a ter prazer em fazer coisas fúteis (cadete do terceiro ano).

Então pessoas que só se preocupam com coisas fúteis nunca vão observar a realidade de verdade. Eu acho que é isso que ocorre hoje em dia com os jovens. Os jovens estão se perdendo cada vez mais em banalidades, eles não têm... como um vídeo que nós assistimos... não estou vendo futuro, não estou vendo uma perspectiva de algo para se basear. Eles apenas querem que as coisas sejam impostas, colocadas e eles apenas são pessoas subservientes (cadete do terceiro ano).

Os cadetes são responsáveis diretos pelo “prestígio” e “zelo” da companhia dos alunos. Não há como ser cadete sem aprender a “cooperar”. A cooperação é uma obrigação e deve ser voluntariamente perseguida – é preciso que o aluno alimente o “entusiasmo” por suas atividades. Na Academia, ele aprende a entoar hinos e canções em louvor da pátria, da bandeira nacional, da independência, do Ceará, da sua corporação. O cadete age simultaneamente em honra própria e em honra do Estado. Esse é o ideal a que se persegue.

Um dos pontos nevrálgicos da vida do cadete é a preocupação constante com a conduta correta. A observação dos princípios da boa conduta, aprendidos na Academia, guia o modo como o cadete classifica o mundo exterior. Assim, os cadetes se definem como mais centrados no universo das responsabilidades do que a maioria dos jovens civis. Como grande parte dos cadetes provém do

mundo civil, tornam-se abundantes as comparações entre os tempos antes e depois de entrar para a Academia, para o “militarismo”.

Os cadetes aprendem um código de etiqueta que muitos deles não seguiam em suas vidas fora da PM. A etiqueta na vida social do cadete é um elemento central, que se caracteriza pelos detalhes, pelas pequenas coisas. O mundo da Academia é um mundo onde as pequenas coisas são valorizadas. A própria noção de liberdade é pensada não apenas com relação aos ideais abstratos, mas observada nos detalhes da vida cotidiana. O cadete, além de “saber o que é certo”, precisa “fazer o que é certo” (cadete do terceiro ano). O respeito ao direito do outro é realizado pela observância estrita de cumprimento do dever – é assim que eles idealizam a relação entre respeito e cidadania.

Nota

¹ O sujeito é ou dividido no interior dele mesmo, ou separado dos outros. Esse processo faz dele um objeto. A distinção entre o louco e o homem são de espírito, o doente e o indivíduo com boa saúde, o criminoso e o homem de bem, ilustra essa tendência.

Batismo das espadas: rituais de poder e cerimônia de formatura

Segundo Geertz (1991), os discursos dominantes sobre o Estado entre os cientistas sociais oscilam em pensá-lo em termos de monopólio da violência dentro de um território, dominação de classe, agente delegado da vontade popular ou mecanismo pragmático de resolução e conciliação de conflitos sociais. Todas essas aproximações têm dificuldades em lidar com as dimensões simbólicas do poder estatal. Um sintoma disso, é que elas invariavelmente as considerariam como “excrescências, mistérios, ficções e decorações” (p. 154). Se assim fosse, a descrição das cerimônias oficiais do campo estatal resultaria em um esforço inútil, algo dispensável e acessório. Contudo, é preciso adotar uma nova atitude teórica frente ao cerimonial do Estado, porque “a simbologia política, desde o mito, insígnias e etiqueta, até os palácios, títulos e cerimônias”, não pode ser reduzida à idéia de que são “instrumentos de propósitos escondidos” (p. 154). O domínio dos ritos e das fórmulas

é a esfera daquilo que gostaríamos que estivesse situado ao longo ou mesmo fora do tempo. Daí por que os rituais servem, sobretudo na sociedade complexa, para promover a identidade social e construir seu caráter. É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores. Porque é o ritual que permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas que a própria sociedade deseja situar como parte dos seus ideais “eternos” (DaMatta, 1990: 24-5).

Quando preparam homenagens para si mesmos, em ocasiões solenes e comemorativas, recorrentes e até rotinizadas, como no caso da cerimônia descrita no quarto capítulo deste livro, os policiais militares, principalmente seus quadros dirigentes, declaram ritualmente suas pretensões de dignidade e de valor próprio. Buscam, a partir de seu próprio campo social, estabelecer

os critérios legítimos de avaliação de sua estatura ou *status*. Nesse processo de objetivação de uma história considerada legítima, porque oficial, a cronologia funciona como um dos instrumentos de fixação e registro dos eventos, das pessoas e dos processos considerados centrais e mais significativos para a história da “corporação”, ou seja, para a invenção de seus limites e para a instituição de suas fronteiras. No Ceará, a mobilização, a partir de 1835, de uma força policial para a província tornou-se um evento histórico, em torno do qual os policiais militares instauram uma forma de conhecimento e reconhecimento de sua “origem”. A produção desse reconhecimento quanto a uma origem legal, institucional e organizacional comum aos atuais integrantes da corporação está em função da perenização da identidade social dos policiais militares.

O valor dessa identidade se constrói em torno de um sentido de existência histórica que, segundo eles, se confunde com a do próprio estado. Ao ato fundador de reconhecimento de uma origem comum, aos quais outros vieram se solidarizar e cristalizar em uma espécie de história mítica, os policiais militares rendem suas homenagens anuais. Homenagens de si para si mesmos. Pois a cada aniversário da Polícia Militar do Ceará, no dia 1º de abril, as forças da corporação são mobilizadas em eventos comemorativos, onde os ritos metuculosos de modelação cotidiana de corpos disciplinados (cf. Foucault, 1991, terceira parte) passam a suportar em um contexto cerimonial as funções rituais declarativas, típicas dessas cerimônias estatais de afirmação e confirmação de *status* (cf. Geertz, 1991, capítulo IV).

Os padrões escritos e orais dessa história mítica institucional se atualizam em uma intensa vida cerimonial. O conceito mestre expresso em documentos e em rituais comemorativos é o de que a partir de uma origem comum, apesar das diversas mudanças de “denominação” e de “estrutura organizacional”, a Polícia Militar continua sendo o que sempre foi, imbuída do ideal de mantenedora da ordem e da paz social. Para além das transformações dos contextos sociais e históricos da sociedade cearense e brasileira, os policiais militares acreditam-se fiéis à missão de defensores da ordem pública, como agentes executivos de pacificação social:

Identificada e arraigada na história do Ceará e do Brasil, a Polícia Militar do Ceará participou de muitas campanhas e movimentos armados que marcaram o Império e a República. A nossa mais que sesquicentenária Corporação, ao longo dos anos tem-se feito presente nos mais decisivos lances e episódios da história pátria, sempre a serviço da sociedade e em defesa da Segurança Pública, da legalidade e da Pátria. Hoje uma Polícia, dentro de suas condições, equipada, *com homens instruídos e treinados*,

cada um em sua área, continua juntando esforços para cumprir e fazer cumprir a preservação da ordem e manutenção da *paz*. Todos nós estamos imbuídos do mesmo ideal de mantenedores da Ordem Pública (Félix, 1989, p. 33, grifos meus).

Os policiais militares pensam-se como servidores que, sob juramento, se sacrificam sem cessar pelo bem e a segurança da comunidade, arriscando para isso a própria vida. Afinal, suas fronteiras são as fronteiras do Estado, estando no limite dos seus códigos, e o Estado é, além de instrumento de dominação, um produtor de representações sociais, um produtor de consenso social.

Portanto, o estudo da organização policial do campo burocrático estatal se relaciona, simultaneamente, e, em níveis diferenciados, ao problema da governabilidade e de suas tecnologias políticas, ao problema da construção de consenso em torno do exercício da violência e vigilância legais e aos seus problemas específicos de auto-reprodução frente à questão da violência na constituição do seu espaço social interno (cf. Tavares dos Santos, 1997). Assim, ainda segundo esse autor:

Não apenas o exercício do monopólio da força física garantirá os elos de preservação da ordem social e pública. Pois da tardia formação da polícia na Inglaterra derivou o denominado “modelo inglês de polícia”, baseado em uma relação dos membros do aparelho policial com a sociedade local. Esta “polícia comunitária” acentuava sua legitimidade seguindo alguns princípios: prevenir o crime e a desordem; reconhecer que o poder policial depende da aprovação do público e deste modo ganhar sua cooperação voluntária; reconhecer que a cooperação do público está na razão inversa da necessidade de utilizar a coerção física; empregar a força física minimamente; oferecer um serviço a todos os cidadãos; manter a relação polícia-público; respeitar o poder judiciário; reconhecer que o indicador da eficácia da polícia é a ausência do crime e da desordem (...). Poderíamos dizer que até hoje a organização policial depende da combinação desses dois modelos, o sistema francês estatal e centralizado e o sistema inglês comunitário, aliando o exercício da coerção física legal com a busca da legitimidade de sua ação social (p. 160).

A construção da identidade social dos “militares estaduais” passa pela vida ritual de sua corporação. Seus valores e representações estão inscritos em suas práticas rituais, das mais “domésticas” às mais “solenes”, das discursivas às não-discursivas. A interação social com militares em contextos oficiais e públicos deixa entrever o grau de formalidade dos seus padrões de comportamento.

Há fórmulas rituais, por exemplo, para receber “convidados” nos quartéis da corporação, que são usadas com um alto grau de uniformidade.

As cerimônias, as solenidades, as reuniões e, mais do que isso, a atitude cerimoniosa, marcial, solene, grave, formal; os gestos e palavras comedidos, avaliados sob a ótica de uma autodisciplina militar, enfeixados em rituais solenes e rituais domésticos, para usar a distinção clássica de Mauss, são elementos que, se analisados, permitem acesso a um modelo do *habitus* policial militar. A problemática das técnicas corporais, da expressão corporal policial militar, se situa nesse campo de investigação.

Neste capítulo, procuro descrever a formatura, que consiste numa “cerimônia” dividida, em um primeiro plano, em dois tipos de atividades: “solenidade” e “desfile”. Considero-a, a um só tempo, uma porta de entrada para o universo dos cadetes e para o universo da corporação, a partir de rituais que expressam um simbolismo transversal, pois permitem enxergar o grupo a partir de dentro e em suas relações com o mundo de fora. Pode-se dizer que os momentos de espera são momentos de ansiedade para os alunos, ansiedade em ampliar seu campo de ação.

A Declaração do Aspirantado

Os cadetes, então, consagraram-se como aspirantes a oficiais, vivendo uma mudança em seu estatuto pessoal na corporação. Trata-se do encerramento do ciclo “acadêmico” enquanto cadete; trata-se de deixar de ser aluno para se orgulhar do que se foi. “Avante aspirantes, a sociedade nos espera”, escreveu um aluno por ocasião da formatura da sua turma, em 1998. Ele arrematava o editorial da *Revista Alvorada*, afirmando estarem os aspirantes convictos de que saíam “de uma grande escola de formação” e declarava, em nome de seus pares, que os aspirantes esperavam “atender a todos os anseios deste povo alencariniano”.

“Para que a tradição não fosse quebrada, a Polícia Militar do Ceará entregou à sociedade uma nova turma de aspirantes, ou seja, as futuras cabeças pensantes da Corporação. Sociedade esta, cada vez mais exigente e sedenta de bons profissionais para fazer a sua segurança.” Cabia, portanto, a “cada aspirante que, a partir de agora”, contribuísse “incessantemente para divulgar os brios dessa milícia”, da milícia cearense.

O governador do estado escreveu que “a formação de mais um contingente de aspirantes a oficiais da Polícia Militar do Ceará, sob o novo enfoque da nossa filosofia da polícia cidadã” se inseria “no contexto desse enorme esforço que o estado realiza para mudar a imagem do seu sistema de segurança pública, de sorte a corresponder às reais carências e imperativos da população”. E sobre os

aspirantes, disse: “São jovens idealistas com vocação profissional que ingressam nessas Academias e, depois de um exigente período de formação, saem devidamente habilitados para oferecer os seus melhores serviços ao bem-estar da sociedade.”

A mensagem do comandante da Academia foi articulada nos seguintes termos:

Três árduos anos se passaram desde a chegada de vocês a esta tradicional Escola de Formação de Comandantes, e hoje, cheios de regozijo, após atingirem com destacada atuação a conclusão do Curso de Formação de Oficiais, titulado Bacharelado em Segurança Pública, não devem esquecer de render graças ao Senhor Deus, pela força e sabedoria com as quais superaram as agruras dos altos e baixos vividos nesse período.

Acompanhar a transformação daqueles olhares cheios de dúvidas e incertezas, que aqui chegaram para o primeiro ano, em uma visão global, crítica e acima de tudo com objetivos trabalhados e definidos, é motivo de orgulho para qualquer Comandante, pois caracteriza a materialização da finalidade maior desta Casa de Ensino, que é a formação dos futuros Comandantes.

Aspirantes, todos vocês estão preparados para exercerem a função de *Guardiães da Sociedade*. A partir de agora, o Aluno cheio de incertezas dá lugar ao *Aspirante*, retumbante de vontade e auto-suficiente nos conhecimentos profissionais, vibrante, com idéias inovadoras, galhardia e muita esperança, porém nenhuma esperança é fácil e a realização de seus objetivos dependerá única e exclusivamente de vocês mesmos, do sacrifício e amor ao profissionalismo.

A sociedade é dinâmica, assim como são as instituições e o homem. Sinto-me honrado por estar hoje no comando desta Academia de Polícia Militar, tendo contribuído para que esse momento se tornasse realidade, haja vista que a realização é impossível de ser descrita, pois esse sentimento de realização só pode ser explicado por aqueles que lutam e enfrentam as barreiras da vida e vêem afinal o seu sonho realizado. Que Deus os proteja!

O comandante da Companhia de Alunos deixou o seguinte registro:

O policial militar, ao ingressar na Corporação, com idade entre 18 e 24 anos, já possui com certeza uma personalidade do caráter formada, quer seja adquirida no seio familiar, na convivência do meio estudantil ou do mundo exterior.

Na Corporação, durante o período de formação profissional, o homem é capacitado a exercer a atividade policial, aprendendo a lidar com situações diversas, distinguindo bem o que certo ou errado [*sic*], bom ou ruim, legal ou ilegal, ficando apto ao exercício da profissão. É na caserna que o policial militar tem o seu caráter fortalecido e voltado para o compromisso de servir à sociedade, mas pouco adiantará, se o homem já não tiver uma boa formação que lhe permita absorver os ensinamentos aplicados, voltados para o respeito dos direitos e garantias individuais do cidadão, com atuação sempre dentro da observância da legalidade, necessários aos profissionais de segurança pública.

Uma boa formação profissional requer, sobretudo, que se faça acompanhar de uma boa formação do caráter moral do policial militar, para que suas ações sejam sempre voltadas para o bem comum, sabendo honrar e dignificar a profissão, utilizando a sensatez e a legalidade como parâmetros para a tomada de decisões, evitando, assim, cometer abusos e arbitrariedades.

Aos aspirantes de 98, meus parabéns por mais esta vitória em suas vidas, e deixo aqui o meu desejo sincero de sucesso na profissão que vocês abraçaram, lembrando-os sempre dos ensinamentos e exemplos aprendidos na Academia, bem como dos esforços de todos que fazem esta casa de ensino, para formação de bons profissionais

O governador, o seu vice, o secretário de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, o comandante-geral da PMCE, o seu chefe do Estado-Maior Geral, o diretor de Ensino da corporação, o comandante da APM, o comandante da Companhia de Alunos, um senador da República, como patrono da turma, a madrinha da turma e outros membros da corporação saudaram oficialmente a turma de 1998 por meio da edição comemorativa da *Revista Alvorada*.

É alardeando um espírito de “missão cumprida” para com a escola que os cadetes do terceiro ano esperam ansiosamente pelos cem dias do aspirantado.

Durante a primeira quinzena de dezembro de 1998, a vida na Academia estava voltada para o conjunto de eventos, de caráter permanente e anual, em torno dos quais se comemorava a formatura do CFO. O comando-geral, a Diretoria de Ensino, o comando da Academia, os aspirantes a oficiais, os cadetes e parte significativa dos quadros de oficiais, além de alguns pelotões de soldados, participam como atores das comemorações de entrega para a sociedade de mais uma turma de “guardiães”. A partir dela, pude adentrar o que veio a ser um dos aspectos mais sedutores, do ponto de vista de quem está em campo, e mais teoricamente centrais, do ponto de vista da produção textual, de minha

pesquisa: refiro-me ao mundo das cerimônias e rituais dos militares.

Segundo DaMatta (1990), as relações de poder dependem dos ritos que disciplinam as posições sociais e levam a um reconhecimento da coerência da vida social, da qual depende a estrutura de autoridade do grupo. Por meio dos ritos, as estruturas de poder são simbolicamente atualizadas. Os ritos dramatizam os fatos de poder, para obter, a partir dessa dramatização, efeitos de legitimidade. Os ritos transmitem, reproduzem e criam valores sociais, de modo que estes se apresentam como que situados fora do tempo. Assim,

é como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores. Porque é o ritual que permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas que a própria sociedade deseja situar como parte dos seus ideais eternos (DaMatta, 1990: 25).

Para isso, há uma cerimônia de entrada e outra de saída da Academia, que se organizam em função de dois momentos de iniciação do cadete e que se ligam a duas mudanças de estatuto. A cerimônia de entrada chama-se solenidade de Entrega do Espadim e ocorre no quartel do Comando-Geral da PM. Nessa cerimônia os indivíduos capturados pela Academia recebem o espadim Tiradentes, símbolo do cadete, e se vêem assim inseridos num sistema de obrigações para com a escola e para com a Corporação.

A cerimônia de saída da Academia é inicialmente uma formatura, que marca a passagem do cadete a aspirante a oficial, mas envolve um conjunto bem complexo de rituais, que expressam o simbolismo da corporação em vários de seus planos.

Nas primeiras semanas de dezembro, os cadetes se deparam com um dos momentos de maior importância em suas vidas, a formatura do Curso de Formação de Oficiais. Os alunos do terceiro ano, obviamente, estão mais ansiosos do que os outros, os do primeiro e do segundo anos. Afinal, são eles que, finalmente, depois de três anos de dedicação intensiva à Academia, serão alçados a uma nova posição no interior da corporação. Deixarão de ser cadetes para se tornarem aspirantes a oficiais. Mudança de estatuto com implicações múltiplas, não só para suas vidas, mas para a corporação como um todo.

Para que um corpo se torne militarmente disciplinado, há que se levar em conta a verdadeira revolução que ocorre em seu interior e em sua auto-representação. Há um aspecto não-representativo da linguagem corporal e outro representativo, que não podem ser deixados de lado.

A linguagem gestual é de fundamental importância na educação policial

militar e na militar em geral. A continência, por exemplo – o movimento de conter-se, em sinal de respeito e reconhecimento da maior autoridade hierárquica – é de tal modo automatizada, que o cadete não pensa duas vezes antes de fazê-la. Mesmo a uma saudação do pesquisador civil, ele responde com uma continência.

O corpo do cadete é retrabalhado sem cessar durante as cerimônias que têm como função apresentar a tropa às autoridades superiores e consagrar a relação social de poder entre superiores e inferiores. Entre a corporação e as autoridades maiores do estado ao qual ela se atrela. Enfim, todo um aparato ritual visando legitimar, cobrir de louros, enfeitar a relação, consagrá-la, ratificá-la, torná-la visível, reafirmando laços de subordinação, de obediência, de lealdade, de coragem disciplinada. Cria-se todo um simbolismo que situa o cadete no mundo mais amplo do poder social, reforça sua condição e atrela seu futuro às bases de uma lealdade ao estado e ao governo, que passa pela corrente social de sua cadeia de comando única, a cadeia de comando de sua corporação. Assim, a ordem unida, a marcha e quase todos os movimentos militares são realidades musicais, são realidades rítmicas, obedecem ao tempo cantado da voz humana, à voz de comando e às marcações produzidas por tapas na perna, por gestos que dão origem a sons e indicam um tipo de ordem corporal.

Pode-se observar no cerimonial um processo de formalização em função dos distanciamentos sociais entre superiores e inferiores numa hierarquia. A formalização produz distinção (cf. Elias, 1997, p. 75).

A entrega dos convites me pegou de surpresa: eu estava num desses momentos de desatenção durante o qual o pesquisador de campo corre o risco de deixar passar episódios muito significativos. Tão mergulhado estava numa outra parte de meu material, que quase me esqueci da formatura. Ademais, meu convite fez-se acompanhar de uma nota pessoal articulada de modo gentil e respeitoso, como se o coronel que o enviou tivesse a exata dimensão da importância daqueles eventos para minha pesquisa. Foi como se ele me desse um presente. Afinal, eu acompanharia as solenidades de formatura do CFO, e justamente da turma com a qual eu havia assistido aulas e mantivera contatos diários entre março e abril de 1998. Não era à toa que eu podia reconhecer quase todos os cerca de noventa formandos, além de saber o nome de um punhado deles, apesar das dificuldades de distinguir um indivíduo num conjunto compacto de homens uniformizados.

No convite impresso, lia-se:

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Ceará, o Diretor de Ensino, o Comandante da Academia de Polícia Edgard Facó e os Aspirantes a

Oficiais 98 sentir-se-ão honrados com a presença de V. Exa. e Exma. família às solenidades de formatura do Curso de Formação de Oficiais, Bacharelado em Segurança Pública, desta casa de ensino.

Precederam a formatura uma missa em ação de graças, realizada na Igreja Cristo Rei, um culto religioso, na Assembléia de Deus e a Aula da Saudade, no auditório da Academia. Já o Baile da Espada, no Clube dos Oficiais da Polícia Militar, teve lugar depois da solenidade. Todos esses eventos marcaram as comemorações da formatura da turma de 1998.

A realização de dois cultos separados, um para católicos, outro para evangélicos, responde a uma divisão de grande interesse sociológico, que ganha cada vez mais importância entre os policiais militares. Trata-se da divisão – que produz pontos de vista diferenciados entre os membros da corporação – referente à distribuição da tropa frente aos diversos serviços mágicos e religiosos ofertados pelo mercado de bens espirituais.

A organização de uma Aula da Saudade parece ser uma estratégia simbólica por meio da qual se quer expressar uma unidade de sentido entre o mundo acadêmico militar e o mundo acadêmico civil. Em suma, um modo de tornar visível a adesão do primeiro ao segundo, através da associação simbólica das universidades civis e das unidades de ensino de nível superior da PM, pensadas, como o discurso dos oficiais deixa entrever, como as universidades da corporação, afastando assim a representação social a partir da qual as Academias são lugares exclusivos de instrução militarista.

A realização do Baile da Espada permite, além do festejo em si, o contato social do ex-cadete com o novo estatuto e com as autoridades da corporação e suas famílias. Permite, além disso, que eles se iniciem no aspecto mundano da vida de oficial, não mais como cadetes, mas como aqueles que aspiram ao coronelato e estão em condições de responder socialmente por essa aspiração. Para cada um desses eventos, trajes e uniformes estavam previamente definidos no convite, tanto para civis como para militares. Tive que pedir conselhos a amigos sobre o sentido da classificação “esporte fino”, com receio de que a idéia que nutria desse tipo de vestimenta fosse inadequada para a ocasião.

No dia 11 de setembro, cheguei à Academia uma hora antes do horário previsto para o início da cerimônia de formatura, marcada para 17 horas. Eu desejava observar os últimos preparativos para a solenidade, a ocupação passo a passo do pátio externo, local onde se daria o evento. Poucos carros estavam estacionados defronte à Academia, enquanto chegava o ônibus com a banda de música da Polícia Militar. Um pelotão com cerca de 30 homens, do Batalhão de Choque, estava sendo disposto na pista de desfile. Os músicos, em uniforme

de gala, carregavam cada qual o seu instrumento e estavam entre sorridentes e cansados, em virtude do sol ainda inclemente das quatro da tarde, o que contrastava com a rigidez dos integrantes do Batalhão de Choque. Basta dizer que, vestindo minha versão do traje “esporte fino”, como rezava o convite impresso, eu estava banhado de suor. Eu, pelo menos, encontrava-me na sombra, mas os policiais perfilavam-se sob o sol nos lugares predeterminados na pista de desfile.

O pátio externo, que em dias comuns é utilizado como estacionamento ou como local de instrução, situa-se defronte à fachada principal da Academia e é externo em relação aos pavilhões, embora se localize intramuros. É uma pista de desfile asfaltada, de aproximadamente cem metros de extensão por 15 de largura, disposta paralelamente à fachada do edifício administrativo, o pavilhão de maior importância da Academia, onde se localiza o escritório do comandante. Na ocasião, restringiu-se a entrada de veículos no pátio. Apenas as viaturas das autoridades, militares ou civis, tinham acesso à parte de trás da escola, espaço onde normalmente oficiais e alunos estacionam seus veículos, aproveitando a sombra das poucas árvores e do próprio edifício da Academia.

Nesse dia, a Academia abriu o seu portão principal, que comporta somente a passagem de pedestres. Em ocasiões corriqueiras, esse portão permanece sempre fechado. Dois cadetes, com uniforme de gala azul – apelidado entre eles de “azulão”, ao qual os alunos costumam se referir em tom de brincadeira devido à quantidade absurda de botões que eles devem, antes de qualquer solenidade, limpar cuidadosamente em tempo recorde – montavam guarda no portão e recebiam os convidados, ou melhor, a “assistência”. Quando entrei, dirigi-me diretamente para as arquibancadas, montadas na calçada oposta ao edifício da administração.

Das arquibancadas, podia-se divisar o palanque, com autoridades civis e militares. Do lado direito do palanque, colado a ele, estava a tribuna com um microfone, onde ficaria o mestre-de-cerimônias, narrando passo a passo o evento e fazendo pronunciamentos em nome das autoridades. Os tenentes quase sempre fazem uso do microfone; os discursos dos comandantes de alta patente, entretanto, são lidos pelo mestre-de-cerimônias. Mais adiante, havia o lugar reservado para os oficiais da corporação e de outras corporações policiais militares presentes ao evento, onde linhas amarelas demarcavam os assentos para os oficiais superiores, intermediários e subalternos. Do lado esquerdo do palanque sentar-se-iam as madrinhas dos formandos. De frente para ele, e dando as costas para as arquibancadas, tomariam posição seis pelotões: o do colégio da PM, o do CFO, o do Gate, o Batalhão de Choque, o de recrutas da PM e a banda de música.

Quando cheguei, ainda não havia muita gente. Mas os poucos familiares

que lá estavam – mães, pais, irmãos, tios e primos – demonstravam muita alegria. Conversavam entre si e com os cadetes da turma de formandos que, nesse momento, circulavam junto às arquibancadas, cumprimentando e sendo cumprimentados. Eu “brincava” de adivinhar as relações de parentesco entre as pessoas ali presentes. Sorrisos abertos e orgulhosos denunciavam alguns pais. As mães, visivelmente emocionadas, tentavam dissimular o nervosismo verificando as vestes militares de seus filhos. Sentado na arquibancada que pouco a pouco se enchia de gente, eu podia escutar as conversas, os comentários, as risadas, os elogios e cumprimentos. Todos pareciam felizes e estavam munidos de muitas câmeras fotográficas e de vídeo, o que ajudaria a dissimular a filmagem que eu pretendia fazer da cerimônia.

Um soldado fardado faria o registro oficial da solenidade. Ele fica circulava livremente pelo “dispositivo”, registrando em imagens o momento. Por trás do palanque transitavam alguns homens e mulheres fardados – oficiais e cadetes. As fardas de uns e outros são diferentes. Os cadetes aparecem na cerimônia com três vestimentas distintas. Um grupo com uma farda de gala branca (grupo de formandos), outro com um uniforme de gala azul (o azulão), e um terceiro grupo com as costumeiras fardas cinzentas. No palanque alguns homens estão de paletó e outros fardados. Dentre os que usam paletó há militares da reserva e professores da Academia. No início da cerimônia pode-se notar uma intensa movimentação por trás do palanque – há uma certa disputa por um lugar ali. Quem deve estar lá e quem não se atreve a subir lá? Em certo momento, o palanque fica superlotado – é até meio ridículo ver tanto espaço fora dele em contraste com aquele amontoado de pessoas tentando arranjar um lugar no palanque. Pode-se estar atrás ou na frente do palanque, demarcando assim a distância em relação às autoridades máximas do evento que estão sempre na parte da frente. Essas autoridades são solenemente saudadas pelos presentes. O palanque é um símbolo do poder dirigente do estado, é o lugar das mais altas autoridades. Estão no palanque o secretário de Segurança (no centro do palanque em posição de destaque), do seu lado esquerdo o comandante-geral da Polícia Militar, do seu lado direito um senador da República, ao lado deste um oficial superior representando o Exército. À esquerda do comandante há outra autoridade. Na frente do palanque posicionam-se três autoridades civis e duas militares, sendo que o secretário de Segurança é um militar em função civil, é general do Exército e representa o governador do estado, que não compareceu à solenidade.

A produção do reconhecimento do próprio valor social, no caso dos policiais militares, é principalmente um processo orientado para dentro do complexo institucional estatal, processo social endógeno ao campo do poder, e apenas se-

cundariamente orientado para o universo menos institucionalizado da sociedade civil, o da massa “explorada, espoliada, agredida e desconhecida, principalmente desconhecida”, massa anônima, chamada de “povo” (DaMatta, 1990: 14). O que se pode depreender da descrição de suas cerimônias? Elas não partem de uma cosmologia, mas de uma ideologia histórica, pois mobilizam as tropas em função de um tempo especial para expressão simbólica de eventos históricos. Devem ser tratadas como ritos históricos (cf. Lévi-Strauss, 1970: Capítulo VIII e DaMatta, 1990: Capítulo I). Ao escreverem sua história institucional e mítica, os policiais militares deixam-se embalar pelo objetivo político de afirmação de um prestígio da identidade social e histórica. “As Polícias Militares brasileiras constituem uma só família e como tal devem ser respeitadas em qualquer tempo, condição e lugar” (comandante da APMGEF).

Se o quartel do Comando-Geral é o lugar do pai, de onde emana a direção e administração geral e superior da casa, o quartel da Academia é o lugar da mãe, dando seu decisivo apoio para as tarefas de educação e instrução dos futuros comandantes. Da Academia, conseqüentemente, nasce o futuro da Polícia Militar. Os cadetes são seus “filhos”. São, portanto, todos “irmãos”, apesar de gostarem de brincar de “pai” e “filho” entre si, pois é brincando que se antecipa e aprende as regras do mundo dos adultos. Os cadetes são, também, irmãos mais novos (*cadets*) dos oficiais. Não estão ainda em condições de pertencer a esse “círculo”, com suas patentes, prerrogativas, direitos e deveres. Devem se contentar com as patentes, prerrogativas, direitos e deveres especiais que se lhes ajuntam; afinal, são neófitos, alunos oficiais, mas não ainda oficiais. Estão em situação de liminaridade, estão em situação especial. A Academia é uma mãe severa, rigorosa, investida de autoridade própria quanto aos assuntos domésticos de criação dos filhos, e, ademais, auxiliada pelos representantes, em diversos graus, da autoridade paterna. Mãe atenta ao crescimento e enobrecimento de seus filhos, atua no “dia-a-dia”, cuidando para que eles (os filhos do estado) se tornem “jovens fortes”, idealistas e heróicos. Ela os quer vanguardistas, mas para o “bem”; os quer assentados nos princípios da sagrada família, austeros defensores da ordem e da tradição, legalistas incorrigíveis e honrados. Ela os quer bonitos e saudáveis. “Vibradores” em suas atividades. Felizes em suas atribuições em nome do pai (Deus e o estado) e em seu próprio nome. A Academia cuida do futuro da corporação. Ela é louvada, emergindo do seu trabalho infatigável de formação dos comandantes, defensores da sociedade, mas é louvada porque é “berço” de onde nascem “imortais”. Afinal, por trás de todo grande homem, há sempre uma grande mulher. Todos os oficiais são irmãos, irmãos por parte de pai e de mãe. Todo oficial se confronta com a dureza do pai e dos tios paternos, mas conta com a doçura de seus tios maternos, sempre prontos a ajudá-los,

sem “cobrar”. Longe de ser um lugar isento de conflitos, a corporação é uma casa como qualquer outra, uma família como as demais, que tem suas brigas e desavenças. Todavia, com relação ao mundo de fora, vale a máxima: “As Polícias Militares brasileiras constituem uma só família e como tal devem ser respeitadas em qualquer tempo, condição e lugar.” Mas afinal, a corporação é uma família, seus quartéis são suas casas, seus membros são ligados por relações de parentesco e seus sentimentos recíprocos de intimidade familiar? Não, é claro que não, mas é como se fossem. Na verdade, estamos diante de imagens simbólicas, cujo conteúdo provém da ordem do parentesco (da gama de sentidos que as relações dessa ordem ganham na cultura brasileira), e que são estrategicamente utilizadas pelos membros da corporação para a construção ou consagração de seus vínculos corporativos. O fato é que os cadetes possuem ao final do CFO duas famílias. Suas relações de parentesco de fato e suas relações corporativas, que são pensadas à luz dos valores evocados pelas imagens condensadas nos termos que nomeiam as categorias do parentesco no Brasil. As corporações policiais militares de todo o Brasil se dizem “co-irmãs”. Os “companheiros de farda” recorrem a estratégias simbólicas desse tipo, obtendo efeitos derivados da imagem de relação que presumem existir entre irmãos no Brasil (brigam, mas estão sempre unidos; só se lava roupa suja em casa, fora dela defende o seu irmão). Seria muito simplista imputar o uso dessa estratégia simbólica a um cinismo calculista dos agentes. Basta lembrar que na “lógica informal da vida” (quando oficial, deve-se ter orgulho do cadete que se foi) os cadetes se dividem em três turmas, ligadas entre si por princípios hierárquicos e disciplinares (mesmo que de um ponto de vista mais amplo, aquele do sistema total da hierarquia policial militar, os cadetes sejam vistos como indivisíveis, todos como praças especiais, enfim em situação de liminaridade que os põe entre graduados, de um lado – soldado, sargento, subtenente – e oficiais, de outro – tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

O desfile

Nas duas extremidades da pista de desfile, dois cadetes surgem marchando sozinhos um ao encontro do outro, guardando sobre si os olhares dos familiares nas arquibancadas. O cadete da direita veste uma farda de gala branca e porta a bandeira com o brasão da Polícia Militar. O da esquerda usa o uniforme “cinza” da corporação, mais ordinário. Eles se encontram a meio caminho, em frente ao palanque. O cadete de branco entrega a bandeira para o cadete de cinza, do primeiro ano, e primeiro lugar de sua turma. O vínculo entre os que entram e os que saem da Academia é feito pela passagem da bandeira da corporação. O

cadete primeiranista marcha de um modo muito exagerado, ou seja, esforçando-se para fazer tudo certo – sua postura é quase caricatural ao marchar. Os alunos do terceiro ano marcham com mais “naturalidade”, sem deixar de lado o caráter marcial do que estão fazendo. Dois cadetes de azul, do segundo ano, ajudam a pôr, no cadete de cinza, uma faixa que estava usando o cadete de branco. É a passagem da bandeira e da faixa, do mais antigo dos formandos para o mais antigo dos que entram. Depois do encontro e da passagem dos símbolos da corporação, os cadetes voltam marchando sobre seus passos. Os dois cadetes de azul, ajudantes no processo, marcham ao lado do formando de branco, que se desloca entre eles.

O cadete do primeiro ano com a bandeira e a faixa, junta-se ao seu pelotão, vizinho ao pelotão da banda de música, em forma no dispositivo. Enquanto isso, o pelotão de “azulão”, do lado direito, e o grupamento de branco, do lado esquerdo, marcham no mesmo lugar. De repente param, entrando em posição de sentido. Nesse momento, ficam todos voltados para a fachada principal da Academia. Também os pelotões estão de costas para o público nas arquibancadas – de frente para as autoridades no palanque. Ficam em posição de sentido. Então, toda a tropa sai da posição de sentido e entra na posição de descansar.

Em frente ao palanque, os cadetes de branco e os de azul passam a formar um único pelotão, porém os de branco portam o espadim, símbolo do *status* de cadete. A posição de descansar de quem está sem o espadim é com as mãos cerradas atrás das costas. Os que o carregam ficam com uma mão na coxa e a outra colocam no espadim. Então, os de branco entregam o espadim para os de azul – a entrega é feita com gestos marciais. Os dois esticam os braços para a frente bem rígidos, os de branco seguram o espadim com as duas mãos sobre as duas mãos abertas dos de azul e, num determinado momento, eles soltam o espadim nas mãos dos de azul. Estes saem marchando para os dois lados, deixando os de branco em formação diante do palanque e sem o espadim. Eles devolveram o símbolo de sua condição de cadete, não têm mais o estatuto de cadetes, esperam o que está por vir.

Desde que entregaram os espadins, os formandos se encontram em posição de sentido, depois entram em posição de descansar. Um dos cadetes, o primeiro lugar da turma, é agraciado pela madrinha e um oficial. Por fim, os cadetes de azul voltam marchando e trazem as bandeiras dos estados representados na Academia. Posicionam-se de frente para as arquibancadas e para os pelotões de assistência, com as bandeiras dos estados da Federação.

Um capitão faz a leitura do discurso do comandante-geral. Depois disso, um tenente assume o posto e lê a ordem-do-dia. O secretário de Segurança Pública e o comandante-geral descem do palanque para entregar a espada, símbolo do

oficial, para o primeiro lugar da turma. O cadete agraciado faz continência e as duas autoridades voltam para o palanque. O homenageado, que havia se adiantado um pouco, retorna à formação com gestos marciais.

As madrinhas são convidadas a entrar na pista de desfile para entregar as espadas para os cadetes. Elas os cumprimentam, beijando-lhes as faces e entregando-lhes a espada. Nesse momento, os fotógrafos, familiares ou profissionais entram em ação. Oficiais invadem o pátio para cumprimentar os cadetes. Os familiares abraçam os formandos.

Acontece então o batismo das espadas. A mão direita empunha enfim a espada, símbolo do *status* de oficial. Os espadins foram devolvidos à Sagrada Unidade. O braço em máxima distensão, enquanto a outra mão cola-se com firmeza ao flanco esquerdo do corpo, à altura da coxa. Em uniformes muito brancos, sem dobras, galantes, cabeças cobertas todo o tempo, os formandos se dispõem em duas paralelas que se afrontam. É o face a face de um só corpo, de um só espírito. Os olhares se voltam para o alto, mirando as pontas das espadas que, ao encontro das que lhes fazem oposição, começam a se tocar ruidosamente. Um homem caminha através do corredor de espadas, aspergindo água em direção ao céu, para onde convergem os olhares – as espadas tilintam, o fluxo do tempo parece suspenso.

Após o batismo, os corpos mudam de posição, executando movimentos regulares de grande complexidade. Os formandos voltam-se para o pavilhão, onde em plano mais elevado estão indivíduos aos quais se deve lealdade. Em posição de grande rigidez corporal, espadas em punho, os ex-cadetes juram, em momento de grande emoção para a assistência e para si mesmos, defender a ordem e a paz, até mesmo com prejuízo de suas próprias vidas: “Em meu nome, em nome de Deus e em nome do estado”, bradam a uma só voz. Afinal, os valores militares fazem a junção entre a honra de Deus, a honra do estado e a honra pessoal (cf. Elias, 1997, p. 266).

Ao receber a ordem do fora de forma, os novos aspirantes a oficiais da Polícia Militar, em grande algazarra, com muitos sorrisos e abraços lançam suas coberturas para o alto em comemoração a uma vitória muito especial, à qual dedicaram três anos de “fadigas”, “estudos” e “exercícios vários” na Academia de Polícia Militar. Instituição sempre cantada e louvada, onde é forjado o futuro da corporação, à qual são dispensadas “honras especiais” e de modo zeloso é cuidada, para que “o futuro oficial da ordem mantenedor” possa se orgulhar do “cadete que foi com muito valor”. Muita vibração em cada gesto. As faces sérias e compenetradas não expressam emoções fugazes, não sorriem, não fazem caretas, não se distraem, estão impassíveis; os cadetes estão absolutamente atentos às próprias evoluções. Os rostos estão envoltos em uma rigidez

sobrenatural, quase sobre-humana. Rostos heróicos de jovens fortes e idealistas “na vanguarda da paz para o bem”. A marcação dos coturnos em unísono produz uma cadência simples e compacta. Não há lugar para virtuosismo; o ritmo é triunfante, garante a predominância do todo sobre as partes. De chofre, os corpos estacam. As pernas, muito retas e firmes, estão sob a tensão dos calcanhares que, ao se tocarem, fincam raízes na pista de desfile. O resultado é uma postura hirta, muito oblíqua, na qual o peito estufado expressa pujança. Todos eles juntos, enfileirados, parecem intransponíveis. O mínimo relaxamento de um elemento do conjunto tornaria imediatamente visível o responsável, por isso eles estão absortos e concentrados em si mesmos, ato de redobra em que o sujeito volta-se para ele próprio com o intuito de manipular-se.

A fachada principal da Academia parece evidenciar esta relação de sentido. Na extremidade esquerda, estampada como um rótulo do esquema físico da Academia, pode-se ler a frase: “O futuro da Polícia Militar nasce aqui.” No outro extremo, passados os mastros nos quais estão hasteadas as bandeiras da nação, do estado do Ceará e da Polícia Militar do Ceará – símbolos de que aquela realidade específica, circunscrita a uma arquitetura de quartel, participa na verdade de dignidades maiores e glórias mais extensivas que permeiam sua lealdade – a mirada incide sobre o rótulo “escola de comandantes”. A partir de formas simbólicas tão significativas quanto explícitas, cuja forma de apresentação permite-nos vislumbrar a correlação existente entre o modo de estruturação do universo simbólico dos policiais militares e a natureza *ostensiva* de sua atividade (organizada em torno de símbolos de poder flagrantemente como a farda, as patentes sobre os ombros, o revólver, o cassetete, a viatura e suas sirenes, a violência legal, a voz de comando, a formação, a continência etc.), pode-se adivinhar que a Academia é um espaço de concepções, de nascimentos, de doações para o futuro e, sobretudo, é o berço do oficialato.

Os rótulos “O futuro da Polícia Militar nasce aqui” e “escola de comandantes” apresentam quatro termos que oferecem ocasião para algumas correlações significativas. “escola”, “comandantes”, “futuro” e “Polícia Militar” podem ser combinados de tal forma que forneçam pistas importantes sobre o *ethos* e a visão de mundo do oficialato. É preciso lembrar que a abordagem desse simbolismo, que poderia ser classificado de auto-avaliativo, se realiza a partir da problemática da construção da auto-imagem do oficialato com relação à sua escola. Não se trata aqui de explorar indefinidamente, de modo que se pense esgotar com a apreciação das relações entre os quatro termos propostos a riqueza do espaço social em que se movem os oficiais. O que se pretende é capturar de forma seletiva as relações entre os termos, tomando-se “comandantes” e “escola” como eixos.

A “escola de comandantes”, ao produzir um futuro, não se restringe à realidade da corporação. A qualidade humana desse futuro situa-se além das fronteiras da Polícia Militar, pois o que se produz socialmente na Academia não é qualquer futuro, mas o futuro mesmo da segurança da sociedade. Isto é garantido pela perpetuação da “tradição”, vista como uma obrigação social, de entregar à sociedade os seus “guardiães”, os seus campeões da ordem e da paz. O compromisso da Academia é com a “tradição” de sempre prover a sociedade de uma “nova turma de aspirantes”, ou seja, “as futuras cabeças pensantes da Corporação” (cf. aspirante a oficial PM encarregado de prefaciá-lo o número comemorativo da *Revista Alvorada*, 1998: 1). Somente uma grande escola, uma “tradicional Escola de Formação de Comandantes”, pode cumprir satisfatoriamente com a finalidade de “formação de futuros comandantes”, “guardiães da sociedade” (cf. “Mensagem do comandante da Academia aos aspirantes de 1998”, *Revista Alvorada*, 1998: 13).

Uma solenidade militar implica num alto grau de formalidade. Estamos diante de um espaço que é construído como um “dispositivo”. Este é o termo nativo para designar o espaço organizado para a realização de atividades militares. Dizer que o espaço é um dispositivo é colocar tudo em operação, o que exige um alto grau de racionalidade. Relações de poder e racionalidade, é do que se trata. Cada elemento tem que tomar lugar no dispositivo. A palavra do porta-voz oficial autorizado é a palavra de ordem, ela põe ordem no dispositivo, ela mesma é parte integrante do dispositivo. É palavra que, antes de informar e comunicar, faz acontecer, faz funcionar, é palavra que comanda, é palavra-ação, operadora, operatória e agenciadora.

O lugar do porta-voz oficial é previsto e autorizado pelo comando e faz aparecer uma fala que não é do José, mas de uma corporação, e comporta o sentido da hierarquia militar. Afinal, o comandante-geral da corporação está ali ao lado, no palanque e, calado, fardado, rodeado de autoridades civis e militares, representantes das forças armadas do estado.

O palanque representa o lugar da força suprema, à qual todos no dispositivo devem obediência e respeito. Talvez o palanque seja o ponto de ligação do dispositivo de guerra com o dispositivo do estado. Talvez haja, na reverência ao palanque das autoridades estatais, uma representação da captura dos guerreiros pelo rei, pela máquina estatal. A máquina estatal investe, por meio da instituição PM, na produção do guerreiro comportado. Ou seja, ocorre um investimento que exige desde o início o aproveitamento das forças geradas pelo aparelho de captura que é a corporação e, especificamente, a Academia. E as forças disciplinadas do futuro corpo de oficiais devem ser leais. A presença do palanque do estado exige a manifestação simbólica e formalizada da lealdade que já foi

concreta e disciplinarmente construída. Corpos politicamente úteis e dóceis foram produzidos pela disciplina militar, que é uma disciplina corporal e mental.

Um indivíduo social – talvez aquele predisposto – foi capturado seletivamente, ou seja, seqüestro é seletivo, supõe uma classificação social própria dos outros e de si mesmo, da sociedade brasileira e cearense.

O internamento no aparelho é uma exclusão inclusiva ou um inclusão exclusiva. Pretende criar sentimento de pertença ao novo grupo, que deve ganhar ares de velho grupo, com todas as lealdades e solidariedades implicadas, com orgulho de pertencer. E quando há conflito no grupo, é um conflito entre pares.

Usa-se e não se usa uma mesma farda. É uma mesma farda hierarquizada. A hierarquia militar manifesta-se pelos diferentes fardamentos das desiguais categorias. A tropa de assistência está quase sempre de costas para o público das arquibancadas, composto por familiares e pelo pesquisador. Tropa e cadetes estão voltados para o palanque e para a fachada principal da Academia.

A solenidade é fechada – é a cerimônia de uma instituição total. São ritos que revelam um fechamento entre estado e guerreiros que lhe são leais. O público não é um público de cidadãos brasileiros festejando civicamente seus oficiais PM e seu estado. O público é composto por familiares. Estado, guerreiros e famílias que fornecem guerreiros para o estado.

A benção das espadas une sacerdote, guerreiro e príncipe. As marchas demonstram habilidade e destreza coletivas. Exibição garbosa de disciplina para o grande agenciador. Os cadetes são considerados a tropa de elite da Polícia Militar. São o “futuro” da corporação. As comemorações da mudança de estatuto pessoal do cadete são de interesse geral para a instituição. É um momento para o qual se voltam todas as atenções. A formatura é um evento anual que faz parte da estrutura da experiência dos cadetes. É o momento em que se consagra uma mudança de estatuto: de cadete a aspirante a oficial. Isso vai permitir o ingresso efetivo dos ex-alunos na estrutura da carreira policial militar, sendo-lhes possível então acessar o que antes lhes era vedado, o círculo dos oficiais.

A cerimônia se passa no pátio externo da Academia, local a partir do qual podemos explicar sua lógica. O pátio externo funciona como pista de desfile, diante da fachada principal. Quem entra na Academia, entra diretamente no pátio externo. Em dias comuns, ele funciona como estacionamento e como lugar de instrução da tropa, em especial, para os exercícios de ordem unida. No dia da cerimônia, o pátio externo está obviamente desobrigado da função de estacionamento. Os oficiais deixarão seus carros onde sempre costumam fazê-lo, no amplo terreno nos fundos da Escola. Os convidados civis para a cerimônia usarão o estacionamento externo da Academia, localizado à frente do seu portão principal. Esse portão só é aberto em ocasiões especiais. Será

por ele que os convidados entrarão.

A cerimônia de formatura é, a princípio, aberta a qualquer cidadão que queira acompanhá-la, mas a grande maioria do público civil presente é composta de parentes e amigos dos cadetes que irão se formar. Os organizadores do evento preparam, para essa assistência, uma arquibancada de madeira. São eventos dos quais as famílias dos cadetes são convidadas a participar, como uma espécie de tributo, como uma retribuição pelos três anos durante os quais seus filhos foram compartilhados, como que capturados pela corporação. De filhos a filhos do estado, para recorrer a uma imagem espartana.

O fato é que o intercâmbio dos cadetes com suas famílias tornou-se menos freqüente (principalmente para o laranjeira que fica plantado na Academia) e mudou de qualidade à medida que o aluno se viu implicado em nova lealdade, produzida a partir do sistema de responsabilidade do qual deriva seu novo estatuto pessoal. As lealdades anteriores, da ordem do parentesco, das afinidades e da ordem dos grupos ou idéias políticas são redefinidas em função da nova lealdade, lealdade ao estado, à honra da corporação, à honra pessoal (de oficial).

A preparação para a formatura é longa. Envolve, da parte dos cadetes, dedicação aos complicados exercícios de ordem unida que serão apresentados diante das autoridades e da tropa. Por serem classificados como a “tropa de elite” da Polícia Militar, para usar os termos nativos, tudo o que eles fazem deve ser perfeito, ou buscar a perfeição. Essa é uma expectativa importante da corporação, sentida pelos alunos como uma verdadeira e cotidiana pressão. Eles são recompensados, entretanto, pela auto-imagem orgulhosa das próprias responsabilidades e pelo engrandecimento humano e social embebedos em conceitos como “elite da PM”, “futuro da PM”, “futuros comandantes” etc. que favorecem uma exultação heroizante.

BIBLIOGRAFIA

- BARREIRA, C. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Nuap, 1998a.
- _____. “Lugar de policial é na política? Estratégias simbólicas de afirmação e negação”. In: M. Palmeira & I. Barreira (orgs). *Candidatos e candidaturas*. (pp 237-251). São Paulo: Annablume, 1998b.
- BARREIRA, I. “Ritual e símbolo na política”. *Cadernos Ceru*, 2 (7), 1996.
- BARREIRA, I.; VIEIRA, S. *Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998.
- BECKER, H.S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. “Biographie et mosaïque scientifique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63, 105-110, 1986.
- BENJAMIN, W. “O narrador”. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*, 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BEZERRA, M. O. *Em nome das “bases”*. Tese de Doutorado, PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- BORDUA, D. Jr. “Polícia”. *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madri: Aguilar, 321-327, 1976.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. “De la maison du roi à la raison d’État: un modèle de la genèse du champ bureaucratique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 118, 55-68, 1997.
- _____. “Espaço social e espaço simbólico”. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

- _____. “Stratégies de reproduction et modes de domination”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 105, 3-12, 1994a.
- _____. “Esboço de uma teoria da prática”. In: *Sociologia*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994b.
- _____. “Esprit d’État: genèse et structure du champ bureaucratique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 96/97, 49-62, 1993.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*, 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *La Noblesse d’État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- _____. “Habitus, code et codification”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64, 40-44, 1986.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- BRASIL, M.C.M. *A genealogia da instituição policial no Brasil e no Ceará*. Fortaleza: UFC (dissertação de mestrado), 1990.
- BRETAS, M.L. “A polícia carioca no Império”. *Estudos Históricos*, 12(22), 219-234, 1998.
- _____. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.
- _____. “Observações sobre a falência dos modelos policiais”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. Vol. 9, n.º 1, 1997b.
- CALDEIRA, T. P.R. “Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes”. *BIB*, 27, 3-50, 1989.
- _____. “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia”. *Novos Estudos Cebrap*, 21, 1988.
- CAMARGO, C.A. “Polícia Militar, cidadania e autoridade”. *Folha de São Paulo*. Opinião, Tendências e Debates, p.1-3, 22 março, 1998.
- CANCELI, E. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- CARVALHO, J.M. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *História Geral da Civilização Brasileira 9*. São Paulo: Difel, 1988.
- CASTELO, P.A. “O ensino militar”. In: *História do ensino no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1970.
- CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

- _____. “A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão”. *Novos Estudos Cebrap*, 37, 1993.
- _____. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- DaMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- _____. “As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social”. In: R. DaMatta et al. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982a.
- DaMATTA, R. et al. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982b.
- DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés, s.d.
- DIGGINS, J.P. *Max Weber: a política e o espírito da tragédia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: un parcours philosophique au delà de l’objectivité et de la subjectivité*. Paris: Gallimard, 1984.
- DUBAR, C. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin, 1991.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- DURKHEIM, É.; MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification”. In: M. Mauss. *Oeuvres: II – Représentations collectives et diversité des civilisations*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FERNANDES, F. “A reconstrução da realidade nas ciências sociais”. In: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, 2ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1967.
- FERNANDES, H. “Rondas à cidade: uma coreografia do poder”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: n.º 1(2), p.121-134, 1989.
- _____. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, Ed. Sociologia e política, 1973.
- FISCHER, M. “Da antropologia interpretativa à antropologia crítica”. *Anuário Antropológico/83*, p.55-72, 1985.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed, 1996.

- _____. *História da loucura na idade clássica*, 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993a.
- _____. “Verdade e subjectividade”. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Edições Cosmos, n.º 19, 1993b.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do poder*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990a.
- _____. “Sobre a geografia”. In *Microfísica do poder*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990b.
- GEERTZ, C. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1991.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIRARD, R. *La violence et le sacré*. Paris: Bernard Grasset, 1993.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*, 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GONDIM, L.M.P. (org.). *Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado*. Fortaleza: Ed. UFC, 1999.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HOLANDA, J.X. *Polícia Militar do Ceará: origem, memória e projeção*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, vol. II, 1995.
- _____. *Polícia Militar do Ceará: origem, memória e projeção*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, vol. I, 1987.
- JANOWITZ, M. *The Professional Soldier*. Nova York: Free Press, 1971.
- KAFKA, F. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEIRNER, P.C. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997a.

- _____. “A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, n.º 34, p.157-167, 1997b.
- LEMENHE, M.A. *Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: Anablume / Ed. UFC, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 1989.
- _____. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: M. Mauss. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. “Introduction: histoire et ethnologie”. In: *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.
- _____. “La sociología francesa”. In: G. Gurvitch & W.E. Moore (orgs.). *Sociología del Siglo XX*. Buenos Aires: Librería El Ateneo, II, 1956.
- LISBOA, C. “Segurança e fantasia”. *Folha de São Paulo*. Opinião, Tendências e Debates, p.1-3, 17 de abril, 1996.
- MALINOWSKI, B. K. *Argonautas do Pacífico ocidental*, 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARIANO, B.D. “Dicotomia estrutural e violência policial”. *Folha de São Paulo*. Opinião, Tendências e debates, p.1-3, 24 de setembro, 1997.
- MAUSS, M. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- _____. “Rapports réels et pratiques de la psychologie et de la sociologie”. In: *Sociologie et anthropologie*, 7ªed. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- MAUSS, M.; HUBERT, H. “Esquisse d’une théorie générale de la magie”. In: M. Mauss. *Sociologie et anthropologie*, 7ªed. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- MILLS, C. W. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINGARDI, G. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo: Scritta, 1992.
- MIRANDA NETTO, A.G. et al. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- MOURA, C.P. *Jovens colegas: um estudo de carreira e socialização no Instituto Rio Branco*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ (dissertação de mestrado), 1999.
- NIETZSCHE, F. W. *Obras incompletas*, 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- OLIVEIRA, R.C. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico / 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-94, 1995.
- PEIRANO, M.G.S. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.
- _____. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- PINHEIRO, P.S. "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. Vol. 9, n.º 1, 1997.
- _____. "Autoritarismo e transição". *Revista USP*. Março, abril, maio, 1991.
- _____. "Notas sobre o futuro da violência na cidade democrática". *Revista USP*. Março, abril, maio, p. 43-46, 1990.
- _____. "Polícia e crise política: o caso das polícias militares". In: R. DaMatta et al. *A violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- PORTO, J. "As PMs e o conselho de ordem pública". *O Povo*. Opinião, p.7a., 24 de setembro, 1994.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função nas sociedades primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- REIS FILHO, D.A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SÁ, L.D. "De aspirantes a coronéis". In: L.M. de Pontes Gondim (org.). *Pesquisa em ciências sociais*. Fortaleza: Ed. UFC, 1999.
- _____. "Cultura política e cultura policial". In: I. Barreira & S. Vieira. (orgs.). *Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998.
- _____. "Escola, cultura e disciplina". *Revista de Educação AEC: Disciplina e Liberdade*, n.º 103, p.9-16, 1997.
- SIMMEL, G. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, vol. 1, 1977.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. "A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. Vol.9, n.º 1, 1997.
- TURNER, V.W. "Planos de classificação em um ritual da vida e da morte". In: *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VELHO, G. "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica." In: Velho, G. & M. Alvito (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Ed. FGV, 1996.
- WEBER, M. *Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

- _____. "A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política". In: *Metodologia das ciências sociais*, 2ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- _____. *Ensaio de sociologia*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 2ª ed. São Paulo: Pioneira / Editora da UnB, 1981.

Monografias do CAO e do CSP

- BEZERRA, F.C. *O papel das polícias femininas nas Polícias Militares*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- CARVALHO, J. R. S.; SILVA, E. S. *A formação superior do oficial PM*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1997.
- FÉLIX, F.A. *Esquadrão de polícia montada*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- GOMES, C.E.A.; CARNEIRO, E.E.C. *Reciclagem na PM: fator gerador de conscientização profissional*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1995.
- MELO, M.M. *Greves e ação da PM*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- OLIVEIRA, J.A.N. *Instalação de companhias de Polícia Militar destacadas nos diversos municípios do estado da Paraíba*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- QUEIROZ, A.O. *Causas de baixas na Polícia Militar do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- SANTOS, M.L.C. *A missão da Polícia Militar na sociedade: prevenção ou repressão?*, Fortaleza: CSP/APMGEF, 1989.
- SILVA, J.A.O. *Independência dos grupamentos policiais militares no interior do estado*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- SILVA, G.L. *O interior do estado do Amazonas e o desempenho da Polícia Militar*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.
- SOBRINHO, C.F.M. *A verdadeira missão da Polícia Militar no contexto atual*. Fortaleza: CSP/APMGEF, 1989.
- SOUSA, F.C. E.; FREIRE, P. F. B. *Prática de ensino policial militar nas Polícias Militares*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1992.
- SOUZA FILHO, L.D. *O emprego e manutenção das viaturas operacionais da Polícia Militar do Ceará*. Fortaleza: CAO/APMGEF, 1989.

Impresso pela gráfica Marques Saraiva
Segunda quinzena de setembro de 2002
Rio de Janeiro